



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ELTON SANTA BRÍGIDA DO ROZARIO



“PARA ALÉM DAS PLUMAS E PAETÊS”: a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia

**BELÉM – PA
2016**

ELTON SANTA BRÍGIDA DO ROZARIO

**“PARA ALÉM DAS PLUMAS E PAETÊS”: a atuação do Movimento
LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia**

Dissertação de Mestrado, apresentada à banca avaliadora do Curso de Mestrado em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade Federal do Pará – UFPA, requisito avaliativo para obtenção de Outorga de grau com título de Mestre em Serviço Social, ênfase em Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz

**BELÉM – PA
2016**

ELTON SANTA BRÍGIDA DO ROZARIO

**“PARA ALÉM DAS PLUMAS E PAETÊS”: a atuação no do movimento
LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia**

Data da Defesa e Aprovação: 19/08/2016

Banca examinadora:

Orientadora:

Prof^ª Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- ICSA
Universidade Federal do Pará – UFPA

Examinadora interna:

Prof^ª Dra. Olinda Rodrigues
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA
Universidade Federal do Pará – UFPA

Examinador externo:

Prof^º Dr. Fabiano de Souza Gontijo
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA
Universidade Federal do Pará – UFPA

**Belém – PA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFPA

ROZARIO, Elton Santa Brígida do

Para além das plumas e paetês : a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia / Elton Santa Brígida do Rosário; orientadora, Sandra Helena Ribeiro Cruz. - 2016.

165 f. : il. ; 29 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.

1. Homossexuais – Movimentos sociais – Belém. 2. Homofobia – Belém. 3. Homossexuais – Políticas públicas. 4. Homossexuais – Bem estar social. I. Cruz, Sandra Helena Ribeiro, orientadora. II. Título.

CDD – 23 ed. 306.766098115

Dedicatória

A minha Mãe Tereza, por todo apoio, carinho e dedicação que recebi durante minha vida e na academia, inspiração que me fortaleceu na construção deste trabalho.

A tod@s aquel@s que tiveram suas vidas ceifadas por não fazerem parte de uma sociedade hipócrita e que estigmatiza a pessoa humana que não vive sob a égide da heteronormatividade.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as vitórias alcançadas e por cada suspiro de minha vida, certas vezes tive momentos que pensava em desistir, mas Deus me fortalecia de braços abertos. *Modupe Olòorum ati Ori Iya Osun* (Agradeço a Deus e minha mãe Osun dona de minha cabeça).

A tod@s cidad@s brasileir@s que contribuíram através da alta carga tributária em nossa sociedade brasileira para o financiamento de minha bolsa de Mestrado pela CAPES.

A minha família, minha maior pedra preciosa, pela alegria de dividirmos *tudo*, de construirmos junt@s o mais lindo e sincero sentimento da humanidade que se chama: amor. Em especial minha mãe, minha rainha por todo apoio, companheirismo e admiração que nos momentos de tristezas me consola e a meu pai meu grande amigo.

Meus irmãos Elves (*in memória*) Elson,, Marcio, Maicon, Elisangela, Léo, Minha sobrinha Jessica pela força e admiração, sobrinh@s Lucas, Leonardo, Jackeline, Joelma e Kamilly, meu primo Jaderson e ao meu sobrinho Diogo.

A minha amiga e companheira de graduação Dora e amigos. Aos companheir@s mineiros que me acolheram em Belo Horizonte e Betim – MG. @s companheir@s de trabalho no CRAS-Citrolândia de Betim-MG, Cristina, Dilena, Emabel, Fernandinho, Vera, Fernanda, Adriana e Cinderela. Ao grupo de idosos no qual sou técnico de referência no CRAS que atuo. A meu companheiro Armando D’Oxum por nossos altos papos via *zapzap*, no momento em eu vivia dissertando.

A tod@s militantes, líderes dos movimentos sociais LGBT’s de Belém e do Brasil pela luta incansável por uma sociedade mais justa e livre do preconceito, discriminação e LGBTfobia.

A todos meus companheiros de sala de aula da turma do Mestrado 2014 – 2016, em especial Andréa e Jane

A minha orientadora, Prof.^a Dr^a Sandra Helena e Prof^a Silvana Brito que foi minha Orientadora durante o TCC.

Aos 49 jovens (*in memória*) que foram vítimas do massacre homofóbico na Boate Pulse em Orlando – EUA.

A todos militantes do Movimento LGBT do Estado e principalmente aos que contribuíram na para minha pesquisa de campo, pois, foram pessoas essenciais para construção deste trabalho.

A tod@s irmãos do Asé do Candomblé e demais religiões de matriz aficana.

A tod@s aqueles que contribuíram direta e indiretamente para este trabalho, muito Obrigado!

Epígrafe

[...] Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda ciência; ainda que eu tenha tamanha fé ao ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei [...].

I Cor 13:1-8

RESUMO

A presente Dissertação é um estudo acerca da atuação do Movimento LGBT no município de Belém do Pará, teve o intuito de realizar uma análise crítica e construtiva no que cerne as violações aos sujeitos LGBT's e homofobia via a identificação dos processos políticos e identitários dos movimentos. O trabalho teve como objetivo: caracterizar o perfil político dos movimentos LGBT's, assim como identificar a atual conjuntura das ações estratégicas do movimento na construção de políticas públicas LGBT's e enfrentamento à homofobia; apontar as conquistas e contribuições desses movimentos no enfrentamento às violações do segmento que está sob a égide da heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade contemporânea. E neste sentido não tem como desvincular o problema do estudo proposto, da investigação do método dialético, que possibilita a análise da sociedade capitalista e as relações sociais, pois, a formação dessa sociedade, é construída por um conjunto de elementos compostos por valores e normas culturais da heteronormatividade impulsionada pela ideologia capitalista. Contudo, a consolidação da sociedade capitalista além de impor de forma invisível da hierarquização da sexualidade e a relação sexo-poder, tem demonstrado através de dados e indicadores estatísticos que a violação aos que não seguem a heteronormatividade tem crescido a partir dos anos 2000. O percurso metodológico foi através da pesquisa qualitativa, assim como a pesquisa documental, observação sistemática, bibliográfica e de campo. Nossos resultados direcionam para uma análise eminentemente histórica e de resgate da memória do movimento LGBT assim como o seu refortalecimento nesta conjuntura contemporânea de retrocesso atual esfacelamento da carta magna brasileira e da violação à cidadania. O trabalho como uma análise preliminar é de suma significância para o campo do Serviço Social e para a formação dos Assistentes Sociais no concernente à tradição da categoria na defesa intransigente dos direitos humanos e uma intervenção social fundamentado nas balizas do Projeto ético-político da categoria profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos LGBT's. Movimentos Sociais. Políticas LGBT's. Serviço Social.

ABSTRACT

This thesis is a study about the LGBT Movement activities in the city of Belém do Pará, aimed to make a critical and constructive analysis in core violations of subjects LGBT's and homophobia via the identification of political processes and identities movements. The study aimed to characterize the political profile of LGBT's movements, and to identify the current situation of the strategic actions of the movement in the construction of public LGBT's policies and addressing homophobia; pointing out the achievements and contributions of these movements in dealing with violations segment which is under the aegis of compulsory heterosexuality and contemporary heteronormativity. And in this sense does not have to unlink the problem of the proposed study, the investigation of the dialectical method, which enables the analysis of capitalist society and social relations, therefore, the formation of this society is built by a set of elements consisting of values and standards cultural heteronormativity driven by capitalist ideology. However, the consolidation of capitalist society and impose invisibly the hierarchy of sexuality and sex-power relationship, has shown through statistical data and indicators that breach those who do not follow the heteronormativity has grown from year 2000. The methodological approach was through qualitative research, as well as documentary research, systematic observation, bibliographic and field. Our results direct to an eminently historical analysis and recovery of the LGBT movement memory as well as its restrengthening this contemporary conjuncture current setback collapse of the Brazilian Magna Carta and the violation of citizenship. Work as a preliminary analysis is of great significance to the field of social work and to the training of social workers in relation to the category tradition of uncompromising defense of human rights and based social intervention in the goals of the ethical-political project of the professional category .

KEYWORDS: LGBT Movement 's. Social movements. Policies LGBT 's. Social Service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Encontros nacionais LGBT's entre 1980 e 1997	75
Quadro 02	Temas das Paradas LGBT's realizadas em São Paulo (1997- 2016)	89
Quadro 03	Caracterização sociopolítica e histórica e político dos movimentos sociais LGBT's de Belém do Pará	108
Quadro 04	Perfil dos militantes entrevistados – parte I	110
Quadro 05	Perfil dos militantes entrevistados – parte II	113

FIGURAS

Figura 01	Primeiras manifestações das Filhas da Chiquita em Belém	78
Figura 02	O troféu veado de ouro ainda permanece na manifestação até a última versão de 2015	79
Figura 03	Slogan da campanha da parada LGBT 2016 de São Paulo	88
Figura 04	Parada LGBT de Belém do Pará	91
Figura 05	Sexo e poder: comparação do Governo Dilma com Governo em exercício de Temer	95
Figura 06	Comercial, troca de presente entre casais homoafetivos, Campanha alusiva ao dia os namorados 2015, O Boticário	103
Figura 07	Comercial, campanha alusiva ao dia dos namorado 2016: juntos e misturados C&A	104
Figura 08	Campanha alusiva ao dia dos namorados de 2016, lojas Riachuelo com manequins de casais LGBT's	105

MAPAS

Mapa 01	Identificação dos movimentos LGBT's de Belém e as redes de enfrentamento à LGBTfobia	141
Mapa 02	Identificação dos movimentos LGBT's do Estado do Pará	142

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ACADEPOL – Academia da Polícia Civil
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BOP – Boletim de Ocorrência Policial
CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CF – Constituição Federal de 1988
CFESS – Conselho Nacional de Serviço Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CPB – Código Penal Brasileiro
CID – Código Internacional de Doenças
CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude
CLOS – Coordenadoria de Livre Orientação Sexual
DAV - Atendimento a Grupos Vulneráveis
DIPREV - Diretoria de Prevenção Social da Violência e da Criminalidade
DCCD – Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios
DCCH – Delegacia de Combate aos Crimes Homofóbicos
DIOE – Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
GRETТА – Grupo de Travestis e Transexuais da Amazônia
GGB – Grupo Gay da Bahia
GHP – Grupo Homossexual do Pará
GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MPE – Ministério Público do Pará
NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não-Governamental
PCD – Pessoa Com Deficiência
PC/PA – Polícia Civil do Pará
PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos - 3

PPA – Plano Plurianual

PPGSS – Programa de Pós – Graduação em Serviço Social

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio

PT – Partido dos Trabalhadores

PUPDH - Programa Universidade Popular em Direitos Humanos

RMB – Região Metropolitana de Belém

SEDH – Secretária Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República

SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

SEJUDH - Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos

SUS – Sistema Único de Saúde

STF – Supremo Tribunal de Justiça

SUSIPE – Superintendência do Sistema Penal Paraense

TEC – Termo de Livre Esclarecimento e Consentimento

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.GÊNERO, (HOMO) SEXUALIDADE E HOMOFOBIA: PROCESSO SOCIO-HISTÓRICO DA SEXUALIDADE HUMANA E SUAS EXPRESSÕES	25
1.1 GÊNERO E (HOMO)SEXUALIDADES	25
1.2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE (HOMO)SEXUALIDADE	31
1.3 LGBTFOBIA E SUAS VIOLAÇÕES	36
2. OS MOVIMENTOS LGBT'S E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA	42
2.1 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS LGBT's	42
2.2 O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO AO HETEROSSEXISMO E LGBTFOBIA.....	52
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT'S	56
2.4 DIREITOS HUMANOS: PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE HUMANA COMO ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA.....	64
3. HISTORICIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT'S NO PARÁ	73
3.1 PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT'S EM BELÉM-PA	73
3.2 O CONGRESSO DA CIDADE EM BELÉM DO PARÁ: BOOM DOS MOVIMENTOS LGBT'S EM BELÉM.....	82
3.3 AS PARADAS LGBT'S EM BELÉM DO PARÁ.....	85
3.4 O IMPEACHMENT E REFLEXOS NA CONJUNTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	94
3.5 DESAFIOS E DILEMAS PARA O MOVIMENTO LGBT NO SÉCULO XXI.....	98
4. ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT's: LUTAS E ESTRATÉGIAS NO ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA EM BELÉM	107
4.1 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS INTEGRANTES DOS MOVIMENTOS LGBT's DE BELÉM.....	107
4.2 PERFIL SOCIOPOLÍTICO E HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS LGBT's DE BELÉM.....	109
4.3 A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT'S NO CONSELHO DE DIVERSIDADE SEXUAL – CEDS/SEJUDH	130
4.4 AS CONQUISTAS HISTÓRICAS DOS MOVIMENTOS LGBT'S NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	136
4.5 A VOZ DA MILITÂNCIA LGBT TEM VOZ E TEM COR PARA ALÉM DA BANDEIRA DO ARCO ÍRIS	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICES	159
Apêndice A – Roteiro de Entrevista	160
Apêndice B – Roteiro de Entrevista	160
Apêndice C – Termo de Livre Esclarecimento.....	162
Apêndice D– Mapeamento do marco legal das políticas públicas LGBT'S em Belém do Pará: Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Políticas, Programas e Projetos	163
FILMOGRAFIA	168

INTRODUÇÃO

Historicamente a sexualidade humana tem sido tema de grande relevância para a ciência, em que pese a sua condição de invisibilidade e desconhecimento. O próprio termo sexualidade surgiu tardiamente, no final do século XIX, em decorrência do avanço dos estudos acerca do sexo-gênero e a epistemologia da categoria sexualidade numa perspectiva analítico-acadêmica das realidades do sexo e suas expressões no qual é associada à sociedade, e de confronto ao uso da palavra relacionada com outros fenômenos como a instauração de um conjunto de normas e regras que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas (FOUCAULT, 1984, p.09).

A história nos revela o quanto as relações sociais imbricadas pelo poder estiveram subjacentes em se tratando do sexo. O masculino e o feminino constantemente foram determinados pela hierarquização sexual, advindo de valores morais e culturais da sociedade. E, no decorrer das transformações sociais no mundo, novos valores vêm sendo adquiridos e ao mesmo tempo sofrendo alterações.

Para Bourdieu (1999), a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, porque está construída por meio do princípio de divisão entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa o desejo – desejo masculino como posse, como dominação erotizada e o desejo feminino como desejo da dominação masculina.

Neste sentido a virilidade masculina tornou-se historicamente como simbologia da dominação masculina, cujas expressões inferiorizam a feminilidade e suas características que possam fazer parte da libido masculina.

A penetração, sobretudo quando se exerce sobre um homem, é uma das afirmações da *libido dominandi*, que jamais está de todo ausente na libido masculina. Sabe-se que, inúmeras sociedades, a posse homossexual é vista como uma manifestação de 'potência', um ato de dominação (exercido como tal, em certos casos, para afirmar a superioridade 'feminizando' o outro) e que é a este título que, entre os gregos, ela leva aquele que sofre à desonra e à perda do estatuto do homem íntegro e cidadão. (BOURDIEU, 1999, p. 31).

A feminilização do sexo masculino torna-se como decerto uma violação ao líbido masculino, de tal maneira que a hierarquia do binário biológico masculino-feminino e a supremacia masculina formam os pilares das normas e regras impostas pela ideologia do gênero. Neste sentido a dominação masculina sobre o outro homem, demonstra a potência e

impotência de um sobre o outro, demonstrando total hierarquia e inferiorização daqueles que exercem o poder sexual sobre o outro.

Segundo Foucault (2014), o sexo ao longo de todo século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normativa científica geral e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas. No percurso secular de dominação masculina, os movimentos feministas surgem como organizações revolucionárias, colocando em xeque o debate de gênero e sexo e nesse mesmo contexto de lutas, os sujeitos que se diferenciam da heterossexualidade normativa se fortalecem através das organizações sociais de enfrentamento a opressão e violação de direitos por gênero.

A iniciativa desta pesquisa surgiu a partir da *triade*: vivência no Movimento LGBT de Belém; experiência na extensão universitária no Programa Universidade Popular em Direitos Humanos – PUPDH, de 2009 a 2013 e relevância para a categoria de Assistentes Sociais. A escolha da temática e do objeto: atuação dos Movimentos LGBT's na construção de políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia, sucedeu-se da reflexão e problemática da indagação acerca da importância das lutas históricas dos movimentos LGBT's para o marco das políticas públicas em Belém do Pará.

A Dissertação teve como objetivo geral: analisar a atuação dos movimentos sociais LGBT's na ampliação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia em Belém, nas últimas décadas; e desmembrou-se em seus respectivos objetivos específicos: caracterizar e traçar o perfil político dos movimentos sociais LGBT's do município de Belém; Identificar as estratégias e ações dos movimentos LGBT's na implementação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia em Belém e apontar as contribuições e conquistas dos movimentos LGBT's nas políticas públicas LGBT's de enfrentamento à homofobia. Para o percurso do estudo, isto é, o caminho teórico e metodológico foi fundamental para a pesquisa, o entendimento das categorias centrais, *participação, movimentos sociais e políticas públicas*, a partir da teoria social crítica pelo método histórico dialético.

O procedimento metodológico dividiu-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, no qual foram realizadas 12 (doze) entrevistas com a base social e líderes dos movimentos LGBT's de Belém a partir do mapeamento no município e 1 (uma) entrevista com o presidente do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará – CEDS da Secretária de Justiça e Direitos Humanos do Pará – SEJUDH, através do roteiro de entrevistas com perguntas semi-estruturadas.

A pesquisa debruçou-se sob um marco teórico de autores não necessariamente marxistas ou quão intimamente da teoria social crítica, todavia, a fundamentação teórica deste trabalho sob a égide de um comprometimento com as Ciências Humanas e Sociais crítica e humanista, no qual vislumbrou o comprometimento com um ideário de projeto societário e de enfrentamento a todas e quaisquer formas de opressão de classes sociais, sexismo, hetrossexismo, misiofinia e racismo.

A dissertação realizou um diálogo interdisciplinar a partir das ciências sociais aplicadas, especificamente na área do Serviço Social com as Ciências Sociais, Antropologia e Direito, no qual realizamos reflexões analíticas com alguns dos principais autores: CHAÚÍ (1985); FACCHINI (2005; 2008); BOURDIE (1989; 1999); BEHRING; BOSCHETTI (2008); FOUCAULT (1984; 1988; 2014); GOHN (2004; 2011; 2013); MACHADO (2007); PRADO; MACHADO (2008); BUTLER (2015); MONTAÑO; DURIGUETTO (2010); GONTIJO (2009) e LAURETIS (1985).

Um dos maiores desafios da construção da pesquisa, além de mensurar e realizar o estudo da arte acerca da temática e objeto investigado, o principal desafio foi o desafio acerca da incipiência de estudos aprofundados e debates teóricos acerca da atuação dos movimentos LGBT's em Belém, assim como dificuldades em campo para identificar dados empíricos, memória e registro da história dos movimentos belenense.

Nesta lógica, a proposta deste trabalho deu continuidade à investigação científica sobre esse universo pouco estudado acerca da sexualidade humana e suas expressões sociais na relação entre sexo, poder, homossexualidade no bojo do Serviço Social, sob o prisma das lutas sociais pelo reconhecimento do segmento homossexual ao LGBT contemporâneo. Importa saber como se dá a atuação dos movimentos sociais LGBT's no enfrentamento LGBTfobia, tendo como ponto de partida, os estudos iniciados pela monografia intitulada: *Políticas Públicas de enfrentamento à homofobia em Belém do Pará: análise a partir da Delegacia de Combate aos Crimes Homofóbicos – DCCH*, apresentada à Faculdade de Serviço Social – Fass/UFGA, no ano de 2013.

A pesquisa mencionada suscitou novas questões para a investigação social, dentre elas a relevância do movimento social LGBT na formulação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia e à garantia de direitos humanos em Belém, corroborando para objeto dessa nova proposta de investigação. Nesse sentido, indaga-se de que forma o movimento LGBT participa dos processos de formulação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento à LGBTfobia? Quais as reivindicações apontadas para o poder público? Como as demandas apresentadas por esse segmento é recebida pelos representantes do Estado?

Como a sociedade absorve as demandas vindas do movimento LGBT? As demandas conquistadas viram políticas públicas? Qual a repercussão das políticas públicas para o avanço e consolidação dos movimentos LGBT's?.

Ressalta-se que, a partir da investigação científica, é possível conhecer, descrever e analisar a construção de políticas de enfrentamento à homofobia no processo de garantia dos direitos humanos, direcionando um olhar sobre os movimentos LGBT's enquanto sujeito capaz de construir cidadania.

A presente Dissertação teve como desafio analisar o processo histórico da atuação dos movimentos LGBT's, seus avanços, conquistas e desafios, de enfrentamento à intolerância da livre orientação sexual e como se dá a participação desses sujeitos sociais organizados na interlocução com o Estado.

Assim esta pesquisa teve como objetivo analisar a atuação dos movimentos sociais LGBT's na ampliação de políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia em Belém, nas últimas décadas, e foi construída a partir da caracterização e do perfil político dos movimentos LGBT's no município de Belém; identificação das estratégias e ações dos movimentos na implementação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia em Belém e apontamento das contribuições e conquistas dos movimentos nas políticas públicas LGBT's de enfrentamento à homofobia.

No Brasil, assim como no mundo, o fenômeno social da homofobia ceifa milhares de vidas, fazendo parte do conjunto de violação dos direitos humanos. Trata-se de violência física, psicológica, discriminação, preconceito, omissão e homicídio àqueles que são contrários aos padrões heteronormativos, seres humanos que tiveram e têm seus direitos violados.

Em se tratando da discussão de gênero e identidade de gênero no campo do Serviço Social, especificamente à homossexualidade, isto é, estudos acerca de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, movimentos sociais e homofobia, apresentam-se como uma temática recente e em processo de construção acadêmico-social, seja através de poucas pesquisas consolidadas, cursos ou através da atuação do conjunto Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS em ações e campanhas.

Nos anos 2000, tem-se avançado no Serviço Social, no que tange ao debate da questão de gênero e identidade de gênero, sobretudo na “óptica” dos direitos humanos e

intervenção nas *expressões da questão social*¹, cujo um dos alicerces está fundamentado no Código de ética profissional e o Projeto ético-político, objetivando a defesa dos direitos humanos LGBT's e o enfrentamento à discriminação e ao preconceito de gênero, mesmo com um acúmulo teórico incipiente.

A partir dos princípios do Código de Ética e conjunto de legislações das resoluções da categoria dos Assistentes Sociais, esses instrumentos normativos têm contribuído para o ideário da construção de uma sociedade livre e democrática, materializando o projeto societário ético-político profissional e auxiliando a pesquisa em Serviço Social.

Destacando-se no marco histórico de enfrentamento à intolerância de gênero, se construiu a *Resolução CFESS nº 615*, de 8 de Setembro de 2011, no qual o Conselho dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de assistentes sociais travesti e do (a) Assistente Social transexual nos documentos de identidade profissional.

O fenômeno social da homofobia e LGBTfobia, através de valores caracterizados pelo ódio, repúdio e discriminação aos LGBT's tem sido o maior motivo para que o segmento homossexual faça o enfrentamento, a partir de movimentos sociais com ideário comum, destacando-se a criminalização da homofobia e a criação de políticas públicas de enfrentamento à estigmatização e violação aos direitos de LGBT's.

A reflexão dessa questão é inovadora e de suma importância para a investigação acadêmica, pois os resultados que serão alcançados poderão contribuir para o processo de amadurecimento científico no Serviço Social e áreas afins, tendo como questão a sexualidade, as lutas dos movimentos sociais LGBT's e suas representações nos espaços políticos do poder público.

A partir da pesquisa documental realizada no Banco de Dissertações e Teses da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, através das palavras-chave *Movimento LGBT e Homofobia*, não foi encontrado nenhuma obra acerca do objeto tratado nesta pesquisa no campo do Serviço Social, todavia, foram encontradas 22 obras, dentre elas Dissertações e Teses que tratam da temática de Identidade de gênero e questões LGBT's.

Cabe ressaltar a concentração destas discussões a partir das pesquisas realizadas no eixo centro-sul e sudeste do Brasil, majoritariamente na área da Antropologia Social, Psicologia Social e Política Social. Dentre a Pós-Graduação em Serviço Social, em nível de

¹ Categoria central do Serviço Social fundamentado na teoria social crítica fundamentada em Karl Marx, tem como categoria fundante a relação e contradição entre capital x trabalho, Iamamoto e José Paulo Netto os principais expoentes desse debate no Brasil.

mestrado, na Amazônia, isto é, na Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amazonas, constatou-se apenas duas Dissertações, respectivamente, no PPGSS-UFPA, com o pioneiro trabalho no qual foi abordada a temática de adoção homoafetiva trabalho intitulado: “Demandas homoeróticas e adoção em Belém” que foi a Dissertação defendida por Eli do Socorro Pinheiro Teixeira, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, referente ao ano de 2007, no PPGSS/UFAM, com a temática cidadania homoafetiva em Manaus-AM.

Neste sentido não poderíamos esquecer de citar nossos companheiros que são pioneiros na pesquisa de gênero, identidade de gênero e políticas LGBT's na UFPA com seus respectivos trabalhos: “Tribos Urbanas” em Belém: *Drag Queens* – rainhas ou dragões? – da professora Izabela Jatene de Souza, na antropologia, Nos trabalhos como: “Homossexualidade: história, vida e luta”, de autoria de Maria das Graças dos Santos Brito, em 2000; “Desmistificando os ‘balaios de gatos’: a heterogeneidade homossexual”, de autoria de Fabrício Rodrigo Silva de Araújo, 2004; e “O movimento homossexual em Belém do Pará: uma aproximação à luz da experiência do Grupo Homossexual do Pará”, de autoria de M^a Jeane da Silva Cavalcante, em 2005. Rubens da Silva Ferreira, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos em 2003, intitulado: “Bonecas da pista no horizonte da cidadania: uma jornada no cotidiano travesti”; a dissertação de Aline Beckmann Meneses do Curso de Psicologia de 2005, intitulada: “Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano”..

Esses trabalhos acadêmicos na UFPA demonstram a histórica e pioneira construção teórica e por que não dizer política dos pesquisadores paraenses que se debruçam com a temática e deixam legados para os futuros estudiosos e acadêmicos? Destaca-se também neste sentido alguns trabalhos a partir dos anos de 2008 no cerne da criação do Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual – *Grupo Orquídeas* criado por estudantes LGBT's da UFPA.

O movimento LGBT no Brasil, assim como no estado do Pará tem como princípio norteador um histórico de luta recente se comparado aos movimentos sociais clássicos de trabalhadores, todavia, o marco de violação dos direitos humanos no Brasil, durante o regime militar, impulsionou as organizações LGBT's no enfrentamento à homofobia e todas às formas de violações contra os que diferenciam da heterossexualidade normativa.

Segundo Facchini (2003), a trajetória de surgimento do movimento homossexual ao movimento LGBT no Brasil, para fins analíticos, dividi-se em três momentos. O primeiro momento corresponde ao surgimento e expansão do movimento durante o período da abertura política. O segundo momento corresponde a partir de meados de 1980, coincidindo com o regime democrático e o surgimento da AIDS a chamada “peste gay”. O terceiro momento a partir do início da década de 1990 com reflorescimento do movimento LGBT, enfrentamento

a proliferação da AIDS e as novas formas de associativismo, fortalecida a partir dos anos 2000.

Desta forma, a trajetória histórica dos movimentos LGBT's no Brasil, é de suma importância para análise da efetivação do movimento e as históricas “bandeiras” de luta, através da interação internacional, nacionalmente e regional, no qual a Amazônia também faz parte do processo de participação e mobilização de enfrentamento à homofobia. No Pará, a militância LGBT não se diferencia do cenário nacional, entretanto, Belém apresenta-se com peculiaridades que a diferencia, seja nos aspectos culturais, regionais ou de formações desses grupos e nas estratégias de diálogo com governo municipal e estadual, seja pelo viés das mobilizações destacando as Paradas do Orgulho LGBT no Pará.

A década de 2000, em Belém do Pará, marca um novo processo de formação desses movimentos de enfrentamento à homofobia, no qual se destaca a institucionalização dessas organizações, em decorrência da necessidade de arrecadar investimentos públicos para suprir despesas e atividades internas e externas, tornando irreversível a exigência se buscar a formalização institucional.

Outra contribuição para o interesse da pesquisa foi minha experiência no Grupo de Homossexuais do Pará - GHP entre os anos de 2009 e 2012 no qual pude presenciar e atuar na Organização da Parada do Orgulho LGBT de Belém no ano de 2009 e participar de diversas atividades expositivas, campanhas e reuniões internas. Nesse período era nítida a dependência financeira do movimento do Estado para realizar suas atividades, uma das formas de arrecadar fundos era através de inscrições em editais de apoio às ONG's, principalmente do governo federal.

A construção das políticas públicas LGBT's de enfrentamento à homofobia na capital paraense, é uma conquista recente, devendo, assim, ser analisada, uma vez que faz parte dos processos de mobilização e participação política dos segmentos LGBT's. Neste contexto, os movimentos sociais tornam-se visíveis aos cidadãos brasileiros de tal forma que sua atuação demonstra de certa forma um grau de confiabilidade junto às reivindicações da sociedade perante o Estado. Ou seja, as construções das políticas públicas se tornam realidade a partir da pressão da sociedade civil organizada, isto é, através dos movimentos e sua atuação.

A história social dos movimentos LGBT's é recente, marca a década de 1970 como referência de sua gênese, o antes e depois da Constituição Federal de 1988 é essencial para conhecermos um movimento tão recente. A realidade do Movimento LGBT na Amazônia se construiu por outro viés histórico “isolado” mesmo presente na conjuntura histórica nacional,

marcado pela epidemia do HIV-AIDS na década de 1980, o reflorescimento na década de 1990 e as novas formas organizativas de 2000.

O resgate da memória e trajetória socio-histórica e política do movimento LGBT de Belém foi elemento essencial para o percurso deste trabalho. A incipiência de acervo bibliográfico, assim como a ausência de sistematização da produção e experiência do movimento LGBT belenense foi o denominador dificuldade deste trabalho, todavia, a exploratória pesquisa de campo possibilitou adentrar no universo da militância e suas raízes históricas.

Com intuito de descrever o percurso da análise no qual buscaremos aprofundar o debate, dividimos este trabalho em quatro capítulos:

No **Capítulo I**, realizamos uma breve reflexão teórica acerca de categorias que dialogam com o cerne do movimento LGBT, destacando o debate entre Gênero e suas expressões da sexualidade humana, destacando as categorias centrais da pesquisa: Sexualidade, Homossexualidade e homofobia. Neste capítulo a compreensão teórica e histórica dessas categorias são essenciais e fundamentais para a compreensão do todo. No **Capítulo II**, apresentamos a reflexão histórica dos movimentos LGBT's, um breve histórico dos novos movimentos sociais no Brasil; como se deu o processo de mobilização dos movimentos sociais no enfrentamento à homofobia; a construção das políticas públicas LGBT's com seus limites e desafios; e o debate em torno dos direitos humanos e princípios da dignidade humana como enfrentamento à homofobia.

No **Capítulo III**, adentramos na história dos movimentos LGBT's de Belém e suas particularidades e elementos regionais que fazem parte da atuação desses movimentos, no seio desta reflexão está a importância da Festa “As filhas da Chiquita” para o resgate da memória e gênese do movimento LGBT belenense, assim como símbolo da cultura profana e religiosa que faz parte do patrimônio cultural e imaterial da cultura paraense e acontece a cada ano às vésperas do “Círio de Nazaré” no segundo domingo de outubro. Traçar a reflexão acerca da importância do congresso da cidade em Belém do Pará e a organização do movimento, assim como destacar o símbolo do movimento e lutas através das paradas LGBT's no Brasil e em Belém do Pará.

No **Capítulo IV**, finalizaremos com a reflexão específica e análise da atuação dos movimentos LGBT's de Belém, com o perfil sociopolítico e histórico dos movimentos, a criação do Conselho de Diversidade Sexual – CEDS/SEJUDH; as conquistas históricas dos movimentos LGBT's na construção de políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia em Belém.

1. GÊNERO, (HOMO) SEXUALIDADE E HOMOFOBIA: PROCESSO SOCIO-HISTÓRICO DA SEXUALIDADE HUMANA E SUAS EXPRESSÕES

1.1 GÊNERO E (HOMO) SEXUALIDADES

Os gêneros e as expressões da sexualidade estão às amarras das regras do binário masculino e feminino, tão grande à diferenciação sexual biológica como em outro dado momento histórico no qual a ideologia sexista e o patriarcado detinham a hegemonia do sexo e poder.

O avanço histórico das reflexões teóricas acerca da sexualidade humana impulsionou a construção de outras subjetividades do gênero e sexo, como a manifestação da livre orientação sexual (aqui destaco a diversidade das expressões sexuais de identidade gênero: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), e nesta lógica é uma construção sociohistórica que desconstrói normatizações e padrões que foram impostos pelo ideário da dominação do sexo masculino.

Neste sentido gênero, identidade de gênero e sexualidade inclui-se no universo de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, e torna-se elemento essencial a partir da problematização e investigação para além de interrogativas, mas para reflexões empírico-teóricas das subjetividades e livre expressão das identidades na história. Todavia essa diversidade oriunda de um transcendentalismo histórico, em um dado momento encontrava-se sob a égide de um único sexo – *o masculino*.

Para Butler (2015), se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo, o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.

Contudo desmistificar os gêneros e suas relações sociais se torna um desafio, imbricada pela hegemonia sexista e heterossexista no qual seus significados e mudanças não são no imediato e em dado histórico atual, mas num processo de construção histórico-social.

Conforme Lauretis (1987), poderíamos dizer que assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade dos corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, o ‘conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais’.

A história da sexualidade vislumbra e demonstra a hipocrisia de nossas sociedades burguesas, que é forçada a algumas concessões, mas não a permissividade às sexualidades

ilegítimas que devem incomodar em outro lugar que não seja sob as normas e regras da sexualidade binária masculino-feminino (FOUCAULT, 2014, p 8). O uso desse termo sexualidade surgiu não para dar sentido de liberdade ao corpo humano, mas surgiu em relação a outros fenômenos sociais, dentre eles para: o desenvolvimento de conhecimento e investigação nos diversos campos da ciência, como da Biologia, Psicologia, Sociologia etc.

Segundo Foucault (1988, p. 09) a sexualidade era vista como uma figura de brasão contida, muda e hipócrita. No início do século XVII as práticas sexuais não procuravam segredos, as palavras eram ditas sem reticências excessivas e as coisas eram demasiadas sem disfarces. A passagem para o século XIX tem “um crepúsculo que teria à luz meridiana”, isto é, a livre expressão da sexualidade é enquadrada sob a égide do conjunto de normas do sexo-gênero da sociedade ocidental, a sexualidade toma novas formas e valores, tornando-se particularidade de duas únicas pessoas do sexo oposto, surge a família patriarcal baseada na procriação e hierarquia do sexo, agora a sexualidade tem a mera função de reproduzir.

O século XVII seria um início de repressão própria da sociedade chamada burguesa, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados. Denominar e impor regras ao sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e mais custoso. (FOUCAULT, 1988, p. 21)

Outrora o que era algo sem pudor para a humanidade, foi se reconstruindo através de valores culturais fruto de gerações que transformaram a sexualidade em regras pautadas em novas crenças e formas em que sua origem não se sabe o exato fato de seu acontecimento e tão pouco não pode ser contada o porquê deste percurso secular em meio à atualidade do século XXI.

Para Foucault (1988, p. 10) na questão social estava a família patriarcal, no espaço social de cada grupo familiar estava um único lugar onde a sexualidade era reconhecida como algo útil e fecundado: o quarto dos pais. A esterilidade era vista como demasiada e anormal, pois, não trouxera frutos para a humanidade.

A sexualidade humana é reflexo de uma construção social, no qual a conjuntura histórica teve como referência as normas relação heteronormativa predominante, e partir daí o surgimento da repressão sexual e estigmatização daqueles que divergem desses padrões.

Falar assim da sexualidade implicaria afastar-se de um esquema de pensamento que era então corrente: fazer da sexualidade um invariante e supor, que se ela assume, nas suas manifestações, formas historicamente singulares, é porque sofre os mecanismos diversos de repressão a que ela se encontra em toda sociedade; o que equivale colocar fora do campo histórico o desejo e o sujeito do desejo, e a fazer com que a forma geral de interdição dê contas do que pode haver histórico na sexualidade. (FOUCAULT, 1984. p. 10)

Neste sentido a sexualidade enquanto expressão do campo afetivo-sexual e diversidades sociais que são postas a partir da hierarquia sexual, é reduzida ao sexismo ou ao heterossexismo em que sexismo é uma posição ou uma postura misoginia, de desprezo frente ao sexo oposto, já o heterossexismo é superiorização da heterossexualidade sobre a homossexualidade e demais orientações e identidades sexuais de gênero (SMIGAY, 2002).

Para Lauretis (1987) as concepções culturais de masculino e feminino são como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, conforme os seres humanos classificam suas formas, embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está intimamente interligado a fatores políticos e econômicos da sociedade.

E neste viés o maior desafio é identificar a conjuntura ideológica e cultural da imposição da hierarquia sexual masculino-feminino e os elementos que fazem parte das relações sociais e culturais cotidianas desta realidade hierárquica, e nos permite permear os elementos que foram construídos pela hegemonia ideológica que ao mesmo tempo cria mecanismos de padrões normativos e segregações sociais cujo alicerce tendencia-se a partir da reprodução das classes antagônicas e permanência da contradição.

Segundo Lauretis (1987), a ideologia é um lócus extremamente importante para construção do gênero, mas que deve ser entendida como parte de uma totalidade social e não uma prática ou discurso autônomo. Contudo a ideologia do gênero deve ser compreendida e (re) produzida para além, seja ela uma prática literária ou cultural e na maioria das vezes pactuada apenas com o sexo biológico feminino-masculino, no qual deve-se ir adentrar à subjetividade da sexualidade e as diversas manifestações do gênero-sexo, através da reprodução social, cultural e política da sexualidade humana.

Conforme Lauretis (1987, p. 215):

Em vez disso, poderíamos imaginar vários conjuntos inter-relacionados de relações sociais – relações de trabalho, classe, raça e sexo-gênero: ‘ o que vemos não são duas esferas da realidade social, e sim dois (ou três) conjunto de relações sociais. Por enquanto chamaria estas relações de trabalho e sexo (ou classe e raça, e sexo-gênero)’. Os homens e as mulheres não só se posicionam diferentemente nessas relações, mas – e esse é um ponto importante – as mulheres são diferentemente afetadas nos diferentes conjuntos.

A relação imbricada pela relação classe-sexo-gênero perdura-se por uma construção que na conjuntura contemporânea há necessidade de contestar o histórico de opressão e repressão aos sujeitos que não seguem a heteronormativa imposta.

Para Bourdie (1999), em sua obra *A dominação masculina* a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação porque ela foi construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo e o feminino passivo, o desejo masculino como posse, domina o feminino subordinado. Eis o poder simbólico no qual os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes à relação de dominação, fazendo-as assim ser vistas como natural.

Segundo Bourdie (1999), a dominação masculina que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser feminino existe primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes e receptivos, delas se espera que sejam “femininas”, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E nesta lógica estão aqueles que possuem a personalidade feminina.

Falar de sexualidade humana e sua construção deve-se buscar as inferências dos valores culturais que fomentam as manifestações do sexo.

Segundo Laraia (1997, p. 67-68), nossa herança cultural da humanidade é desenvolvida através de inúmeras gerações, e sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento humano daqueles que agem fora dos padrões aceitos pelas comunidades, padrões frutos de valores culturais normativos. O autor nos traz como exemplo um homossexual que corre riscos de agressões físicas e psicológicas, ao ser identificado em uma via pública, que além de ter sofrido tamanha violência ainda foi objeto de termos depreciativos.

Para Laraia (1997, p. 72), o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como resultado a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e mais natural, isto é, etnocentrismo² cujas consequências refletem nos conflitos sociais, preconceito e discriminação daqueles que não seguem as normas e padrões impostos por uma sociedade machista, isto é, onde predomina a hierarquia pautada no sexo masculino dominador.

No desenvolvimento da sexualidade, determinadas expressões contrária a heterossexualidade predominante são vistas como anormal e desviante, pois, a hierarquia sexual determina o sexo superior e o inferior e a partir daí a construção da repressão.

Para Chauí (1985), a repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para

² Laraia (1997, p. 73) define o etnocentrismo como de fato um fenômeno universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade ou mesmo sua única expressão. As autodenominações de diferentes grupos refletem este ponto de vista.

controlar o exercício da sexualidade, sobretudo a orientação heterossexual, no qual é fundamentada em valores culturais que se perpetuam, através de dogmas cristãos, culturais e morais.

Valores esses que corroboraram para a estigmatização das minorias sociais, e aqui não ressaltamos apenas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT's, mas também negros, pessoas com deficiência, indígenas, mulheres, desempregados e crianças e adolescentes, fato pela qual a diversidade social, muitas das vezes é vista como algo anormal.

No percurso secular de dominação masculina, os movimentos feministas surgem como organizações revolucionárias, colocando em xeque o debate de gênero e sexo e nesse mesmo contexto de lutas, os sujeitos que se diferenciam da heterossexualidade normativa se fortalecem através das organizações sociais de enfrentamento a opressão e violação de direitos por gênero.

Em se tratando de sexualidade humana, a eminência de “tabus” estão enraizadas de preconceitos que vai desde uma indagação acadêmico-científica perpassando por violações verbais do senso comum. Nos últimos anos, historiadores e antropólogos “viraram a mesa” na academia: deixaram de fazer a história das elites e medalhões, recusaram-se a fazer da antropologia a ponta de lança da expansão imperialista. Tornaram-se escribas dos povos sem escrita, tradutores dos anseios das minorias oprimidas, o que não se distancia da formação profissional em Serviço Social e a intervenção nas questões das expressões sociais (MOTT, 1988, p. 07).

As expressões da sexualidade humana emergem inúmeras facetas acerca do saber do sexo e da questão de gênero, a modo que o tradicionalismo predominante da heterossexualidade vem perdendo suas influências normativas, e o espaço da sociedade contemporânea, emergindo a sexualidade como um direito humano, a partir do avanço e emergência dos movimentos LGBT's no enfrentamento à repressão de gênero e identidade de gênero.

Na sexualidade humana, enquanto manifestação do ego e desejos estão as várias formas de expressão do sexo e neste sentido a homossexualidade torna-se como algo diferente, e sua construção é realizada por um conjunto de fatores culturais, sociais e ideológicos.

Neste sentido, a homossexualidade enquanto manifestação da sexualidade é uma construção social no que tange o processo histórico da sociedade, pois, sua formação tem em suma, variadas características passíveis de mudanças no tempo e no espaço seja na subjetividade sexual ou na percepção daqueles que estão de fora.

A atual conjuntura de aversão, preconceito e estigma àqueles que não seguem os padrões das normas heterossexuais, tem raízes em sociedades distintas na diversidade complexa, no qual perpassam por uma gama de ideologias e culturas. O que hoje é aparentemente paradoxal, nas sociedades antigas, era completamente “tolerado”, na antiguidade grega, uma relação entre dois homens tinha um caráter de valores, dado o sentido de experiência que o rapaz mais novo adquiria relacionando-se com um homem mais velho, todavia, os gregos tinham uma relação de livre arbitrio e de liberdade. Isto é, percebe-se uma distinção entre a atual opinião pública de valores de segmentos morais e religiosos, no que concerne a relação entre pessoas do mesmo sexo.

‘Quanto às noções de “tolerância” ou “intolerância”, elas também seriam muito insuficientes para dar conta da complexidade dos fenômenos. Amar rapazes era uma prática “livre”, no sentido de que era não somente permitida por leis (salvo em circunstâncias particulares), como também admitida pela opinião. Ou melhor, ela encontrava sólidos suportes em diferentes instituições (militares ou pedagógicas)’. (FOUCAULT, 1984, p.170).

Vale ressaltar a intensidade cultural que se tem entre a cultura vivenciada na civilização Greco-romana até a formação da diversidade cultural contemporânea no que diz a construção histórica de valores e identidades sociais.

A cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em atender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los de conceber a realidade e expressá-la. (SANTOS, 1994, p.7).

E dentre as profundas reconstruções sociais que a sociedade vem construindo, um pensamento mascarado de preconceito, fomentando o surgimento do fenômeno da homofobia, algo enraizado de uma série de valores e fatores que para muitos são incógnitas, isto é, campos de indagações e busca de conhecimento. Valores estes, que fomentam uma visão preconceituosa, e na maioria das vezes que criam e reproduzem opiniões redundantes acerca da homoafetividade.

Para a sociedade contemporânea sexualidade e homossexualidade são vistas sob o viés do desconhecimento, todavia, as cortinas imaginárias vêm sendo retirada e desmascarada, pois, a ciência passa a investigar o fenômeno do sexo por vários aspectos. E nesta lógica buscaremos desmistificar o conceito homossexualidade e apresentar de tal forma que não esteja fundamentado no senso comum.

Gênero e identidades de gênero e o significado desses conceitos fazem parte do debate contemporâneo da sociabilidade e identidade LGBT, assim como está no cerne dos dilemas do movimento social LGBT, conforme discutiremos no quarto capítulo deste trabalho.

1.2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE (HOMO) SEXUALIDADE

Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma – outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para adjetivar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo (BORRILLO, 2010, p.13).

O desconhecimento acerca da homossexualidade contribui para o ideário da visão do senso comum, construído a partir da normalidade da família patriarcal, cuja definição é fundamentada em disfunções e comportamentos que se afastam da heterossexualidade tradicional, num contexto social divergente da atualidade e historicamente exterioriza profundas transformações, no que cerne a cultura, moral, religiosidade e família.

Atualmente a temática homossexualidade é objeto de pesquisa das ciências humanas, sociais e jurídicas, construção histórica que teve como precursor desta discussão o filósofo Michel Foucault no qual suas obras clássicas acerca da sexualidade contribuem para a investigação da temática, sobretudo na perspectiva do direito de livre expressão sexual na sociedade, como por exemplo, suas obras clássicas para a discussão da sexualidade humana: *História da sexualidade*³ Volumes I, II e III.

Nessa discussão científica, a obra traz uma contribuição grandiosa na construção do que seria o significado do conceito homossexualidade. Fato pelo qual os valores culturais e morais, estiveram se reproduzindo de geração a geração.

A discussão acerca da categoria homossexualidade requer uma contextualização histórica e antes de tudo referenciada por qual viés do campo das ciências será realizado a discussão e investigação – Ciências humanas e sociais, medicina humana e valores culturais.

Rios (2002, p. 31), enfatiza que há quatro concepções possíveis para traçar o significado das diversas visões sobre a homossexualidade: 1) a homossexualidade como

³ Michel Foucault em suas obras, *História da sexualidade I, II e III*, constrói uma discussão teórica e histórica sobre a sexualidade humana e a manifestação da homossexualidade. O clássico da sexualidade descreve a construção das relações sexuais e para tanto buscou fundamentação na Filosofia para desvelar uma temática desconhecida no campo do conhecimento científico.

pecado; 2) a homossexualidade como doença; 3) a homossexualidade como critério neutro de diferenciação e 4) a homossexualidade como construção social.

Para Rios (2002, p. 32), a homossexualidade como pecado, isto é, a prática entre pessoas do mesmo sexo é qualificada como moralmente reprovável e, no plano religioso pecaminoso. Tal concepção não se estrutura na classificação de gênero heterossexualidade e homossexualidade e tende a condenar todas as manifestações sexuais extraconjugais, bem como aquelas práticas sexuais não reprodutivas – inclusive dentro do matrimônio.

Nesta concepção os dogmas cristãos estão enraizados, cujas consequências resultam em valores morais perpetuados nas famílias tradicionais e patriarcais. A tradição cristã vem sendo corrompida por esses valores pecaminosos, de desvio moral e nefasto, pecado até de ser comentado.

Desta forma a tradição judaico-cristã deixou rastros no Brasil, através de sua moralidade que hostiliza a homossexualidade (MOTT, 1988, p. 23). Segundo MOTT (1988) - somitigos, timbira e jimbanda - estes foram os termos encontrados nos processos da Inquisição para se referir aos “sodomitas” brancos, índios e negros, respectivamente, quando os visitantes do Santo Ofício instalaram seus Tribunais na Bahia e Pernambuco entre 1591 e 1620. Perseguições que se perduraram anos e anos, objetivando o extermínio dos impuros perante Deus – os homoafetivos.

A homossexualidade enquanto pecado revela-se negativamente, causando um juízo condenatório, corrompendo o ser humano à imagem do criador divino à sua característica e semelhança. Conforme Rios (2002, p. 101):

[...] Neste contexto, toda prática sexual não-reprodutiva é qualificada negativamente, importando em transgressão do plano divino e afastamento da vida espiritual. A censura daqui decorrente a atos homossexuais é de toda lógica, pois, esses carecem de finalidade reprodutiva e são havidos fora do espaço matrimonial. São tidos como ofensas ao criador e à natureza, decorrentes da luxúria e da concupiscência [...].

A homossexualidade como doença, tem nesta concepção referenciais valorativos acerca de desvios morais, que resultam em desejos sexuais por pessoas do mesmo sexo. Destaca-se a homossexualidade como anomalia que se diferencia da heterossexualidade.

Para Rios (2002, p. 38), essa ideia é fruto do predomínio da mentalidade científica sobre a religiosa, contribuindo para a construção das ciências médicas e psicológicas para explicação da homossexualidade. Nesta compreensão a chamada “medicalização da homossexualidade” é preciso rever como o sexo se tornou objeto de pesquisa científica no ocidente.

A origem desta “ciência do sexo” é situada nas primeiras décadas do século XIX, em virtude das consequências da urbanização e da industrialização, especialmente diante do temor das epidemias e da necessidade da imposição de disciplina às classes trabalhadoras (RIOS, 2002, P. 106).

Borrillo (2011, p. 31), considera tal forma de conceituar a homossexualidade como doença, de homofobia clínica, categoria que será discutida mais adiante. A noção de sexualidade entre pessoas do mesmo sexo esteve presente por muito tempo no discurso da área de medicina e se perpetua por décadas até nossa contemporaneidade, estando em visões e colocações do senso comum.

Todavia o conceito de homossexualidade como doença, tem se esvaziado nos avanços do século XXI, resultado do próprio avanço das pesquisas científicas acerca da homossexualidade e identidades sexuais, juntamente com a contribuição dos movimentos sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT’s.

Tal avanço é destacado na exclusão do termo: transtornos mentais e de comportamento para designar a homossexualidade na Organização Mundial da Saúde – OMS, pelo Código Internacional de Doenças – CID-10, critérios que diagnosticava o desvio do homossexual.

Já a homossexualidade enquanto critério neutro de diferenciação apresenta-se em um contexto histórico-social da sociedade contemporânea, com inúmeros fatores que contribuem para uma visão de neutralidade à homossexualidade.

Rios (2002, p. 49), enumera alguns fatos ocorridos que contribuíram para determinada designação de neutralidade face a homossexualidade, ao passo que as transformações sociais, a ascensão do capitalismo industrial e surgimento das grandes metrópoles, contribuiu também a organização civil de grupos sociais LGBT’s através de formações de “comunidades homossexuais”, organização dos movimentos sociais de identidades sexuais, o impacto dos movimentos feministas na estrutura social, a crise da modernidade familiar e a moralização, contribuição do apogeu dos movimentos estudantis e a aceção dos conceitos médicos e psicológicos acerca da homossexualidade como doença.

Já a concepção da homossexualidade como construção social – conceito base para este trabalho – surgiu de um contexto histórico-cultural de transformação de valores, no qual foram reafirmados a partir de modelos de famílias patriarcais e normas impostas. Fruto da supremacia monogâmica heterossexual, se estendendo da antiguidade à atualidade, todavia, essa concepção enseja uma visão totalizante e macro da diversidade sexual e identidade de gênero.

Rios (2002, p. 55), concebe a homossexualidade como construção social de forma significativa de postular que a identificação de alguém ou a qualificação de seus atos sob uma ou outra orientação sexual só tem sentido na medida em que, num certo contexto histórico cultural, houver a institucionalização de papéis e de práticas próprias para cada um dos sexos, onde a atração pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo seja considerada um elemento relevante, capaz inclusive de impor diferenças de tratamento entre os indivíduos.

Historicamente, esta mudança ocorreu num espaço de tempo tão curto quanto suas consequências potencialmente revolucionárias (RIOS, 2002, Pg. 123). Outrora o que era visto sob égide de regras e hierarquização estava por desconstruir os vários sentidos pejorativos direcionados aos LGBT's.

A partir de meados do século XX já surgiam os movimentos sociais LGBT's, na Europa, Estados Unidos e até no Brasil, esses movimentos deparavam-se com desafios extremamente coercitivos enraizado com valores morais e dogmáticos em contextos socioeconômicos e políticos específicos.

Contudo os movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada tem importante papel no que tange à concepção da homossexualidade como construção social, no sentido que as lutas sociais históricas, trazem em si um ideário de direitos, cidadania e ampliação dos direitos humanos.

Para Rodrigues (2004, p. 175), na Europa e nos Estados Unidos os homossexuais já gozavam de certa força e poder de pressão junto ao Estado. No dia 28 de Junho de 1969, no *Greenwich Village*, em Nova York, ocorreu uma rebelião de travestis denominada 'Motim de *Stonewall*', por ser o nome de um bar, '*Stonewall In*', localizado na *Christopher Street*, a rua mais movimentada da área conhecida como o 'gueto' homossexual de Nova York.

A construção social da homossexualidade é um conceito que está em processo, fato pelo qual se apresenta de forma inacabada sob embasamentos teóricos das ciências humanas e sociais.

A relação afetivo-sexual entre duas pessoas do mesmo sexo tem em sua expressão social da sexualidade humana, formas de interagir entre os indivíduos num conjunto de fatores internos e externos do relacionamento sexual, assim como na questão da heterossexualidade, fato pelo qual é nítido a predominância do senso comum em se tratando de sexualidade humana.

Foucault (1988, p. 57), define a ciência da sexualidade humana e suas evoluções como *Scientias Sexualis*, no sentido que as características traduzem representações confundidas com a ideologia, de um desconhecimento induzido pelas interdições. Definição

histórica de bases teóricas da psicologia e da medicina, caracterizando o que divergiam da heterossexualidade, necessitava de ajustamentos e procedimentos patológicos para obtenção de resultados “benéficos” da humanidade.

Neste sentido os anos 2000 trouxeram avanços no debate em torno da sexualidade e identidades como um direito cidadão de expressar-se para si e no convívio social o desejo sexual. Surge a homoafetividade como um novo substantivo de expressão afetiva entre pessoas do mesmo sexo para além do relacionamento sexual, isto é, como forma de enfrentamento ao estigma velado pelo sufixo “ismo” no termo “homossexualismo” no sentido de discriminar a pessoa. “Homoafetividade” passou a ser incorporada ao vocabulário jurídico e aos movimentos sociais LGBT’s.

O conjunto de atos repressivos aos que se diferenciam da heterossexualidade predominante forma a aversão aos homoafetivos homens e mulheres, no qual as variadas violações, físicas e psicológicas tornam-se nítida no contexto da violência homofóbica no Brasil e no Pará. Conceituar a categoria homofobia é uma necessidade, pois, assim, fundamenta a discussão teórica e metodologicamente.

1.3 LGBTFOBIA E SUAS VIOLAÇÕES

A homofobia enquanto processo de discussão conceitual, tem suas raízes na Filosofia e Antropologia, dentre eles destacam-se Michel Foucault e em 1927 Malinowski, o último considerado como um dos fundadores da moderna antropologia já chamava a atenção para a importância de se estudar temas da sexualidade humana, tirando-se a “folha de parreira que cobre o sexo”. (MOTT, 1988, p. 21).

Os elementos precursores da hostilidade contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT’s emanam da tradição judaico-cristã que se perduram por séculos e até hoje – homofobia. Segundo Borrillo (2010), homofobia é um fenômeno social que retrata a atitude de hostilidade contra o homoafetivo, homens ou mulheres, cuja aversão culmina em preconceito e discriminação ao ser humano, atitudes que resultam em violências físicas e psicológicas e até homicídios. O termo foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971; entretanto, somente na década de 1990 ele apareceu nos dicionários franceses.

Para trabalharmos com o conceito homofobia temos que contextualizá-lo historicamente, isto é, no tempo de construção do qual desde os primórdios de violação de direitos daqueles que não seguiam a heterossexualidade normativa através de regras. Sabemos que a violência contra os homoafetivos existiu e existe, entretanto, percebemos que o atual

contexto nos demonstra gamas de desafios e conquistas acerca de políticas públicas na temática homossexualidade, pelo viés da livre expressão da orientação sexual nas relações sociais contraditórias por ideologias e valores.

A ideologia homofóbica está contida no conjunto das ideias que se articulam em uma unidade relativamente sistemática (doutrina) e com finalidade normativa (promover o ideal heterossexual) (BORRILLO, 2010, p. 64). Desde então, a partir deste conceito, o enfrentamento à homofobia passou a ser uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais LGBT's no Brasil e no mundo. Tal violação aos direitos humanos tem se tornado “comum”, em grandes capitais e áreas urbanas do Brasil.

No Brasil o contexto da violência homofóbica se revela de forma institucionalizada através das organizações dos movimentos sociais LGBT's a partir do final da década de 1980 com emergência dos movimentos com objetivo de materializar os dados de violência homofóbica brasileira, neste sentido através do mapeamento de dados da realidade de crimes ocorridos contra os LGBT's, destaca-se o Grupo Gay da Bahia – GGB, instituição pioneira de enfrentamento à homofobia que tem como um dos objetivos sistematizar dados relevantes da violação de direitos humanos, por intolerância da orientação sexual na sociedade brasileira.

O cenário de violação de direitos dos LGBT's é descrito segundo o Relatório Anual do GGB (2011) como um fenômeno social que se revela com dados que mostram o crescimento anual, sendo documentados 266 homicídios LGBT's no Brasil no ano de 2011, nação que lidera em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos, nos últimos 6 anos houve um aumento de 118% desses crimes. O GGB há três décadas coleta dados de informação sobre a homofobia no Brasil, denunciando ao Estado em suas esferas administrativas estadual e federal, violações contra a pessoa humana que demonstram a real necessidade de políticas públicas e sociais, por meio da intervenção do Estado e seus respectivos gestores.

Os dados oficiais do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (Brasília, 2011), demonstra que de Janeiro a Dezembro de 2011 foram denunciados 6.809 violações de direitos humanos LGBT's do disque-100, disque-Direitos Humanos da Secretária Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, sendo deste total 302 casos de denúncia no Estado do Pará, sendo especificamente no município de Belém 128 casos de denúncia com 08 (oito) homicídios. Esses dados deram suporte documental e investigativo, para o fortalecimento de políticas públicas e sociais de enfrentamento à homofobia, a exemplo do Programa Brasil sem Homofobia e Programa Pará sem homofobia, no qual nos deteremos mais nos próximos capítulos deste trabalho.

Os estudos sobre homofobia devem levar em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e as sexualidades (BORRILLO, 2010, p. 30). Fato pelo qual a hierarquização do poder homem e mulher, macho e fêmea, determina o eminente repúdio e hostilidade aos sujeitos LGBT's que não seguem o conjunto das normativas heterossexuais, isto é, numa reprodução sociocultural que reverbera diretamente na subjetividade humana e suas relações sociais, revelando-se assim as relações de poder prescritas nas relações de gênero e a dominação masculina.

Todavia, a dominação masculina contribui também para o surgimento deste fenômeno social, pois, semelhante à mulher, que é compreendida como ser inferiorizado, os LGBT's também sofrem o estigma do sexo "frágil".

Para Borrillo (2010), essa ordem sexual, isto é, o sexismo que consiste na superiorização de um sexo sobre o outro, ou seja, a subordinação do não-masculino, fundamenta a homofobia, a partir da dominação masculina, caracteriza-se as mais variadas formas de violências que vão da simbólica à vida ceifada, no qual naturalizar essas violações é invisibilizar as facetas do sexismo, caracterizada pelo conjunto de violações do ser humano, no qual a cultura do sujeito superior e o inferiorizado se reproduz pela sociedade como a reprodução meramente cultural e natural .

Segundo Bourdieu (1999), a violência simbólica se consolida quando os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais, isto é, a força simbólica que é uma forma de poder que se exerce sob a sociedade, uma violência quase invisível que se exerce velado por símbolos culturais e materializado pelas instituições, famílias, igreja, escola e Estado.

Bourdieu (1999), sintetiza de forma clara, coesa e crítica a violência simbólica como consequência da dominação masculina, primazia universalmente concedida aos homens sob as mulheres e identidades sexuais não-heterossexual, estruturas sociais que foram construídas a partir de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas na divisão sexual do trabalho, da reprodução biológica e social. Tal reprodução da dominação tem seus meios de reconstrução nas instituições dominantes no qual a hegemonia heterossexual e masculina tornou-se como única e significativa expressão da sexualidade humana na sociedade, famílias, igrejas, escolas e Estado.

A histórica, cultural e social submissão feminina ao poder masculino, assim como a submissão de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, revelam que tal hostilidade, aversão e violação com as diversas formas de opressão não são tão recente e se

remonta por séculos e que a partir do século XVI a sexualidade foi incitada a se manifestar como ressalta Foucault em sua genealogia da sexualidade humana.

Segundo Borrillo (2010, p. 43), a homofobia suscita reações diferentes nos dias de hoje, contudo esse conceito tem sofrido transformações e sua problematização concretiza novos significados. O autor define as várias formas de homofobia que podem ser exteriorizada e hostilizada aos LGBT's.

A homofobia clínica surgida no decorrer do século XX era fundamentada na lei divina e do direito, sobretudo do discurso da área da medicina, resgatava os valores do casal heterossexual e culminava na rejeição do celibatário e do homoafetivo (BORRILLO, 2011, p. 64-65).

Para Borrillo (2011, p. 65), a homofobia clínica considera que a ausência do desejo pelas pessoas do sexo oposto impele as relações necessariamente estéreis, situação considerada uma problemática patológica, sobretudo em um momento em que a teoria darwiniana sobre a evolução das espécies era amplamente disseminada nas esferas científicas.

A homofobia antropológica é baseada na figura específica do darwinismo social, seu surgimento é baseado no recurso à teoria da degenerescência das culturas a fim de explicar a inversão sexual (BORRILLO, 2010, p. 73).

Segundo Borrillo (2010, p. 74), a homofobia antropológica enfatiza que a igualdade de direitos LGBT's é considerada, por conseguinte, uma ameaça à essencial divisão dos sexos e em nome dessa divisão é que as uniões homoafetivas devem ser deixadas à margem do direito da família.

Já a homofobia liberal fundamenta-se em uma dupla ideia que organiza o discurso dos liberais sobre os homoafetivos, por um lado eles consideram a homossexualidade como uma escolha, cuja natureza é semelhante a de uma opinião política, de uma confissão religiosa ou de um compromisso intelectual, por outro lado, tal ideia estaria relacionada exclusivamente à vida íntima do indivíduo (BORRILLO, 2010, p. 76).

Segundo Borrillo (2010, p. 76), a homofobia liberal preconiza a tolerância para com os homoafetivos, mas considera que a heterossexualidade é a única a merecer o reconhecimento da sociedade e o único comportamento sexual suscetível de ser institucionalizado.

Já a homofobia "burocrática": o stalinismo é fundamentado no caráter de decadência das sociedades capitalistas e burguesas, nela está a ideologia comunista através dos movimentos populares e do operariado sob a égide do machismo (BORRILLO, 2011, p. 78).

Segundo Borrillo (2010, p. 79), Engels considerava que a emergência da homossexualidade na Grécia Antiga seja o resultado da desintegração moral dos homens. Em seu livro publicado em 1884 – *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* – o filósofo alemão ressalta que:

[O aviltamento das mulheres refluíu sobre os próprios homens, e também, acabou por aviltá-los ao ponto de levá-los às repugnantes práticas da pederastia e a desonrarem seus deuses e a si próprios pelo mito de Ganimedes] [único amor homoerótico de Zeus com um jovem mortal]. (ENGELS, 1983, p.140 apud BORRILLO, 2011, p. 79).

Para Borrillo (2010, p. 80), a ideologia comunista do final do século XIX, tornava a homossexualidade como sinônimo de decomposição da sociedade capitalista. Os comportamentos de ordem não heterossexuais iriam desaparecer naturalmente, pois, a ordem social se completaria com a ordem moral e a partir daí emergiria uma nova moral individual isenta da homossexualidade.

Neste sentido definir e conceituar a homofobia e seu caráter extremamente excludente, violador e homicida não é tarefa fácil, por se tratar de um conceito recente e por que não dizer ainda em construção?, que a partir das Conferências⁴, Estadual do Pará e Nacional do Movimento LGBT que se dominou e passou-se a utilizar o termo LGBTfobia, pois, engloba o conjunto de expressões da sexualidade: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros a várias fobias e opressões contra esses sujeitos sociais.

As várias facetas da homofobia e das violações aos direitos LGBT's, descrevem um cenário de desafios para os mecanismos de enfrentar tal fenômeno social, neste contexto estão os cidadãos LGBT's, a sociedade civil organizada através dos movimentos sociais e o Estado por meio da intervenção das políticas públicas de enfrentamento à homofobia.

Homofobia, por se tratar de um conceito recente e porque não dizer em construção também, hora utilizaremos homofobia para referenciar o conjunto de violações e hostilidade aos sujeitos que não seguem a heteronormativa heterossexista, entretanto o termo etimologicamente contempla apenas um grupo social – homossexual/homoafetivo, e outras identidades não sentem-se contempladas. A partir da 3^o Conferência Nacional LGBT e Estadual do Pará, respectivamente realizadas em março e abril de 2016, passou-se a utilizar politicamente o termo LGBTfobia, pois, nesse sentido contemplaria todas fobias às identidades de gênero e expressões da homossexualidade. Hora utilizarei neste trabalho o

⁴ 3^a Conferência Nacional de Políticas Públicas de LGBT realizada entre 24 e 27 de abril de 2016 em Brasília – DF e 3^a Conferência de Políticas Públicas LGBT's do estado do Pará, realizado entre 04 e 06 de março de 2016 em Belém-PA.

conceito homofobia, hora o termo político LGBTfobia, ambos termos preciso, que não cabe neste exato momento aprofundar neste trabalho com seu significado e problematização acerca da teor epistemológico e político.

2. OS MOVIMENTOS LGBT'S E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA

2.1. HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS LGBT'S

A luta dos movimentos sociais LGBT's no Brasil, no enfrentamento ao histórico de opressões, é anterior à Constituição Federal de 1988. A história nos remete a um processo democrático recente, todavia, o conjunto de elementos de violações de direitos aos sujeitos LGBT's ultrapassa a realidade contemporânea.

Para Prado e Machado (2008, p. 88), o surgimento dos movimentos pela livre orientação sexual brasileira teve influências internacionais e este é dividido em três momentos. O primeiro momento refere-se ao surgimento das diversas organizações e personalidades em países europeus, que foram de meados do século XVIII, torna-se mais nítido no século XIX e se encerra no século XX.

O segundo momento refere-se aos movimentos homófilos⁵ que se inicia após a II Guerra Mundial e termina na Revolta de *Stonewall Riots*, que será abordada posteriormente. Já o terceiro momento refere-se especificamente aos movimentos que integram a fase atual contemporânea surgida após o ano de 1969.

Segundo Prado e Machado (2008, p. 88) a fase internacional pós 1969 é conhecida por muitos autores e militantes como “*Gay Liberation*” ou “*Liberção Gay*”, de certa forma, o *boom* das lutas sociais LGBT's no cenário mundial.

Esta fase é conhecida como o “embrião” dos movimentos LGBT's no mundo, pois, a formação dessas organizações exigiu coragem, criatividade e liberdade numa lógica cultural de padrões morais da sexualidade. (PRADO e MACHADO, p. 89).

No contexto nacional brasileiro a organização dos movimentos, encontrava-se em realidades diferentes do contexto global, a militância deparava-se numa realidade repressiva e autoritária reflexos da ditadura militar a partir de meados do século XX.

Para Rodrigues (2004, p. 174), no Brasil, a partir dos anos 1970, começava a despertar o movimento ‘gay’ – alguns artistas e notáveis de renome nacional assumem

⁵ Segundo Machado e Prado (2008) o termo Homófilo era usado para designar as relações homoafetivas entre pessoas do mesmo sexo, invés de utilizar o termo “homossexual” na Europa, pois, o uso desta palavra enfatiza mais amor entre pessoas do mesmo sexo do que simplesmente os comportamentos sexuais.

timidamente sua condição de homossexual, defendendo o que a comunidade norte-americana chamou de ‘outing’, isto é, o “sair do armário”, enfrentando os preconceitos sociais. Caetano Veloso, antecipando-se aos acontecimentos, em 1968, provocava escândalo cantando a música ‘é proibido proibir’.

Prado e Machado (2008, p. 86), enfatizam que os movimentos sociais que surgem após a abertura política na América Latina desenvolveram culturas políticas pluralistas que transcendem a política institucional e as concepções de cidadania e democracia formais garantidas por meio das instituições formais.

Para Prado e Machado (2008, p. 114), a história do movimento LGBT brasileiro apresenta-se em três fases distintas: a “primeira onda”, destaca-se o *Jornal Lampião da esquina* e o Grupo Somos; a “segunda onda” fortemente relacionado ao surgimento da epidemia da AIDS nos anos de 1980 e a “terceira onda” com o fortalecimento e a proliferação dos movimentos sociais homoafetivos a partir da década de 1990.

Os movimentos LGBT’s brasileiros surgidos em meados do século XX teve como marcos histórico-político grandes influências do contexto internacional de mobilização, especificamente dos movimentos LGBT norte-americano que num fato histórico de violação de direitos estiveram como protagonistas: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, vítimas de uma gama de preconceitos, violências, discriminações, agressões físicas e psicológicas. Na noite de 28 de junho de 1969 em Nova York, esses cidadãos sofreram intensas repressões policiais repugnantes, não obstante, os LGBT’s passaram à reivindicar direitos e liberdades junto ao Estado repressor. Esse fato ficou conhecido com a *Revolta de Stonewall Riots*, tornando um acontecimento de grande repercussão na conjuntura de lutas da América Latina, em que os movimentos incorporaram o sentimento de lutas sociais, igualdade e a busca de respeito social, resultado deste acontecimento que tem valor histórico e simbólico para todo o segmento LGBT.

A partir da década de 1970, os Movimentos LGBT’s apresentaram uma conjuntura acentuando uma série de planejamento de combate a inúmeras violências e relatos de homicídios sofridos por pessoas que fugiam de uma regra moral pautado na heterossexualidade normativa, aludindo a partir daí um cronograma de atividades, pautas e bandeiras de lutas em busca de Políticas Públicas (neste contexto a principal bandeira de luta era a exclusão da homossexualidade como doença na Organização Mundial de Saúde), no entanto, os movimentos deparavam-se com um Estado autoritário e militar que dificultava a própria militância e que, ao mesmo tempo, davam-lhe fôlegos para o fortalecimento dos

militantes e fortalecendo as organizações LGBT's na América Latina, dentre esses países, o Brasil.

Já segundo Facchini (2003), a trajetória do surgimento do movimento homossexual ao movimento LGBT no Brasil, para fins analíticos divide-se em três momentos: o primeiro momento corresponde ao surgimento e expansão do movimento durante o período da abertura política; o segundo momento corresponde a partir de meados de 1980, coincidindo com o regime democrático e o surgimento da AIDS, a chamada “peste gay”; o terceiro momento a partir do início da década de 1990 com reflorescimento do movimento LGBT, enfrentamento a proliferação da AIDS e as novas formas de associativismo, fortalecida a partir dos anos 2000.

No contexto nacional do movimento LGBT surgiu o Jornal *Lampião da Esquina*⁶, no final da década de 1970, na cidade do Rio de Janeiro e publicado em diversas cidades, tornando-se referência para as lutas contra a homofobia no Brasil. Destinado ao público LGBT's trazia consigo uma linguagem acessível e muita das vezes irônicas e ricas, com uma variedade de discussão e exposição, dentre eles debates, artigos, entrevistas e denúncias, para além de uma visão pornográfica no qual os LGBT's eram taxados como sujeitos anormais e desviantes. Encerrou com sua última publicação em 1981 às vésperas da redemocratização e construção da Constituição de 1988 do Brasil.

A partir da década de 1980, os movimentos sociais em geral, com as novas configurações em meio à sociedade e o Estado, cristalizam ideias via projetos com o objetivo de possibilitar o diálogo entre militância e Estado.

Conforme Viana (2000, p. 38):

O país ensaiava novos passos rumos a uma democracia frágil. Os espaços de construção de novas entidades eram múltiplos. Mulheres, operários, estudantes, meninos de rua, CEB's, homossexuais, negros, índios, ecologistas, pacifistas e tantos outros protagonistas de manifestações coletivas revelaram um país em ebulição, com variados problemas, a exigir do poder público novas práticas políticas que incorporassem as preocupações desses setores.

Para a sociedade globalizada a discussão dos direitos humanos mundial no que cerne os direitos sexuais para a população LGBT e a luta dos movimentos sociais LGBT's do início da década de 1980 no Brasil teve como reconstrução das bandeiras de luta brasileira a liberdade a partir da livre orientação sexual e liberdade de identidade de gênero) e na construção de ideário pautado na cidadania LGBT e princípios da dignidade humana, isto é,

⁶ Jornal *Lampião da Esquina* foi uma das primeiras grandes publicações destinadas ao público homossexual no Brasil. O Movimento gay de Minas/MGM disponibiliza em seu acervo algumas edições do *Lampião da Esquina* para consultas. Disponível em <http://www.mgm.org.br/portal/modules.php?name=News&file=article&sid=94>.

ressalta-se como o grande desafio dos movimentos sociais nacionais e internacional a primeira luta simbólica e histórica no qual foi no final da década de 1980 a partir da Assembleia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde – OMS no qual se retirou a expressão homossexualidade da classificação internacional das doenças – CID, conquista das bandeiras de lutas LGBT's pioneira.

Propiciando a partir daí debates e discussões dos movimentos sociais LGBT's, no sentido de propor ao Estado, em suas diferentes esferas administrativas, políticas interventivas fundamentadas de fato na ampliação e consolidação dos direitos sexuais, emanando das lutas por direitos humanos.

Destaca-se a partir da década de 1990, uma efervescência do movimento LGBT, isto é, apresentando-se ao cenário de um Estado democrático. Esses movimentos passam a expandir-se em todo Brasil e surge um movimento heterogêneo cuja diversidade está pautada na pluralidade intrínseca ao LGBT. Surgem Associações baseadas na própria diversidade homoafetiva, segmentando a bandeira e fortalecendo as bandeiras de lutas.

Segundo Irineu e Rafael (2008, p. 114), a maior marca do movimento LGBT brasileiro no final da década de 1980 e início da década de 1990 foi a sua nova configuração em Organizações Não-Governamentais – ONG's, isto é, a “ongnização” dos movimentos, havendo um aumento considerável de organizações de enfrentamento à homofobia. Em 1995, é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT, iniciando com 31 grupos ativistas e atualmente torna-se a maior rede LGBT na América Latina.

No que tange ao histórico dos movimentos LGBT's no estado do Pará, apesar dos limites de acesso aos acervos bibliográficos e produção científica na discussão desta temática, buscamos extrair ao máximo o debate dos demais teóricos que ressaltam a peculiaridade nesse estado.

Assim, no Pará a mobilização dos segmentos homoafetivos tem seu início a partir da festa *As Filhas da Chiquita*⁷, em meados dos anos 1970. Tratava-se de uma “festividade” como uma iniciativa carnavalesca no qual tomou uma proporção de tal maneira que se teve a necessidade estruturar a manifestação social como um grupo de resistência. A festa ocorria anualmente por ocasião das festas do círio⁸ de N. Sa. de Nazaré que acontece no mês de outubro. A partir daí surgia o embrião dos movimentos sociais LGBT's paraense, seu

⁷ Documentários as Filhas da Chiquita disponibilizados em: http://www.youtube.com/watch?v=7Cu_mt2SXBc, no terceiro capítulo deste trabalho, trataremos especificamente acerca da manifestação social “As Filhas da Chiquita” e seu significado para o Movimento LGBT de Belém.

⁸ Círio de Nossa senhora de Nazaré ou simplesmente Círio de Nazaré, é a maior manifestação da Igreja Católica brasileira, é realizada todo segundo domingo do mês outubro em Belém do Pará.

aparecimento copilava irreverência e miscigenação do religioso e profano, o que era uma simples e grande homenagem ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira paraense, tornava-se o “grito dos excluídos”.

De acordo com o Documentário *As Filhas da Chiquita* (2004), estavam presentes nessa manifestação: prostitutas, mendigos, lésbicas, gays, travestis e transexuais – LGBT, negros etc, e esta era a oportunidade desses segmentos marginalizados pela sociedade terem visibilidade enquanto cidadãos de direitos e nada melhor do que isso acontecer durante a maior manifestação católica do mundo - *o círio de N. Sa. de Nazaré*, no qual despertava a indignação e organização dos homoafetivos paraenses, provocando a mobilização através da reação de enfrentamento ao preconceito e discriminação homofóbica.

Após o surgimento dessa manifestação, entre as décadas de 1980 e 1990, com a efervescência dos movimentos sociais brasileiro, o estado do Pará avança na organização e mobilização LGBT na região norte. Os movimentos LGBT's da cidade de Belém emergiram a partir da conjuntura de enfrentamento à homofobia, contribuindo no planejamento da festa *As Filhas da Chiquita*, contexto de visibilidade de suas forças e lutas sociais, direcionados pela divulgação da cultura LGBT paraense, através de apresentações artísticas, performances e serviços de prevenção à saúde dos LGBT's, objetivando as várias facetas do enfrentamento à homofobia.

Desde 2004 a Festa da Chiquita foi tombada como patrimônio cultural brasileiro e parte do Círio de Nazaré pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural - IPHAN⁹.

Em Belém do Pará, as organizações Somos e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT¹⁰ influenciaram o modelo seguido por dezenas de entidades e organizações. Nesse processo de mobilização social brasileira, destacam-se os movimentos LGBT's da região paraense e dentre eles os principais¹¹ surgidos a partir da década de 1990: o Movimento LGBT, o Grupo de Homossexuais do Pará (GHP), ONG COR (Cidadania, Orgulho e Respeito), Grupo Pela Livre Orientação Sexual (APOLO) e o Grupo de Travestis e Transexuais de Belém (GRETТА). Os movimentos vêm sofrendo constantes críticas, no que diz respeito às formas de organizações e estratégias que impliquem e na autonomia e imparcialidade partidária, devido muitos participarem de programas governamentais e possuírem afinidades com determinados partidos políticos e governos. O maior desafio dos

⁹ Dossiê IPHAN I Círio de Nazaré que oficializa o tombamento da Festa da Chiquita enquanto patrimônio cultural nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=725>.

¹⁰ Somos e ABGLT foram os grupos pioneiros de enfrentamento à homofobia na sociedade brasileira.

¹¹ O mapeamento dos movimentos sociais LGBT's em Belém foi realizado a partir de pesquisa documental e será enfatizado especificamente no Capítulo 4 deste trabalho.

movimentos LGBT's está na estrutura de formação, independência e olhar crítico nas políticas públicas.

A Política Pública voltada para os cidadãos LGBT's brasileiros destaca-se por sua construção, uma vez que historicamente o Estado jamais tinha dado um salto emancipador no sentido de políticas para uma livre orientação sexual.

A conjuntura dos Movimentos LGBT's encontra-se no seio de uma nova reestruturação da sociedade e mecanismos do Estado neoliberal brasileiro. Dentre elas a discussão teórica de democracia popular e lutas sociais emancipatórias de uma série de grupos sociais.

Para Rodrigues (2009), no caso brasileiro, a minimização do Estado deu-se, ou inicia-se paralelamente, ao avanço do processo de democratização, mais precisamente, quando em países mais desenvolvidos - e alguns deles com poder de influência nas questões internas brasileiras - apregoavam o fim do Estado do Bem-estar, no Brasil estava em movimentos de lutas por direitos políticos, civis e sociais.

Para tanto, a primeira década do século XXI é possuidora de grandes conquistas e desafios para o movimento LGBT, trazendo consigo o agir e planejar dos governos por meio de planos, programa e projetos de combate à homofobia.

Os anos 2000 apresentam-se com nova conjuntura para os movimentos sociais em meio os desafios para proposição de políticas públicas, no qual a própria militância expressou a reconstrução de novos valores advindos dessa nova realidade social. De certo que o contexto socioeconômico, cultural e político do neoliberalismo contribuiu de forma acentuada a organização dos grupos sociais no cenário da democracia participativa e do controle social.

Os movimentos LGBT's buscam construir uma bancada parlamentar representativa, objetivando agendas junto ao Governo e diálogo entre lideranças políticas que se aproximam com ideologias político-partidárias. Todavia, esta forma de “diálogo” entre governo e movimentos sociais acaba por influenciar em uma nova roupagem e associativismo, cuja imparcialidade partidária da época de origem passa a ser corrompidas, entretanto, essas iniciativas de aproximação entre os atores sociais, ganha visibilidades, conquistas e projetos de enfrentamento a homofobia, isto é, um olhar de sujeitos de direitos.

Para Irineu e Rafael (2008, p. 120), o ano de 2001 era “mágico” para o movimento LGBT brasileiro, a possibilidade de eleger o operário Luis Ignácio Lula da Silva, presidente do Brasil, fortalecia a bandeira arco-íris em uma certeza da luta ser concretizada. Durante vários momentos, quando os governos municipais e estaduais tiveram a frente o Partido dos Trabalhadores – PT e nestas gestões apresentava-se através de um diálogo eloquente

almejando “mudança”, pois, este fato se deu pelo expressivo número de lideranças dos movimentos LGBT’s serem vinculados ao PT.

Segundo Irineu e Rafael (2008, p. 120), após ganhar a eleição, o governo Lula precisou de 02 (dois) anos para cumprir a primeira “promessa”, junto aos “petistas” do movimento LGBT, com uma política pública LGBT consolidada e fundamenta em uma lei que criminalize a homofobia no Brasil. Estava presente naquele contexto da gestão petista – as políticas neoliberais – evidenciadas e consolidadas a partir de 1989, nos *governos Collor e Fernando Henrique Cardoso*.

Em 2004, o governo federal através da Casa Civil da Presidência da República Brasileira e Secretaria Nacional de Direitos Humanos lançam o Plano Plurianual 2004 a 2007 com objetivo de orientar estrategicamente o governo, criar programas de governo e programa sociais, dentre eles propostas de avanços para a garantia dos direitos humanos da sociedade brasileira.

Eis o avanço histórico da conquista dos movimentos LGBT’s O plano plurianual de 2004 a 2007, da Secretaria Especial em Direitos Humanos através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD criou o “Programa Brasil sem Homofobia”, com estratégias de promover a cidadania, promoção e combate à discriminação aos LGBT’s, isto é, foi formado um conjunto de articulações ligado às secretarias de saúde, educação, segurança, justiça e cultura, todavia, seu fortalecimento atua junto as Instituições não-governamentais e os movimentos sociais.

E neste viés a participação dos movimentos sociais LGBT’s foi de suma importância, seja na execução da política, seja na gestão participativa do Estado, pois, essas lideranças estiveram presentes na construção, monitoramento e avaliação das proposições políticas. E, neste sentido, será que os movimentos sociais não partidários contribuíram para essa construção?

A partir de Irineu e Rafael (2008, p. 121), entende-se essas intenções com significado de ato de transferência de responsabilidade – maquiado por uma pseudo-participação – na qual a sociedade civil organizada aparece notoriamente no discurso governamental enquanto co-partícipe da transformação de uma sociedade injusta e excludente em uma sociedade justa e solidária. Isto é, a participação do movimento LGBT e sua imparcialidade junto ao governo gestor de políticas públicas não podem se confundir com os interesses da máquina estatal com as lutas de enfrentamento à LGBTfobia.

O Programa Brasil sem Homofobia, pioneiro no Brasil e América Latina, foi considerado nacionalmente como a primeira política pública destinada aos cidadãos LGBT’s,

todavia, o que estava escrito não se refletia na prática interventiva. Como discorre Irineu e Rafael (2008, p. 121).

Porém, após três anos de seu lançamento, sua atuação não conseguiu se ampliar e transversalizar as políticas macro e com alguns números de projetos de: apoio a ONG's; capacitação de militantes e ativistas (a maioria vinculada a ABGLT, que tem relação fraternal com o PT); criação de alguns núcleos de pesquisa em Universidades públicas; projeto de capacitação de professores da rede pública; programas na área da saúde e prevenção de DST/AIDS; e a criação de alguns centros de referências em direitos humanos e combate aos crimes de homofobia (que em sua maioria estão de portas-fechadas hoje). Atividades dispersas e sem continuidade, envolvendo muito mais as próprias ONG's que fazem ativismo que órgãos estatais.

Em 2008, em Brasília, uma das metas do Programa Brasil sem Homofobia é alcançada, realiza-se a I Conferencia Nacional de Políticas Públicas LGBT's, os Estados via decretos encaminhavam seus representantes estaduais e dentre eles o Pará estava presente. A proposta da Conferencia foi realizar um debate nacional em torno da homofobia no Brasil e deliberações propositivas.

Na I Conferência LGBT, lá estava novamente a presença do poder executivo federal, estariam os movimentos LGBT's brasileiros fortalecidos no cenário nacional, como descreve Irineu e Rafael (2008, p. 121).

E com o "brilho" de um acontecimento inédito no mundo todo, pois, nunca houve algo deste tipo em nenhum país, e a presença do 'presidente pop-star' (Lula) na abertura, que surgiu sob gritos frenéticos e fez questão de colocar o boné da ABGLT e segurar a bandeira do arco-íris, iniciou-se a inédita conferência. O ineditismo e as 2.000 pessoas que transitaram pela conferência deixaram "um ar" de "agora vai", mas preocupa-nos o cenário de "país das maravilhas". Afinal, seria o Lula e o governo neoliberal do PT, o pote atrás do arco-íris? (2008, p. 121).

Na I Conferência LGBT foi deliberado a mudança da nomenclatura GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais para o termo atual Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT – o que outrora se usava nas décadas de 1980 e 1990 o termo Gays, Lésbicas e Simpatizantes – GLS. A mudança da nomenclatura foi realizada a fim de valorizar as lutas das mulheres feministas e lésbicas, pois, apresentam um histórico de opressões no mundo. O termo identifica as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero no contexto da diversidade sexual.

No Programa Brasil sem Homofobia e políticas LGBT's, destaca-se o estado do Pará que, a partir de 2008, com a elaboração do Programa "Pará sem Homofobia", ligado ao programa Federal, visou os mesmos objetivos do programa nacional. No entanto, salvo algumas peculiaridades da região norte, através do Programa foi criado a Coordenadoria de Livre Orientação Sexual, sediado na Secretária de Justiça em Direitos Humanos do Estado do Pará e Defensoria Pública do Estado do Pará, e implantou-se o Centro de Referência de Combate e Proteção a Homofobia composto por uma equipe multidisciplinar que atendem pessoas vítimas de violência física e psicológica, discriminação sexual e preconceito.

O estado do Pará segue em conquistas e pioneirismo na cidadania LGBT no norte do Brasil, dentre eles, destacaremos mais adiante em um tópico específico descrevendo a conjuntura de conquistas das políticas LGBT's na região paraense.

Destacar os avanços políticos, conquistados pelos movimentos sociais parece-nos vislumbrar uma idealização rica e enaltecadora, de certo a atuação e eficácia desses projetos são desafios tanto para o movimento como para os LGBT's, no qual em tempos distantes jamais se imaginariam outra forma de planejar e organizar políticas públicas e o que dizer do papel dos governos? Que recebem votos independentes de classe social, cor, grau de escolaridade ou orientação sexual e são regidos pela Constituição Federal de 1988 que tem definido que todos são iguais perante as leis.

Debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 71). E determinadas políticas apresentam-se ligada em redes, ressaltando a relação entre Estado e sociedade civil organizada.

Os movimentos sociais LGBT's brasileiros do século XXI, não foram, são e jamais serão os mesmos desde a efervescência da década de 1990, pois a realidade atual nos mostra que esses movimentos seguem agendas ligadas a interesses próprios.

Todavia a partir da década de 1990 com o avanço do neoliberalismo, o movimento social brasileiro passa a reformular seu processo de mobilização, de certo que "o associativismo predominante nos anos 90 não deriva de processos de mobilização de massa, mas de processos de mobilização pontuais..." (GOHN, 2007, p. 17).

Ademais, deve se ressaltar o protagonismo LGBT, que estão nas ruas, passeatas, paradas gays e campanhas educativas, isto é, a busca insaciável por uma sociedade mais justa que apesar de todo contexto traz um histórico de lutas e conquistas apresentam-se com nova roupagem, com intuito de construção de parcerias nacionais e internacionais. Conquistas que

perpassam pelo universo jurídico até o seio familiar, sabemos que o trajeto é grande e os desafios maiores ainda.

O movimento luta por visibilidade e dignidade cidadã, pois, o direito universal é um bem intransferível. Para Gohn (2007), a participação cidadã não se restringe ao direito ou voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo, cujo Estado e sociedade civil vem construindo desde a redemocratização brasileira.

Conforme Viana (2000, p.43):

[...] Muitos incorporaram posturas colaboracionistas, enfraquecendo sua autonomia. Muitos perderam em combatividade e em legitimidade, afastando-se de suas bases; outros sustentaram-se à custa de benesses do Estado, reproduzindo posturas políticas clientelistas [...]

Debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e criação de políticas públicas. Não se defende aqui que o Estado (ou governos que decidem e implementam políticas públicas ou outras instituições que participam do processo decisório) reflète tão somente as pressões dos grupos de interesse, como a versão mais simplificada do pluralismo (BEHRING E BOSCHETTI, 2008, p. 71).

No que dizer do Projeto de Lei nº 122/06 ? de autoria da ex. deputada Federal Lara Bernardi PT/SP, cujo objetivo prevê alterações na lei 771/89, no qual estende punições também a qualquer tipo de preconceito e discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. O projeto encontrava-se desde 2006 no arquivo do senado e sofreu grandes retaliações por bancadas de parlamentares de ideários religiosos, conservadores e críticos. Sendo uma das principais bandeiras de lutas dos movimentos LGBT's brasileiros, entretanto, foi arquivado em 2015.

O objetivo primordial do projeto era a criminalização da Homofobia, ademais, uma forma de punir os diversos assassinatos de milhares de homoafetivos que foram vítimas de uma tamanha atrocidade por não ter a liberdade de expressar suas sexualidades e enfrentamento aos crimes de cunho homofóbico que até hoje estão impune e no qual diversas organizações brasileiras buscam dados e informações acerca de pessoas LGBT's vitimizadas.

2.2 O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO AO HETEROSSEXISMO E LGBTFOBIA

Falar dos movimentos LGBT's requer identificar o processo histórico de construção das lutas no enfrentamento à discriminação por orientação sexual, além de identificar como se deu e quais características definem a participação social e política desses segmentos.

Segundo Bordenave (1994), o interesse por participar tem se generalizado nos últimos anos no Brasil e no mundo, através do surgimento de diversas associações, das mais diversificadas, como amigos de bairro, movimentos ecológicos, associações de moradores, dentre outras. Neste sentido, democracia não pode ser apenas sinônimo de direito ao voto e escolha dos governos no período eleitoral, mas deve ser visto enquanto um estado de participação.

Participar possibilita as diversas formas do cidadão expor, dialogar e propor a partir de grupos e movimentos sociais organizados, a partir de experiências que fazem parte desde relações familiares aos mais complexos espaços participativos e conselhos populares de lutas e controle social. “As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Os países participam nos foros internacionais, onde se tomam decisões que afetam os destinos do mundo” (BORDENAVE, 1994, p. 11).

Para Gohn (2011), o tema da participação tem uma longa tradição de estudos e análises, particularmente na ciência política, ele pode ser observado nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer nos sindicatos, nos movimentos, quer em outras organizações sociais, assim como nos discursos e práticas das políticas estatais, com sentidos e significados completamente distintos. “Muito se falou e se produziu a respeito do tema da participação nas últimas décadas, no Brasil e em outros países ocidentais, mas o entendimento do que seja participação de forma cidadã continua sendo um enigma a decifrar”. (GOHN, 2011, p. 05).

De tal maneira que as transformações políticas no Brasil a partir da redemocratização no final da década de 1980 trouxeram elementos essenciais no que vem a ser participação e suas ações. Na nova conjuntura política democrática em que os movimentos sociais não se deparavam mais com Estado ditatorial, mas sim com o desafio das novas formas de organização e participação. A democracia participativa seria então aquela em que os cidadãos sentem que, por ‘fazerem parte’ da nação, ‘tem parte’ real na sua condução e por isso ‘tomam parte’ – cada qual em seu ambiente – na construção de uma nova sociedade da qual se ‘sentem parte’. (BORDENAVE, 1994, p. 23).

Segundo Bordenave (1994), podemos então falar de dois processos de micro e de macroparticipação e desta forma distingue-se: a microparticipação é a associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos, já a macroparticipação, é a participação macrossocial, compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, quer dizer, na história da sociedade.

Na abordagem marxista, o conceito de participação não é encontrado de forma isolada, mas sim articulado a duas outras categorias de análise: lutas e movimentos sociais. A análise dos movimentos sociais, sob o prisma do marxismo, refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. (GOHN, 2011, p. 27).

Para compreendermos e a partir daí analisarmos a relevância dos movimentos sociais LGBT's pelo histórico de lutas sociais em meio à ampliação de políticas públicas pela sociedade civil organizada e os segmentos de identidade de gênero, devemos situar o aparecimento desses movimentos enquanto novas manifestações e organizações no Brasil e América Latina. E nesta heterogeneidade estão os desafios que estas organizações têm frente ao Estado democrático de direitos e o antagonismo da relação de poder na sociedade capitalista.

Os movimentos sociais clássicos no Brasil tem no seu bojo histórico a unificação da classe dos trabalhadores, a partir de um conjunto da ausência de garantia de direitos dos operários, e desta forma fortalecendo a classe enquanto grupo organizado, almejando ganhos salariais, espaços de trabalhos dignos e avanços nas políticas públicas e sociais para o trabalhador e suas famílias.

Para Duriguetto; Montaño (2011), a ausência de direitos mínimos refletia nas reivindicações dos partidos operários criados ao longo da República Velha, e neste processo a primeira regulação da vida associativa operária ocorreu com um Decreto promulgado em 1907 e com ele cria-se o direito de associação sindical para todas as profissões.

E, nesta conjuntura foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1943 no Governo de Getúlio Vargas, é criada e sistematizada a legislação social na consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e neste cenário a diversidade do movimento operariado como a Frente Única Sindical (FUS), a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e mais tarde a Central única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. (DURIGUETTO E MONTAÑO, 2011, p. 237).

Estariam os novos movimentos sociais, inspirando-se nos movimentos sociais clássicos? É de suma importância identificarmos as primeiras organizações no Brasil, seja de trabalhadores, ou seja, de classes sociais e identitárias, contribui para a análise crítica e reflexões acerca da conjuntura contemporânea na sociedade brasileira.

Segundo Duriguetto; Montaño (2011), há duas distinções que precisam ser esclarecidas para compreender de que estamos falando quando tratamos de 'movimentos sociais': movimento e mobilizações sociais, um *movimento social* caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada

atividade ou mobilização; uma *mobilização social* remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída, e desta forma uma mobilização pode ser ferramenta do movimento. Outro equívoco é na identificação entre movimento social e Organização Não-Governamental – ONG, o movimento social é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas e enfrentamento de questões, já a ONG é constituída por agentes, remunerados ou voluntários, que se mobilizam nas respostas a necessidades, interesses ou reivindicações em geral alheios, não próprios.

“Os ‘novos movimentos sociais’ surgem ora como complemento, ora como alternativa, aos movimentos de classe tradicionais e partidos políticos de esquerda, inspirados em diversos processos revolucionários e em variadas revoltas”. (DURIGUETTO E MONTAÑO, 2011, p. 264).

Segundo Gohn (2013), na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se dos novos meios de comunicação e informação, como a internet, desta forma exercitam o que Habermas denominou como o agir comunicativo, através da criação e o desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunicabilidade.

“Tanto os movimentos sociais dos anos de 1980 como os atuais tem construídos representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas, eles criam identidades a grupos antes dispersos e desorganizados como já acentuou Mellucci (1994)”. (GOHN, 2013, p. 15).

Para Duriguetto e Montañó (2011), as condições históricas da emergência dos movimentos sociais na América Latina e no Brasil estão no cerne da diversidade latino-americana e na modernização conservadora no Brasil, no qual a realidade brasileira de expansão dos movimentos sociais se deu num contexto de profundas transformações na economia e na exclusão da participação política das classes e camadas subalternas.

Dentre a conjuntura política atual dos novos movimentos sociais, os movimentos LGBT’s apresentam-se, através de estratégias articuladas em redes, objetivando novas conquistas nos espaços participativos, na ampliação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia.

Muitos dos questionamentos e reivindicações desenvolvidos nos acontecimentos de maio de 1968, como a defesa do exercício da livre sexualidade, da formação de comunidades ‘alternativas’, da adoção de uma moda e estilo de vida que corroeram as barreiras do ‘masculino/feminino’, dos protestos contra a discriminação racista, sexista e homofóbica, que tinha como palavra de ordem ‘é proibido proibir’, foram

determinantes para a organização e o desenvolvimento do movimento LGBT. (DURIGUETTO E MONTAÑO, 2011, p. 291).

Reiterando elementos que se perduram nas novas formas de associabilidade e interação dos movimentos LGBT's nos espaços de participação com o governo na ampliação de políticas públicas e na busca de uma visibilidade pautada na livre expressão, efetivando a cidadania plena.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT'S

Discutir acerca de políticas públicas requer uma leitura teórica e crítica acerca de categorias e conceitos que fazem parte da categoria central movimentos LGBT's e sua atuação, seja na relação sociedade civil organizada e Estado, ou na relação intra movimentos sociais. Em se tratando das políticas LGBT's de enfrentamento à homofobia o caminho teórico não se diferencia da discussão elementar de políticas públicas, todavia, seu debate é recente, tendo o final do século XX como marco histórico na construção de políticas de enfrentamento à discriminação e preconceito contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT's, no qual se fundamenta no princípio da liberdade a partir da garantia dos direitos civis dos sujeitos.

Conceituar políticas públicas não é tarefa fácil, tão pouco simplória, de forma que sua origem tem diversas matrizes conforme seja sua área de indagação, através do campo econômico e/ou social.

Segundo Souza (2006), as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado de políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

E no bojo das políticas públicas estão o Estado e governo, cujas suas ações distintas ou não, apresentam tendências numa conjuntura neoliberal em que as decisões são impostas por uma lógica do capital seguindo ditames do mercado econômico.

Segundo Pereira (2009), fica claro, assim, que estudar o Estado é desnudar uma *arena* tensa e contraditória, na qual interesses e objetivos diversos se confrontam permanentemente. No contexto capitalista, fazem parte dessa arena tanto interesses dos representantes do capital, com vista a reproduzir e ampliar a rentabilidade econômica privada quanto dos trabalhadores.

Conforme Anderson (1995), o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo e foi uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar.

A lei do mercado deveria imperar e direcionar as políticas em todos os sentidos seja na economia, política, cultura e cidadania, na construção de uma sociedade em que a liberdade de mercado é confundida como um dos princípios constitucionais.

Para Behring; Boschetti (2008), não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gastaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a revolução industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

A contradição entre capital e trabalho é essencial para a reflexão em torno das políticas públicas, pois, a lógica neoliberal a tornou a mais restritiva e seletivista em meio aos recursos escassos.

Conforme Souza (2006), a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos.

Para Souza (2006), não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Já que desta forma seu conceito tem diversas referências, distinções e semelhanças, evidenciando que não há unanimidade sobre tal definição.

Segundo Souza (2006), do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza.

Em meio o ideário do neoliberalismo estão as ações dos governos de direita via a intransigência do capital como afirma Anderson:

O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado (ANDERSON, 2008, P. 12).

Nesta lógica neoliberal as políticas públicas apresentam tendências multiformes no qual as contradições ficam extremamente claras, dentre as posições e valores que são

impostas pelos que detém o poder econômico e político na sociedade, surgindo assim as tensões imediatas advindas de grupos de diferentes correntes ideológicas.

Para Rodrigues (2009), no caso brasileiro a minimização do Estado deu-se, ou iniciava-se paralelamente, ao avanço do processo de democratização, mais precisamente, quando em países mais desenvolvidos - e alguns deles com poder de influência nas questões internas brasileiras - apregoavam o fim do Estado do Bem-estar, no Brasil estava em movimentos de lutas por direitos políticos, civis e sociais.

O contexto de lutas sociais vivenciadas pelos movimentos LGBT's, na mobilização pela garantia das políticas públicas LGBT's na sociedade contemporânea foi realizado na seção anterior, para tanto nesta enfocaremos as políticas públicas¹² e o marco legal de sua conjuntura através, de Leis, Portarias, Decretos, Políticas, Resoluções, Programas e Projetos que estiveram e estão sob a égide da fundamentação legal do enfrentamento à homofobia em Belém do Pará. Para facilitar a descrição utilizamos o método organizativo na ordem da descrição das políticas no âmbito Federal, Estadual, municipal e por fim no âmbito categoria dos profissionais de Serviço Social, possibilitando uma leitura objetiva do conjunto de legislações documentadas e elencadas.

Após décadas de lutas sociais, os militantes e o público LGBT, conquistaram visibilidade perante as políticas públicas brasileiras. Em novembro de 2004 o Governo Federal, estruturado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República- SEDH, em parcerias com demais Secretarias nacionais implantou o Programa "Brasil sem Homofobia", cujo objetivo é desenvolver uma política de combate à violência física e psico-social, preconceito, discriminação e violação aos Direitos Humanos, isto é, uma conquista histórica, no qual perpassa à uma discussão de sujeitos de direitos (BRASIL,2008).

O programa foi estruturado em um plano plurianual entre 2004 e 2007, divididos em princípios básicos e programas de ações, articulados em uma política de promoção dos direitos LGBT's entre várias regiões e Estados do Brasil, dentre elas criações e manutenções de "Centros de Referências de Prevenção e Combate à Homofobia" centrado na cidadania.

O Programa Brasil sem Homofobia teve como princípios: A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos LGBT's, nas políticas públicas e estratégias do governo federal através dos Ministérios e Secretarias; A produção do conhecimento para subsidiar a elaboração, implementação e avaliação das

¹² Na parte integradora do apêndice deste encontra-se o quadro completo descrevendo todas as políticas e marco legal mapeadas enquanto resultado da pesquisa documental desta Monografia.

políticas públicas de enfrentamento à violência e discriminação por orientação sexual e a reafirmação da defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos.

No âmbito da saúde pública brasileira, foi implementado o Programa Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais. A política foi criada pelo Ministério da Saúde Brasileiro em culminância com diretrizes expressas no Programa Brasil sem Homofobia e Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) e ser garantido pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

A política de saúde Pública LGBT tem como objetivo: promover a saúde integral LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equânime.

Também no ano de 2010, houve a inclusão do LGBT no Imposto de Renda – IR, em 29 de Julho de 2010, o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda garante o direito aos homoafetivos de incluir seu companheiro (a) como dependente na Declaração de Imposto de Renda Brasileira.

A partir 05 de Maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal – STF reconhece o registro das uniões estáveis de casais homoafetivos. Com o resultado de uma votação unanime, o reconhecimento estende aos casais homoafetivos os mesmos direitos que os heterossexuais, imperando o direito universal à liberdade, à dignidade humana e ao enfrentamento à discriminação humana.

No âmbito da criminalização da homofobia no Brasil, em especial ao Projeto de lei nº 122 – PL.122¹³ no ano de 2006 de autoria da Ex Deputada Federal Iara Bernardi em sua primeira autoria, tem como objetivo criminalizar o violador à pessoa LGBT, através do ódio, repulsa e estigmatização aos cidadãos LGBT's, no qual o 2º Artigo: define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação e identidade de gênero (BRASIL, 2006).

No âmbito da institucionalização de serviços direcionados aos LGBT's em Belém, foi criada em 2007, a Coordenadoria de Livre Orientação Sexual – CLOS da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará – SEJUDH no qual tem objetivo de desenvolver formulações de políticas públicas de proteção e defesa dos direitos humanos LGBT's. O enfrentamento à homofobia é realizado segundo a proposta da instituição, através da articulação em redes sociais com os movimentos sociais de Belém e articulação com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal.

¹³ O Primeiro Projeto que visava a criminalização da homofobia foi criado pela então Senadora Marta Suplicy, em 1994.

Também em 2007, houve a criação do Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia a partir do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos – NDDH da Defensoria Pública do Estado do Pará, sendo resultado do “Programa Brasil sem Homofobia”, a instituição articula-se também com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e tem como objetivo o atendimento especializado e assistência jurídica aos usuários LGBT’s que foram vítimas da homofobia.

No ano de 2008 teve institucionalização da Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008, oficializa a realização da cirurgia de mudança de sexo (cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia como tratamento dos casos de transexualidade) pelo Sistema único de Saúde – SUS, através de atendimento especializado e acompanhamento de equipe multidisciplinar da saúde (BRASIL, 2008).

A partir de 2010, através da Portaria nº 233 de 18 de Maio de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme os Artigos: 1º - Fica assegurado aos servidores públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais e 2º -Fica assegurada a utilização do nome social, mediante requerimento da pessoa interessada, nas seguintes situações: cadastro de dados e informações de uso social; comunicações internas de uso social; endereço eletrônico; identificação funcional de uso interno do órgão (crachá); lista de ramais do órgão e nome de usuário em sistemas de informática.

O pioneirismo do estado do Pará, na região norte do Brasil, é realidade na garantia dos direitos humanos LGBT’s e de enfrentamento à homofobia, e neste sentido teve como precursor das políticas para minorias sociais a efetivação da Emenda Constitucional do estado do Pará nº 20 de 17 de Junho de 2003, a partir do inciso IV do 3º Artigo da Constituição Paraense e promulgada pela Assembleia Legislativa do Pará, no qual inclui o termo “orientação sexual” no texto “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação”, documento publicado oficialmente no Diário Oficial da União – DOE com N° 29.969, de 20/06/2003.

Instituição da Lei nº 6.940 de 3 de Janeiro de 2007, no qual é instituído pelo 1º Artigo: o dia estadual do respeito gay no estado do Pará, a ser comemorado anualmente no dia 28 de junho de cada ano, a lei traz propostas de discussões referentes à identidade de gênero e grupos sociais LGBT’s através de eventos informativos, divulgação e enfrentamento à homofobia, documento publicado oficialmente no DOE com N° 30.836 de 04/01/2007.

A lei nº 6.971, dispõe sobre a proibição de benefícios fiscais e financiamentos a empreendimentos comerciais, industriais ou serviços que discriminem a pessoa humana e

grupos sociais LGBT's. Como ressalta o 1º Artigo da lei: “os empreendimentos comerciais, industriais ou de serviços que discriminem cidadãos em relação a sua orientação sexual, não serão abrangidos com benefícios fiscais e financiamentos de órgãos do Estado do Pará”. (PARÁ, lei nº 6.971 de 16 de Maio de 2007).

No âmbito da educação pública do estado do Pará foi instituída a Portaria nº 016 de 2008 através da Secretaria de Educação paraense que estabelece no seu 1º Artigo: “que a partir do dia 02 de Janeiro de 2009, todas as unidades escolares da rede pública estadual passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o pré-nome social de travestis e transexuais” (PARÁ, Portaria nº 016/2008, de 02 de Janeiro de 2009).

No ano de 2009 foi institucionalizado o Decreto nº 1.675, de 21 de Maio de 2009, no qual determina aos órgãos da administração direta e indireta o respeito ao nome social público de travestis e transexuais. Conforme os Artigos 1º: A administração pública estadual direta e indireta, no atendimento de transexuais e travestis, deverá respeitar o nome social, independente do registro civil e Artigo 2º - O nome civil deve ser exigido apenas para o uso interno da instituição, acompanhado do nome social do usuário, o qual será exteriorizado nos atos e processos administrativos.

No âmbito do Estado do Pará em 2008 foi criado o Programa Pará Sem Homofobia, implementado a partir da I Conferência Estadual de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT realizado no período de 10 a 12 de Abril de 2008. O programa teve como objetivo o enfrentamento à violação e à discriminação aos LGBT's paraense e promoção da cidadania. As ações estratégicas do Programa foram: a) Apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou enfrentamento à homofobia; b) Capacitação de profissionais e representantes do movimento homofateivo que atuam na defesa dos direitos humanos; c) Criação de políticas públicas que beneficiem os LGBT's; d) Ações que contribuem para a construção da cidadania LGBT; e) Disseminação de informações sobre os direitos, de promoção da auto-estima homoafetiva e f) Incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos dos segmentos LGBT's.

No âmbito estratégico do Estado do Pará no ano de 2013 foi implantado o Programa Oportuniza Pará, com objetivo estratégico de divulgar em todo estado do Pará o conjunto de políticas públicas LGBT's e garantia dos direitos humanos. As atividades do programa são realizadas através de caravanas na Região Metropolitana de Belém – RMB e em especial na região interiorana do Estado, já que um dos objetivos do Oportuniza Pará é expandir a discussão dos direitos humanos paraense e os serviços que são prestados pela CLOS-SEJUDH através de esclarecimento e divulgação dessas políticas.

Na área da Segurança Pública no estado do Pará, foi instituída através da Polícia Civil do Estado a Portaria nº 362/2012 de 19 de Outubro de 2012 no qual determina, que por ocasião de atendimento nas unidades policiais com pessoas travestis e transexuais, os policiais civis e demais servidores lotados na Polícia Civil do Pará deverão tratá-las pelo Nome Social com a qual elas se identificarem.

Também no âmbito da Segurança Pública no Pará foi oficializado a emissão e utilização da Carteira com nome social (Registro de identificação social) para pessoas travestis e transexuais no território paraense. O decreto de nº 726 de 29 de Abril de 2013 é respaldado pelo Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP-Pará (PARÁ, 2013).

E a Portaria de Nº 1299/2009 de 30 de Novembro de 2009 da Superintendência do Sistema Penal Paraense – SUSIPE, no qual regulamenta a autorização de visitas sociais e íntimas para cônjuges, companheiros (as) e relações homoafetivas no sistema penitenciário do estado do Pará, sendo os profissionais de Serviço Social responsáveis por tais atribuições profissionais na SUSIPE – Pa.

Na esfera municipal de Belém existe apenas uma Legislação que expressa a garantia dos direitos humanos LGBT's: Lei Ordinária nº 7.909, de 20 de agosto de 1998 que “Institui o dia 26 de Junho como o "Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay", e dá outras providências para a comunidade LGBT belenense”.

No campo do Serviço Social, a categoria de profissionais liberais através do Conselho Federal de Serviço Social teve como marco histórico a Resolução CFESS nº 615, de 8 de Dezembro de 2011, instituindo a inclusão e uso do nome social da Assistente Social travesti e do (a) Assistente Social transexual nos documentos de identificação profissional.

O recente marco legal que embasam as políticas públicas LGBT no Brasil e em Belém, materializou-se a partir da histórica luta LGBT através dos movimentos sociais e militância. A arena de lutas sociais e políticas fazem parte das realidades dos sujeitos sociais que compõem os coletivos no enfrentamento à LGBTfobia e todas formas de violações de gênero e identidade de gênero.

As conquistas dos movimentos sociais na construção de políticas públicas LGBT's, significa os avanços na garantia dos direitos LGBT's e respeito à dignidade e cidadania. Todavia, há a necessidade de se construir um conjunto de legislações que se consolide com leis sólidas não apenas repressiva ou quão paliativa, mas sim um marco legal para além de decretos, portarias e resoluções que decerta forma no universo jurídico possuem fragilidades e momentaneamente podem ser extintos.

Fortalecer as estratégias e atuação dos movimentos LGBT's, assim como permanecer com a doravante autonomia da militância são os maiores desafios para o diálogo com Estado na construção e ampliação das políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia.

2.4 DIREITOS HUMANOS: PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE HUMANA COMO ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA

Para Rios (2002, p. 32), Estado de Direito é uma categoria central para a compreensão do Direito Constitucional contemporâneo e realizar a discussão em torno da igualdade de direito e dos direitos humanos.

Parafraseando Lopes (2007, p. 54), de onde se vem falar de direitos sexuais? O que afinal podem ser os direitos sexuais e que espécie de problemas podem gerar eles? Desta forma, convém a nós analisar a atual conjuntura do Estado brasileiro democrático e o que vem a ser esse Estado em seu contexto de intervenção, sociedade, cidadania e lutas de classes.

Segundo Montañó; Durigueto (2010, p. 22), a ideia de um “direito natural moderno” é encontrada particularmente nas obras *contratualistas* Hobbes, Locke e Rousseau, cujas reflexões apresentam, como tema central, a criação de um princípio novo de *legitimação do poder político* ou do Estado moderno.

A construção de um Estado de fato e de direito está enraizado no contexto histórico-social de transformações homéricas e de lutas sociais no oriente e ocidente, não queremos aqui realizar esse resgate histórico e teórico da construção deste Estado, mas sim realizar reflexão em torno de nossa contemporaneidade.

Não cabe a nós realizarmos uma análise aprofundada na categoria Estado, todavia, devemos situar tal discussão em tempos de nossa contemporaneidade e conjuntura do sistema capitalista. E, neste sentido, as concepções de Estado e sociedade civil no pensamento moderno tem seu lastro original nas teorias contratualistas do “direito natural” ou jusnaturalismo, que foram desenvolvidas no processo de transição para o capitalismo. (MONTAÑO E DURIGUETO 2010, p. 22).

Para Menezes (2009, p. 40), o nome Estado é para designar a sociedade política, é de um uso relativamente novo, embora sua configuração date de época um pouco anterior. A palavra Estado deriva do latim *status*, surgiu na Renascença em que hoje a utilizamos, assim isolada e no sentido de nomear, sob feição gramatical, alguma coisa em substância.

Conforme Montañó; Duriguetto (2010, p. 23), no “estado de natureza” os indivíduos viviam isolados e atuavam seguindo suas paixões, instintos e interesses. Nele os indivíduos eram livres e iguais, sendo o local do exercício dos direitos individuais naturais. Já no “estado civil” (ou “político”), os indivíduos são unidos e vivem segundo os ditames da razão a partir de normas e autoridades constituídas.

E com o Estado político e democrático surgia à primazia da democracia. No que para Menezes (2009, p. 275) a palavra *democracia*, com procedência na língua grega (de *demos* = povo e *kratos* = autoridade), significa, etimologicamente, governo do povo, pelo povo e para o povo. Trata-se de uma definição concisa que desde o século XVIII, foi proposta e vem sendo intensificada em seu sentido popular.

Concebendo a atribuição do Estado enquanto máquina estatal de implementação de políticas públicas e sociais, junto à sociedade civil permeia sua fundamentação democrática por um conjunto de normas e princípios que vão desde as bases constituintes democráticas de legislações à gestão executiva e governamental que se descreve pelos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Segundo Menezes (2007, p. 41), o homem é um animal político (Aristóteles) e como tal, não pode viver senão em sociedade e comunhão nas relações sociais em que vivemos. Nossas relações, interações e desejos estão presentes em um cotidiano de regras e conjunto de leis que formam o Estado democrático de direito.

Tornando-nos de certa forma um conjunto de indivíduos de direitos ao ponto de estado ser sinônimo de direitos. Estado e Direito, sendo ambos fatos evidentes, de tal sorte a dispensarem comprovação, o Estado e o Direito se ajustam, se completam, uma vez que um não subsistiria sem o outro. (MENEZES, 2007, p. 65)

Para Menezes (2007, p. 65), não há dúvida de que o fato jurídico e o fato estatal, além de configurado um à sua vez, se relacionam entre si, no qual se trata de traçar a linha de dependência do Estado ao Direito ou vice-versa.

Segundo Menezes (2007, p. 120), durante a vigência do Estado absolutista, em que a grande realidade no plano público era a soberania estatal confundida com a pessoa monarca, os direitos individuais estiveram circunscritos a simples relação de caráter privado, muito embora não se tivesse obumbrado inteiramente o conceito de cidadania.

A construção de um Estado fundamentado na constitucionalidade estava em meio a árduo processo histórico, como Menezes (2007, p. 120), descreve:

Este, no entanto, ia exsurgir, como de fato se ergueu, no dealbar da idade contemporânea, através do aparecimento do Estado constitucional, cujas linhas mestras são a limitação da autoridade estatal pelo delineamento de poderes perfeitamente configurados e declaração dos direitos do homem, devidamente assegurados e garantidos, ambas características disciplinadas por um documento sócio-jurídico-político, geralmente escrito que se chama a Constituição.

Surgia o Estado constitucional, que alguns denominam genericamente como Estado moderno e que outros apelidam particularmente de Estado liberal (MENEZES, 2007, p. 120). Ponto essencial para a discussão deste trabalho, no viés da interrogativa do qual até que ponto o Estado constitucional de direito assegura os direitos fundamentais da humanidade.

A interrogação acerca da garantia dos direitos humanos não está estritamente vinculada à atualidade contemporânea, mas esteve presente em nossa sociedade mundial por tempos e culturas que antecederam a constitucionalização.

De acordo com Bobbio (2004, p. 46), esse processo histórico de construção dos direitos, esteve pelo menos desde o início da era moderna, através da difusão das doutrinas jusnaturalistas primeiro, e das Declarações dos direitos do homem, incluídas nas Constituições dos Estados liberais e acompanhando o nascimento e desenvolvimento da afirmação de um mundo cada vez mais amplo e num Estado de direito.

Para Bobbio (2004, p. 47), são várias as perspectivas que se podem assumir para tratar do tema dos direitos do homem. Dentre elas ele descreve: a filosófica, histórica, ética e política, cada uma dessas perspectivas liga-se a todas as outras, mas podem também ser assumidas separadamente.

A partir de Montañó e Duriguetto (2009, p. 43), a análise do Estado enquanto denominação capitalista e de interesses burguês, torna-se globalizado através de outra roupagem significativa e histórico-social, surge o Estado ampliado a partir da concepção Gramsciana.

Como assinala Coutinho (1996 apud Montañó; Duriguetto 2009, p. 43), Antônio Gramsci (Itália, 1891-1937), empreenderá um desenvolvimento original a partir dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin para pensar a sociedade civil em sua relação com o Estado a partir de situação concreta e histórica, não apenas na Itália, mas também das sociedades capitalistas desenvolvidas em seu tempo.

O conceito sociedade civil organizada, torna-se sinônimo de organização social, e novos rumos passam a ser tomadas na busca à democracia na sua totalidade, como ressalta Montaño; Duriguetto (2009, p. 43):

É com a percepção de uma intensa *socialização política* – resultante da presença de organizações, tanto dos trabalhadores quanto do capital, no cenário do capitalismo desenvolvido (partidos políticos, sindicatos), da conquista do sufrágio universal, dos fascismo e do nazismo como movimentos de expressão de hegemonia política da burguesia – que Gramsci visualiza uma complexificação das relações de poder e de organizações de interesses, que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de *sociedade civil*. A sociedade civil em Gramsci assim composta por uma rede de organizações (associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas etc.).

Em meio a este cenário de antagonismo social, Estado e Sociedade civil, estão os chamados novos movimentos sociais (NMS). Montaño; Duriguetto (2009, p. 248). E dentre eles destaca-se os movimentos sociais LGBT's que não estão ligados às lutas de classes diretamente vinculada à contradição capital/trabalho, entretanto, são cidadãos de direito e também trabalhadores que lutam pela garantia de direitos humanos em um Estado democrático.

Segundo a Carta magna Brasileira de 1988, em seu Artigo 5º: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Entretanto, percebemos que a realidade brasileira demonstra um conjunto de violações de direitos que são contrários à constituição brasileira, pois, percebemos o aumento significativo da violação aos cidadãos LGBT's segundos dados oficiais que foram expostos no primeiro capítulo deste trabalho e serão retomados no terceiro.

Segundo Trevisan (2004, p. 158), a homofobia está explícita na sociedade brasileira e presente na política partidária. Em Brasília, durante a aprovação da nova Constituição de 1988, o plenário do Congresso Constituinte votou maciçamente contra a inclusão do item que proibia discriminação 'por orientação sexual'. A bancada evangélica bateu palmas, ante a derrota da assim chamada 'emenda dos veados' ou, para usar os termos do líder do governo Carlos Sant'Anna, emenda da 'desorientação sexual'.

Desta forma iremos conceituar duas categorias de suma importância para esse viés de discussão, isto é, o conceito de Cidadania e Direitos humanos.

Segundo Manzini (2010, p. 09), há algumas décadas, o tema cidadania voltou a ser mais comentado no mundo contemporâneo, inclusive no Brasil. O conceito aparece na fala de

quem detém o poder político (políticos, capitalistas etc.), na produção intelectual e nos meios de comunicação, e também nas camadas mais desprivilegiadas da população. Nas décadas de 1960 e 1970, cidadania tinha certa conotação pejorativa, espécie de engodo ‘à la democracia americana’, que não levaria a nada e estaria apenas no mundo das ideias.

Manzini (2010, p. 14), define cidadania como o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel da pessoa humana no universo.

A construção da cidadania esteve por um tempo desconhecida, e em se tratando de cidadania de direitos, está a liberdade de expressão e livre arbítrio da pessoa humana fundamentado a sexualidade como direitos sociais, com relevância à cidadania LGBT.

Para Manzini (2010, p. 13), a Constituição de 1988 é uma arma na mão de todos cidadãos, que devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias. E nesta lógica só existe cidadania se houver a prática de reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos dos cidadãos.

Ser cidadão é compreender as dimensões que estão postas e descritas num conjunto de direitos e deveres como ressalta Manzini (2010, p. 13-14):

As pessoas tendem a pensar a cidadania apenas em termos dos direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos. Acabam por relevar os deveres que lhes cabem, omitindo-se no sentido de serem também, de alguma forma, parte do governo, ou seja, é preciso trabalhar para conquistar esses direitos. Em vez de meros receptores, podem ser, acima de tudo, sujeitos daquilo que podem conquistar. Se existe um problema em seu bairro ou em sua rua, por exemplo, não se deve esperar que a solução venha espontaneamente... e assim pressionem por maior extensão e qualidade de atendimento do direito à saúde, trabalho, moradia, escolaridade etc.

Seria cidadania sinônimo de direitos humanos? de que forma estaria garantido os direitos humanos LGBT? Eis o debate que se torna objeto de nossa reflexão.

Dornelles (2006, p. 7-8), concebe a discussão dos direitos humanos descrevendo trechos de alguns tratados internacionais na garantia dos direitos humanos, dentre eles:

Todos os homens são por natureza, igualmente livres e independentes e tem direitos inerentes, dos quais, ao entrar num estado de sociedade, não podem, por nenhum contrato, privar ou despojar sua posteridade; a saber, o gozo da vida e da liberdade, os meios de adquirir e possuir propriedade, e a busca da felicidade e segurança. (Seção I da Declaração de Direitos da Virgínia de 12 de Junho de 1776, Independência Americana.

Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos (...). Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e a resistência à opressão” (artigos 1º e 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa de 1789).

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e de direitos(...). Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição(...). Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (artigos I, II e III da Declaração Universal dos Direitos do homem proclamado a 10 de Dezembro de 1948 pela Assembleia das Nações Unidas).

Dornelles (2006, p. 8), ressalta que as diferentes declarações, são reflexos de momentos históricos divergentes e fazem parte da memória histórica da humanidade. Os breves trechos acima descritos representam um ideário de lutas sociais de enfrentamento à opressão, exploração, preconceito e violência, formando a válvula de escape dos movimentos sociais em geral e também aos movimentos LGBT's.

Conceituar direitos humanos na atualidade nos remete a certa relatividade já que este conceito está presente em uma série de discussões teóricas e conceituais, e estão em processo de construção a partir de fatores e acontecimentos históricos que contribuem para as várias concepções acerca do que chamamos de direitos humanos.

Dornelles (2006, p. 9), concebe os direitos humanos como um conjunto de direitos inerentes à natureza humana através de um contexto histórico de lutas sociais e políticas, isto é, os direitos humanos são variáveis de acordo com a concepção político-ideológico que se tenha. Ressalta que este conceito é dinâmico, estando desde as origens mais remotas filosófica dos direitos fundamentais da humanidade desde a gênese da civilização.

Para Dornelles (2006, p. 16), é impossível a existência de uma única fundamentação acerca dos direitos humanos, e neste cerne três grandes concepções para fundamentar filosoficamente os direitos da pessoa humana: I) concepções idealistas, II) concepções positivistas e III) concepções crítico-materialistas.

A primeira concepção fundamenta os direitos humanos a partir de uma visão metafísica e abstrata, os direitos estão fundamentados aos valores superiores informados por uma ordem transcendental, supraestatal, que pode manifestar-se na vontade divina a partir do século XVII.

A segunda concepção descreve os direitos humanos como sendo fundamentais e essenciais desde o que reconhecidos pelo Estado através de sua ordem jurídica positiva. Nesta ideia os direitos não são entendidos como inerentes aos seres humanos, pois, a sua existência

e efetividade dependem do reconhecimento do poder público, cada direito só existe quando está escrito na lei, tal ideário tem-se a partir do século XVIII.

Na terceira concepção, sua ideia desenvolve-se durante o século XIX, surgindo de uma explicação de caráter histórico-estrutural para fundamentação dos direitos humanos. Surgiu com a crítica ao pensamento liberal e capitalista dos enunciados nas declarações e constituições de direito do século XIX. Crítica inspirada nas grandes obras de Karl Marx ao processo político-social e ideológico realizado pela ascensão da burguesia ao poder político.

Nesta lógica Dornelles (2006, p. 18), descreve as três primeiras gerações dos direitos humanos no mundo globalizado. A primeira geração enquanto construção dos direitos individuais, a segunda geração na conjuntura dos direitos coletivos e a terceira geração como processo de ampliação dos direitos a partir das lutas democráticas e populares da sociedade civil organizada.

Neste contexto os direitos humanos LGBT's estão eminentemente ligados, pois, neste processo de construção coletiva estão os cidadãos independente de gênero, identidade sexual e orientação sexual, como vimos anteriormente os movimentos sociais também buscam um legado participativo na construção de sociedade democrática e de direitos.

Segundo Rios (2000, p. 01), a análise aos direitos LGBT's na América Latina pode ser realizada a partir de múltiplas perspectivas. E, nesta análise estão os sucessos e fracassos, limites e possibilidades, do reconhecimento formal destes direitos por parte dos Estados nacionais Latino-americanos mais pertinentes à ciência política.

A análise e reflexão aos direitos humanos LGBT's, apresenta-se como possibilidades de uma discussão pelo viés de uma perspectiva jurídica. (Rios, 200), pois o cenário atual da nova conjuntura dos Estados Nacionais, dentre eles o Brasil, vem apresentando um novo viés de possibilidades de um inventário jurídico na garantia dos direitos LGBT's, a partir do novo conjunto de legislações (discussão realizada anteriormente no contexto dos direitos LGBT's no Estado do Pará) que estão garantidos em lei e pelo Estado de direito tornando-se realidade o que antes era visto apenas na possibilidade na jurisprudência direito brasileiro.

Para Rios (2005, p. 02), a relação entre o direito, entendido como ordenamento jurídico através do conjunto de instrumentos normativos estatais e a sexualidade humana não é novidade, pois, tradicionalmente o direito estatal foi produzido como instrumento de reforço e conservações dos padrões morais sexuais majoritários e dominantes do sexismo.

Ao buscarmos as tendências acerca da análise e desenvolvimento dos direitos humanos LGBT's na América-latina e no Brasil, Rios (2005, p.5), aponta quatro tendências marcantes que devem ser destacadas no século XXI: (1) o reconhecimento destes direitos num

contexto de redemocratização da região da América Latina; (2) o impacto da epidemia de HIV/AIDS; (3) a articulação destes direitos com preocupações de saúde pública e (4) a afirmação destes direitos em demandas relacionadas a direitos sociais.

Em destaque a situação de saúde pública, tem-se a questão do surgimento da AIDS na década de 1980, no qual é um fator importante que pode ser observado no desenvolvimento dos direitos sexuais, pois, o avanço da epidemia de HIV/AIDS contribuiu para a estigmatização dos LGBT's, profissionais do sexo e prostitutas, surgia nesse período “a peste gay”, segundo alguns teóricos da homossexualidade.

Para Rios (2005, p. 7), a história dos desafios ao desenvolvimento dos direitos LGBT's registra vários desafios dentre eles destacam-se: (1) a dificuldade do desenvolvimento de um campo específico relacionado aos direitos sexuais, sem necessariamente estarem associadas à ideia de direitos reprodutivos; (2) a necessidade da fundamentação dos direitos sexuais a partir do paradigma dos direitos humanos, ao invés da afirmação do cultivo da saúde sexual; (3) as reações religiosas conservadoras diante do reconhecimento de direitos sexuais LGBT e a dificuldade da afirmação do Estado laico; (4) a persistência de realidades culturais incompatíveis com o desenvolvimento dos direitos sexuais LGBT's e (5) as condições sócio-econômicas de pobreza que atingem grandes contingentes na região.

Neste contexto, está a emergência dos movimentos religiosos fundamentalistas, pois, são desafios frente aos avanços dos direitos LGBT's no Brasil, como sinônimo de conservadorismo democrático (Rios, 2005, p. 08). E, podemos observar neste contexto de fundamentalismo religioso, a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo de nº 234 de 2011¹⁴ na Câmara Federal do Brasil, de autoria do Deputado João Campos PSDB/Goiás e sob o comando do Deputado Federal Pastor Marcos Feliciano, até então membro líder da Comissão Nacional de Direitos Humanos e Minorias da Câmara - CDHM, o Projeto conhecido nacionalmente pelas mobilizações da sociedade civil organizada e críticas a sua construção é conhecido como projeto da “cura gay”, pois, enfatiza a homossexualidade humana enquanto uma doença a ser tratada, diagnosticada e curada.

Sobre esses meandros conjunturais de lutas, estão o Estado (através das instituições públicas de direito e criação de políticas públicas e sociais), os Movimentos sociais e mecanismos que possam ser eficazes no enfrentamento à homofobia e interiorização da cidadania enquanto hierarquia da sexualidade.

¹⁴ O Projeto de Decreto Legislativo nº 324/2011 está disponível na íntegra no site: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=881210&filename=PDC+234/2011.

3. HISTORICIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT'S EM BELÉM

3.1. PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT'S EM BELÉM-PA

Numa análise de conjuntura acerca do movimento LGBT paraense e o movimento em nível nacional, pode-se afirmar que em Belém esse movimento configurava-se de forma particularizada num processo de construção enraigado por manifestações culturais e artísticas, que os diferenciam em relação ao nível nacional. Esses movimentos buscavam um novo processo de unificação e de pautas hegemônicas através da nova conjuntura política a partir da redemocratização brasileira, todavia, a concentração e visibilidade crescia em torno de específicas localidades centrais, assim como determinadas regiões do Brasil, concentrava-se nas regiões: sudeste, sul, centro-oeste e alguma parte do nordeste.

O processo de organização e mobilização do movimento LGBT no município de Belém esteve intimamente ligada à manifestação popular “As filhas da chiquita”, num período que antecedeu tanto a Constituição Federal de 1988 com sua abertura política como os novos formatos e sociabilidade dos movimentos sociais LGBT's a partir do final da década de 1980.

Segundo Simões; Facchini (2009), o primeiro Grupo LGBT, o SOMOS se assume no final da década de 1978 e início de 1979 em plena repressão ditatorial, reunindo militantes e estudantes da Universidade de São Paulo – USP, num processo veloz e progressivo crescimento. O SOMOS era dividido em sub-grupos no qual os militantes se reuniam em espaços públicos como Centros Acadêmicos (CA's), espaços universitários na USP.

Vários autores (FACCHINI, 2005; PRADO E MACHADO, 2008; SIMÕES E FACCHINI, 2009) afirmam que o celeiro e origem deste movimento no Brasil se deu a partir da região sudeste, especificamente em São Paulo e regiões adjacentes. E onde estaria o movimento Homossexual de Belém no cenário nacional? Estaria a região amazônica excluída da gênese do movimento LGBT brasileiro? Convém partirmos da reflexão que está posta no processo sócio histórico deste movimento que traz consigo reflorescimento organizativo e político, em regiões específicas da sociedade brasileira.

Neste mesmo momento da história, o movimento Homossexual de Belém se construía por um outro viés, por uma conjuntura que se diferenciava da realidade da região sul, sudeste e nordeste do Brasil. Nesta conjuntura histórica os primeiros ensaios de construção do movimento LGBT paraense, partia da manifestação sócio-cultural conhecida como “Festa da Chiquita”, já mencionada neste trabalho, que além de ser construída da

simbologia cultural e religiosa da sociedade paraense, também corroborou para construção do movimento LGBT paraense contemporâneo.

O processo sócio-histórico dos movimentos sociais LGBT's do município de Belém tem como elemento determinante o marco da democracia brasileira, construído a partir da Constituição Federal de 1988, no qual a nova conjuntura democrática que o país estava vivenciando tornou-se força motriz para um novo momento da sociedade civil organizada através da participação social, organização social e lutas sociais na construção de políticas públicas.

No bojo dessa conjuntura, participativa e organizativa do movimento LGBT no Brasil, a região norte pouco aparecia no cenário nacional, assim como o movimento LGBT paraense esteve ausente na organização e participação das primeiras mobilizações de enfrentamento à homofobia no Brasil, conforme se observa no Quadro 1.

Ano	Encontro	Local	Nº de Grupos
1980	I Encontro de Homossexuais	São Paulo/SP	8
1984	II Encontro Brasileiro de homossexuais	Salvador/BA	5
1989	III Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro/RJ	6
1990	IV Encontro Brasileiro de Homossexuais	Aracaju/SE	6
1991	V Encontro Brasileiro de Homossexuais	Recife/PE	6
1992	VI Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro/RJ	11
1993	VII Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais	Cajamar/SP	21
1995	I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids e VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas	Curitiba/PR	84
1997	III Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids e IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis	São Paulo/SP	52

Quadro 1: Encontros nacionais LGBT's's entre 1980 e 1997.

Fonte: FACCHINI, Regina. (2005)*

NOTA: adaptado e seguido da referência: FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Para Montañó; Duriguetto (2011), o movimento LGBT amplia e se afirma no decorrer do processo de democratização dos países latino-americanos, muito também em função da reação aos ataques e ao aumento do preconceito decorrente do surgimento da epidemia da AIDS, considerada, pelos setores conservadores da sociedade, uma *peste gay*. E neste viés o Brasil apresenta um histórico diverso acerca das estratégias conjunturais da expansão do movimento LGBT, pois, as cinco regiões brasileiras apresentam singularidades peculiares assim como especial a região amazônica.

No período pós-democratização, o movimento LGBT em Belém teve sua gênese no Movimento Homossexual de Belém – MHB criado entre o final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, se constituindo num marco histórico para o movimento LGBT e um símbolo de lutas contra a homofobia. O MHB surgiu a partir de um grupo de gays organizados, no qual sentiram a necessidade de formarem um grupo político com objetivo de criar estratégias de enfrentamento a um conjunto de violações de direitos aos cidadãos LGBT's, através da várias formas de violências (física, simbólica e psicológica), opressões e homicídios.

No início a década de 1990, o Movimento Homossexual de Belém não tinha tido apoio de ninguém, principalmente por parte do governo do estado, e realizavam reuniões em uma sala cedida provisoriamente pelo PPS-Partido Popular Socialista, na travessa Apinagés, mas um número significativo de militantes homossexuais reclamava do difícil acesso ao local, devido às constantes agressões e assaltos (BELÉM, p. 205, 2003).

No processo histórico da organização e mobilização do movimento LGBT de Belém em consonância com o movimento LGBT brasileiro, foram realizadas as três Conferências nacionais e estaduais paraense.

A I Conferência Nacional teve como Tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” e, como objetivos, propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, ao mesmo tempo em que pretende avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia, realizada em novembro de 2008. Seguida da II Conferência realizada em 2011 e a III Conferência realizada em Brasília de 24 a 27 de abril de 2016.

Já no contexto paraense, a I Conferência LGBT do Estado do Pará foi realizada no município de Belém de 10 a 12 de abril de 2008, com a apresentação do Programa

Pará sem Homofobia, a II Conferência realizada em maio de 2011 e III Conferência de 4 a 6 de março de 2016.

As Conferências LGBT's paraense, tornaram-se como referência para o marco da construção de Políticas Públicas de enfrentamento à LGBTfobia e estratégias de organização do movimento LGBT. A partir das Conferências, o movimento construiu mecanismos não apenas de crítica à gestão do poder executivo e legislativo, mas possibilitou a unificação do movimento através do diálogo e fortalecimento do controle social e das políticas públicas LGBT's, assim como avanços no Conselho de Políticas, Conselho Estadual do Pará da Diversidade Sexual – CEDS e Conselho Nacional de Combate de Discriminação LGBT – CNCD-LGBT.

3.2. FESTA DA CHIQUITA E MOVIMENTO LGBT: ONDE TUDO COMEÇOU

A festa da Chiquita tem imbricada em sua origem ao cerne da construção histórica do movimento LGBT em Belém:

... Tendo como referência uma fala muito difundida entre os participantes da Festa da Chiquita, de que esta seria “a primeira parada gay do mundo”, proponho também que se pense na Chiquita a partir das interlocuções que se faz com o Movimento LGBT do Estado do Pará, visto que nos últimos anos este ajuda na organização da Festa e na obtenção de recursos para sua realização, assim como no diálogo que mantém com os órgãos de segurança pública, por conta da organização da Parada do Orgulho LGBT da capital paraense pelo Movimento.(FILHO, p. 18, 2012).

Para Filho (2012), iniciada entre os anos de 1975 e 1976, com o nome de “Festa da Maria Chiquita”, ela reunia um grupo de boêmios, intelectuais, acadêmicos, artistas, jornalistas, fotógrafos, curiosos, etc. No entanto, era apenas um bloco carnavalesco. Porém, a partir de 1978, ano em que a festa foi transferida para o sábado da Trasladação, e devido às mudanças na estrutura e organização, a Chiquita transformou-se num dos eventos não religiosos que fazem parte do calendário de comemorações religiosas do Círio de Nazaré.

Entretanto, no período que antecede o processo de organização do movimento LGBT a partir da Constituição Federal de 1988, em nível nacional e de Amazônia, especial em Belém do Pará, temos a histórica manifestação cultural, política e social: As filhas da Chiquita.

No ideário da manifestação e festa LGBT mais antiga da cidade de Belém *As Filhas da Chiquita*¹⁵ a partir de meados da década de 1970, surgia o embrião dos movimentos sociais LGBT's paraense, seu aparecimento copilava irreverência e miscigenação do religioso e profano, o que era uma simples e grande homenagem ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré padroeira paraense, tornava-se o “grito dos excluídos”.

De acordo com o Documentário (2004), estavam presentes nessa manifestação: prostitutas, mendigos, lésbicas, gays, travestis e transexuais – LGBT', negros etc, e esta era a oportunidade da sociedade marginalizada terem visibilidade enquanto cidadãos de direitos e nada mais na maior manifestação católica do mundo - *o círio de Nazaré* no qual despertava a indignação e organização dos homoafetivos paraenses, provocando a mobilização através da reação de enfrentamento ao preconceito e discriminação homofóbica.

A festa da chiquita inicia como um bloco de carnaval na década de 1970 tem uma das principais referências a música de Caetano Veloso, “As filhas da chiquita”, num período de repressões, intolerância e governos ditatoriais.

FIGURA 1: Primeiras manifestações da Festa da Chiquita em Belém



Fonte: BELÉM. Documentário: *As filhas da Chiquita* (2004).

Foi fomentada pelos grupos de gays da associação carnavalesca de Belém com posicionamento de enfrentamento à intolerância da igreja e Estado repressor, no qual o ponto de encontro o bar do Parque na Praça da República.

¹⁵ Documentários as Filhas da Chiquita disponibilizados em: http://www.youtube.com/watch?v=7Cu_mt2SXBc.

No início da manifestação na década de 1970 foi criado o prêmio veado de ouro, no qual consistia numa miniatura de um veado dourado entregue a personalidades LGBT's e cidadãos que faziam parte da conjuntura de enfrentamento à homofobia em Belém. A premiação (troféu) surgiu a partir da relação de intensos conflitos com o jornalista: Oliveira Bastos, cujo dissertava diversas críticas a manifestação, de cunho intolerante e homofóbico.

FIGURA 2: O troféu veado de ouro ainda permanece na manifestação até a última versão de 2015



Fonte: BELÉM. Documentário: As filhas da Chiquita (2004).

Após o surgimento dessa manifestação, entre as décadas de 1980 e 1990 com a efervescência dos movimentos sociais brasileiro, o estado do Pará avança sob influências de mobilização LGBT na região norte. Os movimentos LGBT's de Belém foram construídos a partir da conjuntura de enfrentamento à homofobia, contribuindo no planejamento de As Filhas da Chiquita, contexto de visibilidade de suas forças e lutas sociais, direcionados pela divulgação da cultura LGBT paraense, através de apresentações artísticas, performances e serviços de prevenção à saúde dos LGBT's, objetivando as várias facetas do enfrentamento à homofobia.

Em 2004, a Festa da Chiquita foi tombada como patrimônio cultural brasileiro e parte do Círio de Nazaré pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural - IPHAN¹⁶.

¹⁶ Dossiê IPHAN I Círio de Nazaré que oficializa o tombamento da Festa da Chiquita enquanto patrimônio cultural nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=725>.

Em Belém do Pará, as organizações: Somos e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT¹⁷ influenciaram o modelo seguido por dezenas de entidades e organizações. Nesse processo de mobilização social brasileira, destacam-se os movimentos LGBT's da região paraense e dentre ele os principais¹⁸ surgidos a partir da década de 1990: o Movimento LGBT, o Grupo de Homossexuais do Pará (GHP), ONG COR (Cidadania, Orgulho e Respeito), Grupo Pela Livre Orientação Sexual (APOLO) e o Grupo de Travestis e Transexuais de Belém (GRETТА), OLIVIA, ELLOS e ENTRE ELES. Os movimentos vêm sofrendo constantes críticas por parte da própria militância LGBT, e são problematizações internas recente no que diz respeito a imparcialidade e inferências político-partidárias, cujo elementos interferem na autonomia dos movimentos, uma vez que a maioria dos grupos participam de programas governamentais e possuem afinidades com determinados partidos políticos e governos. O maior desafio dos movimentos LGBT's está na estrutura de formação, independência e olhar crítico nas políticas públicas.

Na atual Política Pública destinada para os cidadãos LGBT's brasileiros destaca-se por sua construção, uma vez que historicamente o Estado jamais tinha dado um salto emancipador no sentido de políticas para uma livre orientação sexual que se consolidaram a partir dos anos 2000.

No dias atuais os movimentos LGBT's encontram-se no seio de uma nova reestruturação da sociedade e mecanismos do Estado neoliberal brasileiro, numa conjuntura de arena de lutas sociais. E neste bojo de contradições do Estado democrático de direito e de violações dos direitos já conquistados, a sociedade civil organizada é a expressão concreta da manifestação democrática e popular.

Neste sentido, a pesquisa de campo realizada a partir do mapeamento dos movimentos sociais e seus respectivos militantes, proporcionou conhecer a atual realidade e conjuntura da atuação dos movimentos, cuja ida ao campo com instrumentais da pesquisa qualitativa intermediou conhecer tal realidade. No qual a amostra qualitativa do universo da participação social LGBT, definiu a caracterização dos movimentos, acerca da identificação dos movimentos, histórico e surgimento, institucionalização e temáticas de origem.

¹⁷ Somos e ABGLT foram os grupos pioneiros de enfrentamento à homofobia na sociedade brasileira.

¹⁸ O mapeamento dos movimentos sociais LGBT's em Belém foi realizado a partir de pesquisa documental e de campo no período de agosto à novembro de 2015.

Ao mesmo tempo em que “As filhas da chiquita”, tem significado histórico, cultural e simbólico para a sociedade paraense, ela é vista com altas críticas:

“Apesar da visibilidade das pessoas LGBT na Festa da Chiquita, da frequência cada vez mais “tolerada e permitida” em boates, bares, saunas, cinemas, clubes e festas e do fortalecimento dos contatos e das redes sociais (*online* ou *off-line*) existe uma intensa manifestação no sentido contrário, externalizada em atos do que podemos chamar de homofobia institucional, como os descritos acima, operados por indivíduos e instituições contrárias às manifestações homoeróticas, isto é, a quaisquer divergências em relação às combinações impostas como “naturalmente determinadas” colocando os sujeitos que as expressam em lugar de desvantagem social; num período do ano, particularmente interessante em Belém, pois é o momento de maior sensibilidade religiosa por conta do Círio de Nazaré, ou, como nos diz Alves (1980), neste momento de “carnaval devoto” (FILHO, 2012, p. 12).

Segundo Filho (2012), as reflexões acerca da Festa da Chiquita, possibilita uma análise crítica a partir das interlocuções que se faz com o Movimento LGBT do estado do Pará, visto que nos últimos anos este ajuda na organização da Festa e na obtenção de recursos para sua realização, assim como no diálogo que mantém com os órgãos de segurança pública, por conta da organização da Parada do Orgulho LGBT da capital paraense pelo Movimento.

Neste sentido, a festa da Chiquita é considerada:

“Este momento de “festa dentro da festa” pode ser entendido como fruto de reivindicação e afirmação política de sujeitos homoeróticos que tomam a Praça da República assim que passa a Trasladação em direção à Catedral Metropolitana de Belém, tudo isso envolto numa atmosfera onde a noite representa um papel importante por: **permitir** que as travestis, *drag-queens*, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais e outros “carnavalizem” suas performances em plena noite de sábado, antes do domingo do Círio, no mês de outubro, no centro de Belém; **contestar** o “anonimato relativo” das sexualidades dissidentes, visto que, atualmente, o exagero faz parte da festa; e **estabelecer** um caminho de respeito e dignidade ao promover durante a festa os prêmios “Veado de Ouro”, “Botina de Prata”, “Amigo da Chiquita” e “A Rainha do Círio” (FILHO, 2007, p. 19).

Portanto, para chegar à contextualização atual dos movimentos LGBT’ de Belém deve se passar pela origem das manifestações desse movimento, não poderíamos falar de movimento LGBT em Belém no século XXI, sem ressaltar a profícua reflexão acerca da Festa da Chiquita e sua importância elementar para tal análise. Tal processo sócio-histórico e político da origem e construção do movimento, nos permitir nos adentrar no universo particular de tal investigação social, com minuciosa precisão metodológica.

3.3 O CONGRESSO DA CIDADE EM BELÉM DO PARÁ: *BOOM* DOS MOVIMENTOS LGBT'S

Outro momento de grande relevância para a organização do movimento LGBT em Belém, está nos processos de realização do Congresso da Cidade, projeto de planejamento participativo vivenciado por ocasião do “governo do povo” no período de 1997-2004, durante a gestão municipal do ex-prefeito Edmilson Rodrigues. A proposta do governo popular e participativo buscou articular a gestão pública às demandas da população belenense, através do diálogo com a sociedade civil organizada, como movimentos sociais, movimentos urbanos e populares, e nesta estratégia participativa estava os movimentos LGBT's, o Movimento Homossexual de Belém – MHB, que ainda se encontrava em processo de formação.

No contexto do congresso da cidade as lideranças dos movimentos LGBT organizaram o I Congresso de Homossexuais de Belém , para discutir e deliberar políticas municipais destinadas aos segmentos LGBT.

Os primeiros Congressos homossexuais realizados no início dos anos 2000, destacaram-se pelo marco histórico e político das primeiras manifestações sociopolítica do movimento LGBT de Belém, e também da primeira iniciativa do governo municipal de Belém no diálogo e apoio às atividades do Movimento LGBT.

Nesse sentido, a partir da construção de uma identidade do Movimento Homossexual de Belém, na conjuntura do Congresso da Cidade, o movimento realizou I e II Congresso de Homossexuais, respectivamente nos anos 2001 e 2002, contando com um modesto número de participantes, todavia, a iniciativa pioneira se tornou um marco histórico para os atuais movimentos LGBT's em Belém.

O Congresso de homossexuais de Belém foi uma iniciativa do Movimento Homossexual de Belém e contou com apoio da prefeitura municipal na época:

“A partir daí, objetivamos o apoio de Edmilson Rodrigues, já como prefeito eleito, para criar a “Casa do Cidadão Paulo Fonteles”, local onde vários movimentos sociais organizados tiveram sua representação. Logo em seguida, decidimos realizar o I Congresso de Homossexuais em 15 de abril de 2001, com a finalidade de dar nossa contribuição como cidadãos para definir os investimentos prioritários para Belém e também discutir as questões que mais afligiam como homossexuais, para, a partir dessa discussão, encaminhar nossa proposta ao Governo”(BELÉM, 2003, p. 206).

A primeira e única iniciativa da gestão municipal no enfrentamento à homofobia e na construção de política LGBT não é tão recente:

Com o apoio recebido do atual Governo Municipal, a questão da cidadania homossexual vem sofrendo uma substancial transformação em Belém. Hoje, vários objetivos pelos quais os homossexuais se uniram começaram a materializar-se lenta, mas perceptivelmente. Entre eles, o reconhecimento da validade legal da campanha do MHB – Movimento Homossexual de Belém, que após mais 12 anos de atual, começa a ter várias de suas reivindicações reconhecidas e apoiadas. Merece destaque também a realização de dois Congressos de homossexuais em Belém, ocasião em que questões prementes para o segmento, como discriminações, homofobia, agressões de toda ordem puderam ser discutidas de forma clara e contundente, com a apresentação de ideias e propostas que se transformaram em projetos, alguns já aprovados (BELÉM, 2003, p. 203).

O recente amadurecimento dos Movimentos LGBT's em Belém, possibilita um retorno aos fatos históricos que determinaram o percurso de lutas que deixaram um legado para atual sociabilidade identitária dos sujeitos e movimentos LGBT's no século XXI:

No II Congresso Homossexual de Belém, realizado em 25 de agosto de 2002, ratificamos nossas propostas e fizemos um levantamento dos que se encontrava em processo de negociação com a Administração Municipal. Outra vitória que obtivemos foi a nossa participação no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos, através da SEMAJ – Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos. O Congresso da Cidade também foi de fundamental importância para nosso segmento, pois através dele obtivemos mais confiabilidade, credibilidade, visibilidade e organização (BELÉM, 2003, p. 206).

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos¹⁹ possibilitou a voz para o MHB, uma experiência tão recente na década de 1990 em Belém, contribuiu para uma conquista histórica do movimento LGBT, no sentido de que pela primeira vez a violência homofóbica foi pauta de uma intervenção do poder público. A iniciativa do governo municipal foi uma ferramenta política importante para a organização dos movimentos LGBT's, pois o movimento teve a oportunidade de conquistar novos espaços de lutas sociais, de definirem as primeiras estratégias e bandeiras de luta para o enfrentamento à discriminação de gênero e o fortalecimento de sua identidade de gênero.

A iniciativa pioneira do então Prefeito de Belém teve um papel significativo no fortalecimento do Movimento LGBT, foi essencial para a abertura de diálogo com os

¹⁹ O Conselho Municipal de Direitos Humanos foi criado Governo Municipal de Belém na Gestão do ex. Prefeito Edmilson Rodrigues entre 1997 e 2004, foi extinto em 2005 pela Gestão Municipal de Belém do ex. Prefeito Duciomar Costa, a extinção do Conselho significou um retrocesso histórico para sociedade belenense.

militantes. De acordo com a publicação feita pela prefeitura municipal de Belém, na gestão do então prefeito Edmilson Rodrigues, o mesmo assim se refere a esse processo:

Nesta publicação, homens e mulheres, de qualquer idade, religião, cor, raça, condição social, orientação sexual, podem se sentir representados, porque as entidades e comissões de direitos humanos que compõem o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de Belém têm lutado para defender os seus direitos. Todas essas entidades têm muito a contar e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos está de parabéns por essa iniciativa, que conta com integral apoio ao governo do povo (BELEM, 2003, p.187 “Fala do ex Prefeito Edmilson Rodrigues”).

A sociedade civil organizada tem em seu bojo histórico, as lutas sociais através das várias formas organizativas dos movimentos sociais:

É preciso continuar lutando para que todo cidadão e cidadã em nosso país e em nossa cidade – na nossa linda Cidade de Belém – possa se sentir parte fundamental do nosso povo, digno de respeito e com direito a ter acesso a tudo aquilo que lhe garanta essa condição. A exclusão, mesmo que de um único cidadão ou de um pequeno grupo, será sempre, e por princípio, inaceitável (BELEM, 2003, p.187 “Fala do ex Prefeito Edmilson Rodrigues”).

A abertura política (de diálogo com grupos historicamente excluídos) por parte da gestão municipal entre os anos 1997 e 2004, foi um momento histórico para construção da identidade do movimento LGBT de Belém, pois diferentemente do contexto nacional, a região amazônica esteve nesse período fora da centralidade das lutas LGBT's em especial na região sudeste do Brasil, assim como em São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto o movimento do centro do Brasil avançava na reconstrução da identidade do movimento pós a epidemia da AIDS a partir da década de 1980, em Belém o movimento tem uma gênese eminentemente peculiar da região amazônica, através de elementos singulares da ideo-política e cultural que viabilizaram a construção identitária e social dos movimentos LGBT's belenense.

Para Gohn (2011), nos anos 1990, o poder local passa a ser visto de um lado, como sede político-administrativo do governo municipal, mais especificamente de suas sedes urbanas – as cidades e de outro, pelas novas formas de participação e organização popular, como dinamizador das mudanças sociais.

Destaca-se ainda que no período histórico da década de 1990, os processos de globalização econômica e as reformas políticas neoliberais desmantelaram boa parte da capacidade de o Estado controlar via políticas públicas e dialogar com as demais esferas

da sociedade civil. Este fato abriu espaço para que as organizações da sociedade civil, ONG's e movimentos sociais conquistassem novos espaços de poder como estruturas instituintes não formais, no lugar de um instituído grupo de lado oposto ao instâncias do Estado Estado (GOHN, 2011).

Poucas obras e referências bibliográficas acerca da história do movimento LGBT em Belém²⁰, isto é, a incipiência de tal temática no universo acadêmico e investigativo dificulta aprofundar num dado momento tão profícuo para a década 2010. Entretanto, esses desafios na pesquisa social não deve tornar-se como obstáculo para adentrarmos num debate e reflexão de suma importância e necessidade que são os movimentos LGBT's para construção de Políticas Públicas e o enfrentamento a todas e qualquer violação de gênero e identidade de gênero.

As características que antecederam a atual formação contemporânea desses movimentos sociais estão estritamente ligadas e imbricadas as antigas formas de conquistas de espaços públicos e diálogo ou tentativa com governo na esfera municipal, estadual e federal. E que a atual roupagem desse diálogo volta a ser ameaçado como de outrora, no qual os movimentos sociais eram meramente taxados como grupos opositoristas.

3. 4 AS PARADAS LGBT'S EM BELÉM DO PARÁ

As Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LBGT'S são a simbologia central da histórica lutas dos movimentos LGBT's, e da manifestação identitária daqueles que ousaram demonstrar a inquietação no enfrentamento às normas da heterossexualidade compulsória na sociedade brasileira.

A década de 1990 foi primordial para o avanço dessas manifestações sócio-políticas e culturais, pois através delas criava-se uma agenda política no qual a sociabilidade e visibilidade LGBT era colocada em xeque, no mais a organização das paradas possibilitou o diálogo com os diversos setores da sociedade, seja na reestruturação inter e intra movimento, com o poder executivo, seja na esfera municipal, estadual e federal, com o poder legislativo e com a grande mídia televisiva e jornalística que de certa forma contribuição também para essa visibilidade.

²⁰ Ver: Direitos Humanos: opção política e construção da cidadania em Belém. Belém, SEMAJ, 2003; Belém de todas as falas: testemunhos, relatos e atos do congresso da cidade de Belém. Belém, Vanguarda, 2003. Obras que retratam o movimento LGBT no “Congresso da Cidade”.

Para Prado; Machado (2008), as paradas LGBT's surgiram como uma "terceira onda" do movimento LGBT no Brasil, após o surgimento e epidemia da AIDS com seu cunho extremamente estigmativo como a "peste gay" nos anos de 1980, a partir da década de 1990, essas paradas surgem como novas estratégias organizativas com o fortalecimento e proliferação do movimento.

A primeira Parada LGBT de São Paulo aconteceu no dia 28 de junho de 1996, e até a sua terceira edição liderada pelo grupo Corsa, a partir da quarta parada foi construída uma associação, com integrantes de todos os grupos que participavam da organização do evento, com objetivo de impulsionar o crescimento da mesma (*idem*).

A primeira parada LGBT do Brasil surgia em São Paulo dia 28 de junho dia internacional do orgulho gay que relembra as manifestações de *Stonewall*, emergia como uma manifestação tímida, como ressalta (FACCHINI, 2005, p. 195):

Segundo os relatos dos entrevistados para esta pesquisa, o Corsa teve uma atuação destacada no nascimento da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. A preocupação com a realização de eventos de 'orgulho' por parte do Corsa pode ser registrada desde 1996, quando um pequeno ato, que reuniu entre cem e 150 pessoas, foi realizado no 28 de junho, na praça Roosevelt. Esse ato teria sido estimulado por Paulo Giacomini, que então escrevia a coluna *gay* da Revista da Folha, e teve uma passagem curta como militante do grupo, entre o segundo semestre de 1995 e início de 1996.

Segundo Machado (2007), as Paradas LGBT's estão presentes em muitos países e constituem um dos eventos políticos de maior destaque na atualidade. Estes eventos, realizados a partir da mobilização do que se convencionou chamar de movimento LGBT, têm capturado a atenção da sociedade brasileira tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que nos obrigam repensar o campo político e a ampliação dos direitos sociais.

As Paradas LGBT's estão para os movimentos sociais, como estratégias de visibilidade das lutas e enfrentamento às variadas formas de violações aos sujeitos LGBT's, um processo recente que se inscreve numa conjuntura de arena de lutas e de potencialização da sociedade civil organizada. Todavia as Paradas LGBT's enquanto manifestação política sofrem críticas constantes, por partes de grupos tradicionais:

O teor político das Paradas GLBT é muitas vezes questionado por fugirem dos moldes tradicionais de ação política, apresentando um caráter festivo de protesto, sendo associada a algo próximo de um "carnaval", uma festa ou evento meramente cultural. Esta crítica é reforçada pela rápida desmobilização de seus participantes, que põe em

dúvida a conscientização política que se abriga nestes eventos: *pontualmente*, se reúnem milhares de pessoas para festejarem e expressarem sua sexualidade; *cotidianamente*, salvo pela atuação dos grupos militantes, a arena pública prossegue esvaziada e invisibilizando a comunidade GLBT (MACHADO, 2007, p. 209).

Outro ponto que desafia as teorias políticas e pode se configurar numa crítica, é o viés mercadológico das Paradas LGBT's, que por esta razão, foram rapidamente absorvidas pela cultura capitalista, deixando de questionar os valores morais vigentes e de exclusão identitária e sócio-cultuais (*idem*).

A visibilidade dos grupos sociais que divergem da heteronormatividade imposta, é de extrema necessidade para a visibilidade como ressalta (MACHADO, 2007, p. 2010):

A noção de visibilidade é extremamente necessária ao movimento GLBT, uma vez que a homossexualidade foi historicamente relegada ao âmbito privado, impedindo que suas demandas se legitimassem como interpelações políticas passíveis de serem debatidas no espaço público. Por este motivo, o conteúdo político expresso na visibilidade homossexual traz novos elementos para o protesto.

Passado duas décadas após a criação da atual maior manifestação social LGBT (Parada LGBT de São Paulo) do mundo, a estratégia organizativa espalhou-se por todo Brasil, assim como todas capitais dos Estados brasileiros, centenas de municípios organizam suas Paradas, a partir do novo associativismo do movimento LGBT, no qual a bandeira do arco-íris tornou-se símbolo da identidade LGBT.

A 20ª edição da Parada LGBT de São Paulo foi realizada no último dia 29 de maio de 2016, com o título: *cidadania de pessoas trans* e o slogan: “*marque-se: chega de transfobia*”, organizada pela Fundação Associação da Parada do Orgulho GLBT – APOGLBT, criada em 1999.

FIGURA 3: Slogan da campanha da parada lgbt 2016 de São Paulo



Campanha reforça o tema da parada LGBT de São Paulo de 2016: *cidadania de pessoas trans*. Fonte: <http://paradasp.org.br/>

A 20ª Parada do Orgulho LGBT da capital paulista, trouxe como tema em 2016 a cidadania transexual masculina e feminina como se destaca com a figura acima. E, por ano consecutivo destaca-se como a maior manifestação social LGBT do mundo, contando com diversos atos e falas políticas pela militância no decorrer do percurso do público.

Para a APOGLBT a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é hoje uma das maiores manifestações sociais pela luta de direitos humanos no mundo. A cada ano, ela foi denominada de uma maneira e começou a receber temas específicos:

ANOS E DATAS DAS PARADAS LGBT'S EM SÃO PAULO	TEMA:
28/06/1997	I Parada do Orgulho Gays, Lébicas e Travestis – GLT.
27/06/1998	II Parada do Orgulho GLT: “Quero mostrar meu rosto, eu também pago imposto”.
27/06/1999	III Parada do Orgulho GLT.
25/06/2000	IV Parada do Orgulho Gay.
08/06/2001	V Parada do Orgulho Gay.
02/06/2002	VI Parada do Orgulho Gay: “Educando para a Diversidade”.
22/06/2003	VII Parada do Orgulho Gay.
13/06/2004	VIII Parada do Orgulho GLBT: “Temos Família e Orgulho”.
29/05/2005	IX Parada do Orgulho GLBT: “Parceria Cível Já! Direitos iguais: nem menos, nem mais”.
17/06/2006	X Parada do Orgulho GLBT: “Homofobia é Crime! Direitos sexuais são direitos humanos”
10/06/2007	XI Parada do Orgulho GLBT: “Por um mundo sem Racismo, Machismo e Homofobia”.
25/05/2008	XII Parada do Orgulho GLBT: “Homofobia Mata! Por um estado laico de fato.”

14/06/2009	XIII Parada do Orgulho LGBT: “Sem homofobia, mais cidadania. Pela isonomia dos direitos”.
06/06/2010	XIV Parada do Orgulho LGBT: “Vote contra a homofobia”.
26/06/2011	XV Parada do Orgulho LGBT: “Amai-vos uns aos outros: Basta de homofobia!”
10/06/2012	XVI Parada do Orgulho LGBT: “Homofobia tem cura: educação e criminalização”.
02/06/2013	XVII Parada do Orgulho LGBT: “Para o armário nunca mais. União e conscientização na luta contra a homofobia”.
04/05/2014	XVIII Parada do Orgulho LGBT: “País vencedor é país sem homolesbotransfobia”.
07/06/2015	XIX Parada do Orgulho LGBT: “Eu nasci assim. Eu cresci assim. Vou ser sempre assim. Respeitem-me!”.
29/05/2016	XX : Parada do Orgulho LGBT: “Cidadania das pessoas trans”.

Quadro 2 - Temas das Paradas LGBT's realizadas em São Paulo (1997- 2016)

Fonte: <http://paradasp.org.br/quem-somos/>

E as Paradas LGBT's na região amazônica? como se estruturou as Paradas LGBT's em Belém do Pará? Uma vez que a realidade do movimento LGBT belenense, configurou-se num processo que difere da região sudeste brasileira. Uma vez que o embrião do movimento em Belém tem suas bases elementares na manifestação “As filhas da Chiquita” como no capítulo anterior e debates iniciais deste trabalho.

Em Belém, a primeira Parada LGBT foi realizada em 28 de junho de 2002, organizada pelo Movimento Homossexual de Belém – MHB, e contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Belém, a partir da construção e reivindicação do MHB construída a partir do Congresso da Cidade (BELÉM, 2003).

A Parada LGBT de Belém completa 15 anos de manifestações, nesta 15ª edição com o tema: “15 anos!, nossa luta, nossa história”, segue com programação definida para o dia 25 de setembro de 2016. Cabe salientar que a atual conjuntura organizativa da Parada se construiu a partir do MHB no qual sua extinção em meados nos anos 2000 e reconfigurou-se a partir da década de 2010 como novos grupos sociais LGBT's na capital paraense.

FIGURA 4 : Parada LGBT de Belém do Pará.



Fonte: Parada LGBT de Belém

O trajeto das Paradas LGBT's de Belém, consistia num percurso que tinha concentração na área das Docas, bairro Reduto região central do município, a partir daí seguiam em forma de passeata aos sons de trio elétricos com músicas, shows de

performáticos de *Dreg Queens*²¹ e *gogo boys*²², com paradas simultâneas para os discursos políticos dos militantes do movimento LGBT. Composto por um público de diversidade étnica, social, de classes, geracional, identitária e sexual, seguia-se pela avenida Marechal Hermes e partia via avenida presidente Vargas com destino a reta-final que seria na Praça da República.

Todavia, as críticas pela massa conservadora, reproduz de certa forma um estigma discriminatório a tal manifestação, tanto é que a partir de 2012 houve mudanças drásticas no percurso da Parada de Belém, modificando o trajeto da manifestação, com conflitos criados com a Associação de moradores do bairro do Reduto juntamente com órgãos públicos da Prefeitura de Belém e Governo do Estado para a mudança da concentração e saída das docas bairro do Reduto. O movimento LGBT esteve presente no diálogo de tal organização, entretanto sem sucesso e a Parada do Orgulho LGBT muda seu percurso de origem.

O conflito institucional entre a organização da Parada e a gestão municipal e estadual, consiste numa imposição do Estado em prol de uma determinada classe social que são do entorno do espaço geográfico no qual faz parte do percurso da manifestação social. E neste sentido percebemos o quanto o atual diálogo com o governo do Estado em nível municipal e estadual é desafiador para o movimento.

Para Machado (2007), outro ponto que desafia as teorias políticas e pode se configurar numa crítica, é o viés mercadológico das Paradas LGBT, que por esta razão, foram rapidamente absorvidas pela cultura capitalista, deixando de questionar os valores morais vigentes. Entretanto, não se pode negar o avanço histórico que tais manifestações contribuíram para a visibilidade dos sujeitos LGBT's no Brasil e no mundo, pois esses cidadãos e cidadãs viviam sob a égide da invisibilidade social.

Na contra-corrente a essas críticas ressalta-se:

(...) a Parada representa um espaço de ruptura com o rigor da vida cotidiana, uma verdadeira f(r)esta no controle social exercido pelos dominantes tanto do espaço público quanto privado. Porém, essa f(r)esta traz consigo elementos políticos, de contestação, os quais são visibilizados e atuam como fator de resgate da auto-estima e possibilitam ação e atuação cidadã, o exercício de uma cidadania realmente ativa por parte daqueles e daquelas que até então estavam contidos e invisibilizados na escuridão do subterrâneo do esquecimento. Ao saírem do subterrâneo já não se pode negar sua existência, mas se pode deslegitimar suas demandas, carnalizá-las, assim como

²¹ Dreg Queens, termo inglês que faz referência no Brasil aos artistas que realizam shows perfeccionistas em casa noturnas, festas e espaços LGBT's e afins.

²² Go Go boys, termo inglês que faz referência a homens que realizam performances artísticas e sexuais em casas noturnas, estabelecimentos LGBT's e afins.

carnavalizar às e aos demandantes. (MACHADO 2007, P. 195-196 apud SILVA 2006 p. 286).

I Conferência estadual GLBT do estado do Pará em abril de 2008, teve como marco histórico para cidadania LGBT paraense, a criação do Programa Pará sem Homofobia no qual objetivou avançar na política pública LGBT. Nesse contexto, o movimento de enfrentamento à homofobia esteve intimamente ligado a gestão do Governo estadual do Pará, no qual possibilitou alguns avanços no que concerne ao diálogo com até então governo da época.

O Programa Pará sem homofobia teve como um dos objetivos do programa (PARÁ, 2008, p. 16):

Direito à cultura: construindo a política de cultura de paz e promoção de valores homossexuais: 1. Estabelecer política de cultura LGBT, destinando no mínimo 1,5 % do orçamento da cultura do Estado, para apoio à política de Paradas LGBT's, passeatas e marchas LGBT's, quadrilhas e miss juninas gays, mostras culturais, cinemas, teatro, grupos folclóricos, dentre outras manifestações.

Segundo Machado (2007), inúmeras sociabilidades culturais, as Paradas LGBT's chamam a atenção da sociedade tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que tem colocado na pauta das discussões políticas de vários Estados Modernos temas como: o reconhecimento das parcerias entre casais do mesmo sexo; a criação de políticas públicas próprias para o atendimento da população homossexual; a criação de leis que punam crimes de ódio; constituição de mecanismos políticos e sociais para uma maior visibilidade homossexual.

Em seus quinze anos de existência a Parada LGBT de Belém, descreve uma construção histórica para visibilidade e cidadania LGBT paraense, impulsionada no dado momento da história do movimento paraense que sofreu grandes transformações desde sua origem. A parada foi um fator extremamente determinante para organização do movimento LGBT heterogêneo e diversificado que tem como a principal bandeira de luta de enfrentamento à homofobia e a exclusão social daqueles que não seguem a normas imperativas da sexualidade humana e o gênero biologizista.

A bandeira do arco-íris, símbolo histórico da diversidade de gênero, com suas cores estampadas em todas Paradas LGBT's do mundo, se constrói e reconstrói a cada cotidiano de luta dos movimentos sociais, com um único ideário: a diversidade é a

realidade que está posta na sociabilidade humana, é tão “natural” o quanto as distintas cores que a compõem as cores do arco-íris.

3.5 O IMPEACHMENT E REFLEXOS NA CONJUNTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para Cardinali (2016), a concretização do esperado afastamento da Presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal, por confortável margem de votos, o PMDB chega pela terceira vez à Presidência do Brasil sem nunca ter sido eleito para ocupar tal cargo. Neste cenário, questiona-se o que se pode esperar do novo governo Temer em relação aos direitos LGBT's.

No último dia 12 de maio de 2016, a atual presidenta da República brasileira Dilma Rousseff foi afastada por no máximo 180 dias de seu mandato, dos 81 senadores, 78 estiveram presentes com 55 votos favoráveis e 22 contra no plenário, necessitava apenas da maioria simples para que fosse aceito a admissibilidade do processo de impeachment da Presidenta.

No mesmo dia o atual Presidente em exercício nomeou o novo escalão dos ministérios, dentre eles destacaram-se a hegemonia do sexo masculino e o envolvimento de vários em processos judiciais e corrupção em instituições públicas do Estado. Com o programa de governo do atual presidente interino “*Ponte para o futuro*”, destaca-se a preservação e impulsionamento da economia brasileira com destaque a limitação dos gastos do governo, assim como a injeção de capital no setor empresarial e financeiro, e consequentemente os cortes nas políticas públicas e sociais.

Destarte, na nova conjuntura do governo altas críticas acerca da composição ministerial com ausência de mulheres nos cargos de primeiro escalão, isto é, nos ministérios compostos unicamente por homens brancos de classe social hegemônica. Políticos, a mídia crítica, redes sociais, movimentos sociais como das mulheres, negros e LGBT's reagiram imediatamente à nova roupagem do governo em exercício.

FIGURA 5: Sexo e poder: comparação do Governo Dilma com Governo em exercício de Temer.



Foto compara a composição do Governo Dilma com Governo em exercício.(fonte: <http://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/05/ausencia-de-mulheres-no-ministerio-de-temer-gera-polemica.html>)

A figura acima, ilustra a comparação entre a composição do Governo Dilma Rousseff e o Governo em exercício de Michel Temer, expressa a eminência da reflexão sexo e poder com a nítida hegemonia do poder masculino. A ausência de Ministérios do governo federal sob a gestão das mulheres e negros, deixa claro as iniciativas de uma ideologia sexista, misoginista e elitista por parte do atual governo em exercício.

A atual gestão em exercício deixa claro a partir de seu 1º dia de governo, sua real ideologia e vertigem política da classe dominante, com o slogan “*Ordem e Progresso*” inicia uma reforma ministerial no qual atinge apenas os ministérios de cunho sócio-político e cultural que historicamente faz parte do bojo das lutas sociais dos grupos menos favorecidos, como sujeitos sociais que tiveram no cerne de sua história a exclusão social, preconceito e discriminação, são eles: negros, LGBT’s, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes, quilombolas, pessoas em situação de rua, trabalhadores urbanos e rurais e indígenas.

Para Cardinali (2016), cabe lembrar, ainda, como Temer chegou à cadeira que ora conspurca, abraçado umbilicalmente em Eduardo Cunha, autor dos projetos de lei do dia do orgulho heterossexual e da criminalização da “heterofobia”, apenas para ficar em dois exemplos de seu obscurantismo. O show de horrores que foi a votação na

Câmara, em que a defesa da família patriarcal e tradicional atingiu níveis folclóricos, dá um indicativo de que tipo de interesse e projeto de poder vai cobrar a conta de Temer quando chegar a hora. Afinal de contas, se Temer alcançou o que jamais conseguiria pelo voto popular, o fez em função da ferrenha atuação dos maiores opositores dos direitos LGBT no congresso nacional, que saberão cobrar bem pelo papel central desempenhado.

No destaque da reforma ministerial, o número de ministérios foi reduzido 33 para 23 ministérios no qual alguns e os principais ligados às classes sociais menos favorecidas foram extintos e foram subalternizados. Desta forma podemos identificar a intenção de manter a hegemonia dos grupos que logo mantêm o poder e capital e a subtração de consciência de classe e de sujeitos de direitos.

Para Löwy²³(2016), o que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir. Mas, golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores!.

Tais reflexões e análise de Löwy (2016, p. 1) nos remetem a elementos da historização da categoria Estado e clássicos que se debruçaram a investigar tal tema:

Citando Hegel, Marx escreveu no *18 de Brumário de Luís Bonaparte* que os acontecimentos históricos se repetem duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Isso se aplica perfeitamente ao Brasil. O golpe de Estado militar de abril de 1964 foi uma tragédia que mergulhou o Brasil em vinte anos de ditadura militar, com centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de “irregularidades contábeis”. O principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como “a bancada BBB”: “Bala” (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), “Boi” (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e “Bíblia” (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos).

²³ Artigode Michael Löwy: O golpe de Estado de 2016 no Brasil, *Artigo enviado pelo autor diretamente ao Blog da Boitempo. A tradução, a partir do original em francês, é de Mariana Echalar*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/>, acesso em 23/05/2016.

Segundo Montaño; Duriguetto (2011), se a realidade do ser social é que determina a consciência, então, as determinações de classe (a situação de classe) condicionam, em primeira instância, a consciência dos sujeitos. Primeiramente na forma de percepção, de vivência individual e subjetiva, cuja sistematização forma o que Lukács chamou de *psicologia de classe*.

Ademais, a forma e estratégia do novo governo de se estruturar e a partir daí colocar em prática a ideologia e práticas políticas neoliberais que está por detrás desta nova conjuntura, é nada mais que a manipulação e alienação aos cidadãos e cidadãs brasileiras com intuito de salvação da atual crise econômica e política que a nação sobrevive. O enxugamento da máquina estatal é como uma válvula de escape para a retomada da aceleração neoliberal e cortes sociais.

Para Montaño e Duriguetto (2011), alienação no Modo de Produção Capitalista (MPC), é um elemento que passa a caracterizar a vida cotidiana e, portanto, a consciência ali desenvolvida. O complexo tratamento dado por Marx e pela tradição marxista à alienação (assim como a ideologia) na reflexão sobre a consciência, deita por terras as imberbes afirmações de que “o marxismo não trata da subjetividade”.

Diante da atual e mudança na conjuntura do governo brasileiro, percebe-se a grande mobilização e grande impugnação da sociedade civil organizada através dos movimentos sociais no que tange as conquistas históricas das políticas públicas e sociais que foram permeadas a partir da promulgação da Constituinte de 1988 e as lutas sociais para tão construção dos avanços sociais.

O primeiro ato institucional do governo em exercício foi a medida provisória nº 726 de 12 de maio de 2016, no qual alterou e revogou a lei de nº 10.683 de maio de 2003 no qual foram extintos 10 ministérios, dentre eles: O Ministério da Cultura, Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Mulheres, Igualdade racial e dos Direitos Humanos.

A extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade racial e dos Direitos Humanos, demonstrou o significativo retrocesso acerca do histórico de lutas dos movimentos de mulheres e LGBT's, de tal forma que a tão recente construção das políticas públicas LGBT's através de ações, programas e Conselhos, encontra-se em processo de obstrução, desconstruindo as conquistas mínimas de um enfrentamento árduo e cotidiano dos movimentos LGBT's.

Neste sentido os novos desafios aos movimentos de enfrentamento ao sexismo, heterossexismo, e a reprodução da discriminação de gênero e identidade de gênero, são

postos numa conjuntura que tais movimentos terão que rever as antigas formas de associativismo e organização política, objetivando uma contra-ação às velhas práticas da hegemonia institucional fundamentada no sexo e poder da ideologia do sistema.

Segundo Therbon (2006), o sexo é uma força básica de orientação da biologia humana; o poder é um aspecto fundamental da sociologia humana, sexo e poder não são mundos distintos um do outro, mas estão entrelaçados um no outro. O poder pode ser observado no reino animal, enquanto as formas de sexualidade humana são socialmente construídas e variáveis.

3.6. DESAFIOS E DILEMAS PARA O MOVIMENTO LGBT NO SÉCULO XXI

Na sociedade brasileira o debate em torno dos “direitos sexuais, LGBT’s e identidades de gênero” é recente, e sua produção bibliográfica e literatura acerca da temática se construiu a partir de iniciativas de pioneiros e pioneiras, cujas iniciativas ousaram em desconstruir a visão acadêmica de outrora, patologizante e moralizante, na construção de um legado que traz reflexões políticas, analíticas, identitárias, sociabilidade e mobilização, (FRY E MACRAE, 1985; FACCHINI, 2005; PRADO E MACHADO, 2008; SIMÕES E FACCHINI, 2009; GONTIJO, 2009; LOURO, 2016).

A conjuntura política atual em 2016, diversificada e em crise, desvelando uma nova esquerda no qual a unificação é a única opção para os grupos sociais tido como minoritários, e nesta esfera de blocos diversificados estão os movimentos sociais clássicos como a histórica luta de classes do movimento de trabalhadores urbanos e rurais e os novos movimentos sociais como os movimentos feministas e os LGBT’s.

O movimento LGBT brasileiro teve o primeiro rechaço e violação por parte do atual governo federal em exercício, através do pedido de revogação do Decreto N° 8.727, de 28 de abril de 2016 que garante o nome social de Travestis e Transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O projeto de decreto legislativo que visa revogar o Decreto do Nome Social tem o apoio dos seguintes partidos: PSDB, PRB, PV, PR, PHS, PSC, Pros, DEM e PSB e organizado por pastores e conservadores. por parte do atual governo em exercício, composto por uma bancada evangélica fundamentalista sexista, heterossexista e homofóbica que surge com suas forças opressoras mais forte do que nunca, através do espaço no qual reverberam a prática ideológica, em que a opressão e a repressão com bases em dogmas cristãos são disseminados.

Deputados de nove partidos²⁴ deram entrada a uma proposta que revoga o decreto presidencial que permite o uso do nome social²⁵ e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais em toda a administração pública federal. A autorização, assinada pela presidente afastada Dilma Rousseff no último dia 28 de abril de 2016, é contestada por parlamentares evangélicos e católicos.

Encabeçado pelo deputado João Campos (PRB-GO), coordenador da bancada evangélica, o projeto de decreto legislativo (PDC 395/2016) apresentado no dia 18 de maio de 16, aguarda despacho do presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), para começar a tramitar.

O episódio da bancada parlamentar fundamentalista é histórica, e remete ao contexto que antecede e é posterior a redemocratização brasileira, entre as décadas de 1960 e 1980 a ditadura militar deixou lastros e resquícios da hegemonia da classe dominante, com a primazia ideológica heteronormativa.

A história se repete como ressalta Trevisan (2004, p. 158):

Em Brasília, durante a aprovação da nova Constituição de 1988, o plenário do Congresso Constituinte votou quase em peso contra a inclusão do item que proibia discriminação ‘por orientação sexual’. A bancada evangélica bateu palmas, ante a derrota da assim chamada ‘emenda dos veados’ ou, para usar os termos do líder do governo Carlos Sant’Anna, emenda da ‘desorientação sexual’.

As velhas práticas são reconstruídas no cotidiano, por um viés que torna-se cada vez mais contraditório, em que pese a hierarquia sexual como um pilar da construção da homofobia e inferiorização dos sujeitos sociais LGBT’s, e em contrapartida os movimentos LGBT’s devem redesenhar as novas estratégias de lutas, assim como rever as antigas e novas bandeiras lutas da cidadania LGBT no Brasil.

Para Birman²⁶(2016), trata-se de “violência psicológica” a tentativa de proibir travestis e transexuais de usar seus nomes sociais, obrigando-os a manter os nomes de

²⁴ Deputados querem impedir uso de nome social por transexual no serviço público. Disponível em: <http://www.clippinglgbt.com.br/deputados-querem-impedir-uso-de-nome-social-por-transexual-no-servico-publico/>, Acesso em 23/05/2016.

²⁵ Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

²⁶ ‘Impedir trans de usar nome social é violência’, de Birman, Joel (2016). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/impedir-trans-de-usar-nome-social-violencia-diz-psicanalista-19346079#ixzz49LyXUVmv>. Acesso em 23/05/2016.

suas certidões de nascimento. O país passa por uma fase de retrocesso em relação à sexualidade humana na atualidade.

Tal reflexão é ressaltada por Birman (*idem*) como:

Estamos vivendo hoje no Brasil uma série de retrocessos em relação a isso. Representantes das igrejas mais conservadoras se opõem a essa liberação, numa atitude muito repressiva. Estávamos caminhando para uma modernização maior e agora andamos várias casas para trás. É como se tivéssemos voltado há 30 anos. E o governo Temer, com o fortalecimento de políticos conservadores, representa esse retrocesso. Isso é muito preocupante e perigoso. Neste momento, o Brasil está muito mais conservador em relação à sexualidade do que nossos vizinhos. A Argentina, que é parecida conosco em vários aspectos, é mais liberal quanto à sexualidade. Nosso fundamentalismo religioso se contrapõe de modo agressivo aos direitos dos transexuais e homossexuais.

Segundo Löwy (2016), o que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular, e a reprodução da exclusão social daqueles que não segue as normas impostas pela ideologia dominante.

Fazer analogias dos períodos históricos é essencial como afirma Löwy (*idem*):

“Em 1964, grandes manifestações “da família com Deus pela liberdade” prepararam o terreno para o golpe contra o presidente João Goulart; dessa vez, multidões “patrióticas” – influenciada pela imprensa submissa – se mobilizaram para exigir a destituição de Dilma, em alguns casos chegando a pedir o retorno dos militares... Formadas essencialmente por brancos (os brasileiros são em maioria negros ou mestiços) de classe média, essas multidões foram convencidas pela mídia de que, nesse caso, o que está em jogo é “o combate à corrupção”.

Neste cenário de profundas contradições e distorções ideo-políticas que o movimento LGBT tenta suspirar e aliar-se às novas formas de organizações e associativismo de um movimento tão recente se comparado aos movimentos sociais clássicos. O movimento LGBT que tem sua gênese na década de 1970 reage com as novas expressões que se constrói e se movimenta num processo em curso, com um direcionamento que ainda terá elementos primordiais para seu amadurecimento nesta conjuntura de crise.

A década de 2010, assim, trouxe conquistas para a cidadania LGBT, também acumula retrocessos históricos e um amargo sabor de derrota para os Movimentos

LGBT's. Em 2011, o Projeto “*Escola sem Homofobia*”²⁷ que compunha o “*Programa Brasil sem Homofobia*” de 2007, foi vetado pelo Governo Federal, o Projeto tinha como objetivo o enfrentamento a violência LGBT nas Escolas públicas do Brasil, com principal objetivo de formação dos educadores para trabalhar com assuntos acerca de gênero, identidade de gênero, sexualidade e homofobia em salas de aula.

A banca fundamentalista e religiosa do Congresso nacional criou estratégias de combater tal Projeto, criou-se um estigma ideológico no qual se repercutiu do “Kit Gay” queria uma forma de estimular o “ homossexualismo e promiscuidade” para as crianças brasileiras.

Outra derrota para cidadania LGBT brasileira foi o arquivamento do Projeto de lei 122 de 2006²⁸ a “PLC 122/2006” que tinha como objetivo criminalizar a homofobia no Brasil, em 2015 após 8 anos de tramitação no Senado, foi arquivado, após intensas lutas dos movimentos LGBT's e grandes críticas da bancada religiosa e conservadora, a proposta foi extinta do cenário político-partidário brasileiro.

Desde 2013 tramita na Câmara Federal, o Projeto de lei João Wnery elaborado pelo Deputado Jean Wyllys – PSOL-RJ, atual e legítimo representante da população LGBT no legislativo federal, juntamente com a deputada federal Érika Kokay PT-DF, juntos e como minoria os parlamentares unem forças e levantam a bandeira LGBT e todas e quaisquer formas das opressões e violações de gênero no Brasil.

O Projeto de Lei²⁹ tem como o objetivo: I - ao reconhecimento de sua identidade de gênero; II - ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero; III - a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles. O projeto se expressa como o atual desafio de luta no poder legislativo federal, para construção de uma lei que de fato dê dignidade, direito e respeito aos cidadãos e cidadãs LGBT da sociedade brasileira.

Além de estar presente no debate político e na proposta de construção de marco legal e legislações de enfrentamento à homofobia no Brasil, a visibilidade LGBT

²⁷Vídeos disponíveis para download em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/02/11/baixeo-escola-sem-homofobia-chamado-por-intolerantes-de-kit-gay/>.

²⁸ Projeto de lei PLC 122/2006, disponível na íntegra em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>.

²⁹ Projeto de Lei 2003/2013, disponível na íntegra em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013.

também está presente no cenário comercial e mercadológico que faz parte do consumo em massa da população LGBT. Assim, como nos espaços clássicos de sociabilidade e lazer dos sujeitos em *Saunas, Bares LGBT's, boates* etc, o consumo de produtos estético, fetichista e de acessórios comuns, crescem numa constante no mercado livre e porque não dizer na indústria Pink?.

Segundo Trevisan (2004), que importa mais do que nunca é o consumo, de modo que a própria moral passou, em certa medida, a depender do mercado – como mostram as incurções “avançadas” da TV globo na área de costume.

Assim como na década de 1990 marcada pela implosão das referências homossexuais e pela aparição de uma cultura “GLS” baseada no *queer movement*, com a proliferação do mercado sexual no Brasil (Gontijo, 2009). O espraiamento do cunho mercadológico LGBT está mais presente na sociedade brasileira assim como nunca outrora.

A propaganda da linha de produtos de perfumaria *O Boticário*³⁰, com a propaganda alusiva à comemoração ao dia dos namorados no Brasil 11 de junho de 2015, ocasionou grande visibilidade ao público LGBT, pois em seu vídeo comercial demonstrava troca de carícias entre casais homoafetivos e heterossexuais, a campanha gerou grandes elogios à empresa, assim como grandes críticas por parte da sociedade conservadora pelas redes sociais, como desrespeito à sociedade e à família brasileira.

³⁰ Ver: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/06/comercial-de-o-boticario-com-casais-gays-gera-polemica-e-chega-ao-conar.html>

FIGURA 6: Comercial, troca de presente entre casais homoafetivos, Campanha alusiva ao dia os namorados 2015, O Boticário



Troca de presente entre casais homoafetivos, Campanha alusiva ao dia os namorados 2015. Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=o+boticario+e+o+comercial+LGBT>

A empresa C&A lançou em sua última campanha em comemoração ao dia dos namorados intitulada: “*o dia dos misturados*”, com objetivo de divulgar trajes unissex, e tentar desmistificar que os gêneros são simbolizados pela cor azul masculina e a rosa feminina, a campanha trouxe um casal no qual os sujeitos, do sexo masculino usava o traje feminino e do sexo biológico feminina usava a roupa masculina.

FIGURA 7: Comercial, campanha alusiva ao dia dos namorado 2016: juntos e misturados C&A.



<http://www.hypeness.com.br/2016/05/o-que-deveriamos-aprender-com-o-novo-comercial-da-ca-para-o-dia-dos-misturados>

Após a loja C&A, chegou a vez das Loja Riachuelo, montar vitrine com casais (manequins) homoafetivos em comemoração do dia dos namorados em 2016, a iniciativa da empresa causou diversos elogios por parte da população LGBT através das redes sociais e indignação dos conservadores de plantão.

FIGURA 8: Campanha alusiva ao dia dos namorados de 2016, lojas Riachuelo com manequins de casais LGBT.



<http://bhaz.com.br/2016/05/25/nos-passos-da-ca-riachuelo-monta-vitrine-com-casais-gays-para-o-dia-dos-namorados/>

A figura de nº 7 ilustra manequins de casais LGBT's, iniciativas das lojas Riachuelo a partir da campanha alusiva ao dia 12 de junho de 2016 em que se comemora o dia dos/das namorado/as. A empresa do ramo comercial é uma das pioneiras em utilizar-se de sua marca para de certa forma criar estratégias de enfrentamento da LGBTfobia e a intolerância de identidade de gênero.

Na 20ª Parada do Orgulho LGBT da cidade de São Paulo de 2016, a indústria de cervejaria Skol, participou pela primeira vez da maior manifestação e enfrentamento à homofobia do Brasil. A empresa participou com um veículo som-automotivo “*trio-elétrico*” durante o trajeto distribuía cervejas para os participantes. Segundo a cervejaria, é um convite para que seus consumidores também tenham atitudes de respeito aos cidadãos e cidadãs LGBT's³¹.

Os desafios na sociedade brasileira contemporânea estão postas ao movimento LGBT encontra-se numa história de exclusão social e não muito distante das expressões de gênero-sexualidade moldados por uma patologia do ser social, neste processo de construção da identidade desses sujeitos sociais, estão de um lado às instâncias de poder, cujos valores são enraigados num patriarcado que a cultura por si só é insuficiente para modificar tais realidades excludentes.

³¹Disponível em: <http://www.guiagaysaopaulo.com.br/1/n--marca-mais-valiosa-do-brasil-skol-tera-trio-na-parada-lgbt-de-sp--25-05-2016--2705.htm>.

Contudo, a sociabilidade, reconstrução e unificação de uma identidade para os movimentos LGBT's, são para além de uma ação imediata, mas como um novo alicerce de bases estratégicas de renovação do “gás” da militância seja em nível local, estadual, federal ou mundial. A base social está para um pilar do pertencimento às lutas sociais, assim como uma ideologia de emancipação está para um projeto societário para a humanidade.

4. ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT'S: LUTAS E ESTRATÉGIAS NO ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA EM BELÉM

4.1 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS INTEGRANTES DOS MOVIMENTOS LGBT'S EM BELÉM

Inferir o debate do movimento LGBT no cerne das reflexões críticas e políticas, é construir uma identidade sociopolítica e estar presente na arena de lutas dos movimentos sociais da atualidade, não apenas como um movimento complementar aos movimentos clássicos, mas sim como uma luta LGBT que tem história e fazem parte do bojo da atual conjuntura do enfrentamento ao retrocesso e perdas significativas da cidadania brasileira, e profundas aniquilações do marco histórico que foi a Constituição Federal de 1988.

A atuação dos movimentos LGBT' de Belém perpassa por um conjunto de organização coletiva, identária e heterogênea, através de mobilizações como as Paradas do Orgulho LGBT, Conferências, a histórica luta na saúde pública de enfrentamento ao HIV-AIDS e manifestações culturais como o Miss Pará Gay, Miss Caipira Gay e as Queimadas Gays. Um campo vasto de contradições ideológicas e políticas, cuja a sociabilidade se constrói no bojo histórico e memória das identidades LGBT's.

Caracterizar os movimentos sociais LGBT's pela magnitude histórica e sociopolítica é de suma necessidade política e acadêmica, cujo resgate da memória exalta a militância que construiu o legado político e social para os movimentos contemporâneos.

Movimento	Histórico	Institucionalização	Temática de Origem
Movimento Homossexual de Belém – MHB APOLO	Belém/1990 – extinto Belém/2002 – extinto		Cidadania homossexual
1 - Grupo de Homossexuais do Pará – GHP	Belém/2001	Sim	Prevenção e Política de saúde DSTs/AIDS
2 - Cidadania, Orgulho e Respeito – COR	Belém/2004	Sim	Cidadania LGBT
3 - Grupo de Travestis e Transexuais da Amazônia – GRETTA	Belém/2004	Sim	Cidadania para Travestis e Transexuais
4 – Olivia	Belém/2011	Não	Política LGBT
5 – ELLOS	Belém/2010	Não	Saúde LGBT
6 – Entre Eles	Mosqueiro/Belém/2012	Não	Cidadania LGBT

QUADRO 3 – Caracterização sócio-política e histórica e político dos movimentos sociais LGBT's de Belém do Pará

Fonte: ROZARIO, Elton Santa Brígida. Pesquisa de campo e coleta de dados (abril/2015).

O quadro acima descreve os movimentos LGBT's que foram identificados a partir da pesquisa de campo, isto é, a partir do universo da delimitação do objeto de pesquisa. E neste sentido destacaram-se os 6 movimentos mais 2 que foram extintos, com maior destaque ao MHB que foi o primeiro movimento LGBT organizado e da história do Estado do Pará como destacamos seu significado histórico anteriormente.

Atualmente o GHP é o grupo mais antigo na atuação do enfrentamento à homofobia e violações LGBT's em Belém do Pará, e por este movimento destacaremos um breve histórico do movimento que este ano completa 15 anos de atuação em Belém.

O Grupo Homossexual do Pará foi fundado no dia 24 de setembro de 2001, com a finalidade de educar, prevenir as DST-AIDS e lutar pelos direitos humano LGBTs. O GHP foi criado a partir do Treinamento do Projeto SOMOS, que tem como meta fortalecer e organizar entidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros, para promover e construir uma sociedade que respeite a diversidade sexual. O grupo está vinculado a ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros e a rede Amazon de ONG's GLT (Gays, Lésbicas e Transgêneros). Neste curto espaço de tempo que o grupo existe conseguimos nos firmar na sociedade e nos fazermos conhecidos na comunidade homossexual, realizamos anualmente as Paradas LGBT's, juntamente com outras entidades que defendem o mesmo ideal, temos parceria com a iniciativa privada como: saunas, boates, bares de frequência deste público, com a esfera governamental como: coordenações municipal e estadual de DST/AIDS, assembléia legislativa, câmara municipal, com a sociedade civil através de ONG que trabalham com a defesa dos direitos humanos, instituições de ensino superior e médio.

4.2 PERFIL SOCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO DOS MOVIMENTOS LGBT'S DE BELÉM

A pesquisa de campo realizada teve como universo as lideranças e militantes dos movimentos LGBT's, num total de 13 (treze) lideranças. Buscou-se auferir informações a partir de análise documental nas entidades mapeadas e ainda nos órgãos públicos que executam políticas específicas para os segmentos homoafetivos, articulando com instrumentos da pesquisa qualitativa, como a aplicação de questionários e realização de entrevistas. Os questionários nos possibilitaram uma leitura do perfil político dos militantes, conforme Quadro 4 abaixo..

MILITANTE ENTREVISTADO	Gênero/Identidade	Orientação sexual	Tempo de Militância	Movimento/Instituição
1	FEMININA/TRANSEXUAL	HETEROSSEXUAL	09 ANOS	Grupo Homossexual do Pará – GHP, movimento de luta contra AIDS e movimento de mulheres prostitutas do Pará.
2	Masculino	Gay	20 anos	GHP, Movimento LGBT de Tucuruí – LGBTTUC e Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT.
3	Masculino	Homossexual	10 anos	Coletivo Universitário LGBT da UFPA – Acopla
4	Feminina	Lésbica	03 anos	GHP, Movimento de Mulheres e Movimento Afro-Religioso.
5	Masculino	Gay	15 anos	Diversidade Tucana – Comissão LGBT do PSDB.
6	Masculino	Homossexual	13 anos	Grupo OLIVIA
7	Feminina/Transexual	Heterossexual	15 anos	Grupo de Travestis e Transexuais, Associação e Rede Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA e LGBTTUC.
8	Masculino	Homossexual	10 anos	Instituto ELLOS
9	Masculino	Homossexual	15 anos	GHP e Movimento de Luta contra a AIDS.
10	Masculino	Gay/Drag Queen	13 anos	GHP
11	Masculino	Gay	15 anos	Grupo OLIVIA
12	Masculino	Travesti	13 anos	Movimento LGBT/ Atualmente responde pela coordenação do movimento, em específico pela secretaria de políticas para travestis do Estado do Pará. Coordenadora do

				GHP-Belém e da COR-Ananindeua.
13	Masculino	Homossexual	13 anos	GHP

QUADRO 4: Perfil dos militantes entrevistados – Parte

Fonte: ROZARIO, Elton Santa Brígida. Pesquisa de campo (abril/2015).

O quadro 5 demonstra o universo da pesquisa de campo com destaque aos 13 sujeitos sociais entrevistados, e a partir dos dados identificamos o gênero e identidade de gênero, tempo de militância e seus respectivos movimentos as quais pertencem e atuam em suas militâncias.

Em relação à variável qualitativa gênero e identidade de gênero, a predominância do gênero masculino é percebida pelos 10 sujeitos do gênero masculino no qual se auto se definiram como tal gênero. No gênero masculino as identidades foram definidas de tal forma: 6 se intitularam homossexual, enquanto 2 denominaram-se gays e 1 definiu-se como gay e *Drag Queen* e 1 intitulou-se ser Travesti.

Em relação ao tempo de militância, percebe-se que em média o tempo da amostra qualitativa, isto é, do grupo de militantes é em média 15 anos, com destaque ao sujeito que tem a maior media de atuação no movimento LGBT, há 20 anos milita na defesa dos direitos LGBT's, assim como o menor de tempo de militância no qual o sujeito definiu como 3 anos de militância.

Ao destaque e pertencimento a um ou determinados grupos ou movimentos LGBT's, os sujeitos das entrevistas enfatizaram as seguintes informações: 6 militantes pertencentes ao GHP dentre eles apenas 2 com atuação exclusiva e apenas no grupo, os demais pertencem a outros grupos; 2 do Grupo OLIVIA e aos demais grupos, respectivamente 1 militante de movimento: Coletivo Universitário LGBT da UFPA – Acopla; Diversidade Tucana – Comissão LGBT do PSDB; Grupo de Travestis e Transexuais da Amazônia - GRETTA; Instituto ELLOS.

MILITANTE	Escolaridade	Profissão	Relação com Movimento	Ano que se inseriu e o que levou a militância:
1	Ensino Superior completo	Psicóloga	Formação política.	2007, necessidade de se questionar a falta de políticas públicas LGBT's.
2	Ensino Superior Incompleto	Servidor Público	Lutas sociais e enfrentamento à homofobia.	1995, cidadania LGBT e luta pelo reconhecimento do ser humano.
3	Ensino Superior completo	Administrador	Coordenação e assessoria.	2006, violação dos direitos da população LGBT.
4	Ensino Superior Incompleto	Autônoma	Amor e paixão ao movimento LGBT.	Conflitos amorosos, violações de direitos e lutas pelos direitos LGBT's.
6	Ensino médio e técnico	Oceanógrafo	Incomodo contra o os direitos negados.	2003, Negação de direitos e ter sido vítima de discriminação.
7	Ensino Médio	Cabeleireira	Experiência de preconceitos e discriminação.	2001, necessidade de organização e participação no enfrentamento à homofobia.
8	Ensino Médio	Funcionário Público	Garantia de direitos	2006, luta pelos direitos e fortalecimento do movimento LGBT.
9	Ensino Médio	Auxiliar Administrativo	Luta pela garantia de direitos.	2001, Fortalecimento dos movimentos LGBT's e conhecimento dos direitos.
10	Ensino Médio	Cabeleireiro/Maquia dor	Movimento LGBT como o incentivador de novas militâncias.	2003, lutas sociais e enfrentamento à homofobia na sociedade.
11	Ensino Superior	Pedagogo	Aprendizagem e conhecimento	2001, construção de políticas públicas LGBT's e enfrentamento à homofobia.
12	Ensino Superior Incompleto	Estudante	Acolhimento	2003, Oportunidade, acolhimento e enfrentamento à discriminação.
13	Ensino Superior completo		Compromisso pessoal	2003, luta pelo direito a livre liberdade da orientação sexual, respeito e garantia de direitos.

QUADRO 5: Perfil dos militantes entrevistados – Parte II

Fonte: ROZARIO, Elton Santa Brígida. Pesquisa de campo.

O quadro 7 demonstra as variáveis qualitativas acerca da amostra da pesquisa: escolaridade; profissão, relação do militante com o movimento e ano que se inseriu e o que levou a militância.

Dentre os 13 sujeitos da pesquisa que foram entrevistados e escolaridade, destaca-se que 7 sujeitos tem formação em educação superior completo ou estão cursando. Os demais, isto é, 6 sujeitos tem a formação educacional com ensino médio completo.

Acerca da variável que perguntou qual a relação do militante com o movimento, destaca-se um leque de subjetividade no qual destas experiências pessoais e de violações de direitos, formação política, amor ao movimento, indignação, participação social, lutas sociais, acolhimento, conhecimento e aprendizagem.

No destaque acerca ao ano de inserção ao movimento LGBT e motivos que levaram à militância, a década de 2000 foi primordial para a militância, pois, a partir deste ano o movimento inicia o amadurecimento de uma identidade de luta, de avanços e renovação da militância. No destaque da subjetividade de quais motivos levaram os militantes à atuação no movimento LGBT, destacaram-se a necessidade de participação social e enfrentamento à violação dos sujeitos LGBT's assim como a negação e extremas violações aos cidadãos LGBT's, na proposição e construção de políticas públicas de enfrentamento à homofobia.

A pesquisa de campo possibilitou o conhecimento e experiência com a vivência do movimento LGBT, realidades diversas e subjetivas que os sujeitos sociais constroem através de desafios cotidianos da arena de lutas sociais. A experiência foi extremamente profícua, de tal forma que a interação com a militância e a aproximação à história de vida da militância e história política, enriquece para além da investigação acadêmica, ultrapassando a objetividade formal.

Como vimos no capítulo anterior, o processo sócio-histórico dos movimentos sociais LGBT's do município de Belém tem três momentos importantes: a) a construção de uma identidade do movimento nacional; b) o significado histórico da "Festa da Chiquita", e c) O Congresso da Cidade. O primeiro e o segundo, anteriores ao marco da democracia brasileira; e o terceiro, construído após o período da Constituição Federal de 1988, resignificaram a identidade política dos movimentos LGBT's no século XX, impondo nova configuração ao processo organizativo da sociedade civil, abrindo espaços de participação popular, organização social e lutas sociais na construção de políticas públicas.

Segundo Simões e Facchini (2009), o revigorado movimento LGBT apresenta traços distintos em relação aos períodos anteriores. Alguns desses traços, identificados por Regina Facchini na virada do século, continuam válidos para pensar suas características atuais:

presença marcante da mídia; ampla participação em movimentos de direitos humanos e de respostas à epidemia da AIDS e ações junto a parlamentares com proposição de leis em nível municipal, estadual e federal. Esses fatores caracterizam as lutas LGBT's atuais.

A centralidade acerca da temática dos movimentos LGBT's na sociedade contemporânea nos desafia a compreender as diversas formas de expressão de uma identidade heterogênea:

Pensar em movimentos sociais hoje traz à tona um emaranhado de palavras que foram aderindo à categoria ao longo do tempo – racionalidade, autonomia, espontaneidade, transformação social, identidade, carências coletivas, solidariedade, comunidade, aprofundamento da democracia -, bem como uma série de classificações e caracterizações que tentam dar conta da variedade empírica e das mudanças conjunturais das ações coletivas: movimentos populares, movimentos sociais urbanos, novos movimentos sociais contemporâneos, antigos movimentos sociais, movimentos baseados na luta de classes, movimentos alternativos, movimentos libertários... (FACCHINI, 2005, p. 47-48).

Pensar na identidade do movimento LGBT requer uma reflexão sociohistórica acerca da sua origem e percurso político no qual se construiu pela história social, assim como as divergências ideológicas e identitária, diversidade ideopolítica que está intimamente ligada às ações estratégicas e bandeiras de lutas na atualidade e heterogeneidade dos movimentos:

“O movimento social LGBT, ele surgiu a partir de uma necessidade social de não só de se questionar, mas também na verdade de problematizar mesmo a questão da demanda LGBT como um todo né, assim com relação a falta de políticas públicas né especificamente voltada para essa população, é o que assim diretamente reverberava em questões e situações de discriminação, preconceito, enfim, uma segregação social muito grande, então a partir dessa falta desse diálogo, dessa tensão, principalmente em relação à esfera pública, a questão estatal, então, o movimento social, ele surgiu nesse momento né, nesse meio em que a questão de que a gente vive no momento de redemocratização não é né, então é necessário em que as pautas voltadas para a questão dos direitos humanos, em especificamente dos direitos LGBT's fossem colocadas em pauta, então a sociedade civil organizada pegou essa luta né e enfim, diversos estados e aqui não foi diferente começaram a criar grupos né enfim que pudessem começar a mostrar civilmente que essa população existe...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

As lutas LGBT's através da construção das demandas de políticas públicas, está intimamente imbricado com o processo de redemocratização brasileira de 1988, e nesse dado momento histórico os movimentos tiveram com o fortalecimento das Conferências e Conselhos como forma de se construir uma pauta em comum para os movimentos, tendo como essas estratégias uma ferramenta de mecanismo de diálogo com Estado nas esferas, municipal, estadual e federal.

Para Simões; Facchini (2009), os anos 1990 foram sinal de novos tempos para o ativismo pelos direitos dos LGBT's, pois voltou a florescer quando os encontros nacionais passaram a ocorrer com periodicidade mais frequente e com a formação das redes de grupos e associações. O avanço através da visibilidade dos movimentos LGBT's, fomentava um cenário propício ao enfrentamento das violações de identidade de gênero e suas fobias.

“... uma grande mobilização em prol da sua cidadania, da necessidade da garantia dos seus direitos, tendo essa parte cultural identitária que é muito importante, mas essa questão mesmo da necessidade de ter direitos, de garantir direitos, eu acho que ela é muito maior a partir do momento que esses direitos, eles nos são negados né, quando você percebe que você tem seus direitos cerceados obviamente você começa a tentar lutar de alguma forma para resolver esse problema e aqui em Belém o movimento surge em função disso, da necessidade de se organizar politicamente pra poder reivindicar os direitos, então no meu entendimento o movimento, surge em função disso” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

Os movimentos sociais com seus fluxos e refluxos são um campo de força sociopolítica, suas ações impulsionam mudanças sociais diversas (GOHN, 2013). As lutas se constroem e demarcam identidades, objetividades e subjetividades numa conjuntura de arena de lutas sociais e interesses.

“... Um pouco recente sim ele é de 2008, então é, existia uma grande inquietação com relação a ausência de políticas públicas, a crescente violência contra a população LGBT, esses foram alguns fatores e é aí que acontece nessa época aqui já existia alguns grupos e começaram a surgir novos grupos, mas o movimento em si como tu perguntar ele de forma organizada ele vai surgir justamente casando essas inquietações que eu te falei com a necessidade de se organizar em nível de estado, o movimento como um todo pra que a luta se torna unificada aliando-se a isso vai surgir no cenário nacional as oportunidades que vão demandar mais ainda essa necessidade de uma organização maior a nível de estado que é o surgimento de projetos, de instituições internacionais, da própria ONU, a nível nacional muito em São Paulo, no começo as instituições vão começar abrir editais é pra projetos que vão trabalhar com a população LGBT, então eu posso te dizer que o surgimento do movimento social ele tem que casar com tudo isso a meu ver né, a meu ver, com essa inquietação com o governo da época, com o surgimento de novos grupos...”(ENTREVISTA, Movimento LGBT,, 2015).

Cabe ressaltar uma fala em comum com todos os sujeitos da pesquisa, isto, os 12 sujeitos sociais da base social dos movimentos LGBT's, que ao serem indagados sobre o surgimento dos movimentos LGBT's em Belém, houve uma unanimidade acerca de um movimento recente e que criou identidade a partir dos anos 2000 em Belém e resultou numa ampliação dos movimentos LGBT's, organizações e grupos sociais no enfrentamento à LGBTfobia . E neste sentido em suma, a memória desses movimentos demonstra o quanto

estão atreladas às identidades sociais que antecederam o processo de redemocratização atual da sociedade brasileira.

“... então desde a década de 1990, do início da década de 1990 ele já existia, o movimento organizado ele surge justamente dessa inquietação então nesse... um pouco recente sim ele é de 2008, então é, existia uma grande inquietação com relação à ausência de políticas públicas, a crescente violência contra a população LGBT, esses foram alguns fatores e é aí o que acontece nessa época aqui já existia alguns grupos e começaram a surgir novos grupos...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

Olha! Assim, a gente costuma, costuma dizer que, é, o movimento em si mesmo ele surgiu... 2006, no ano de 2006, o movimento. Porque já existiam algumas entidades que surgiram, é, 2000, 98, por aí assim, 1998, por aí assim. Que foi o MHB, né? Que foi o primeiro grupo de luta mesmo foi o MHB – Movimento Homossexual de Belém” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015)

...do Movimento LGBT especificamente é, eu não sei, porque teve a Conferência estadual que foi em 2007, é a Conferência Nacional do movimento LGBT em 2007, então antes disso o movimentos e os pequenos grupos já se organizavam tipo o GHP, é o MHB Movimento Homossexual de Belém que foi um grupo bem anterior mesmo, então esses grupos já existiam. Agora o movimento LGBT que a gente considera é a união dos vários grupos né que lutam pelas questões LGBT’s, eu diria enquanto uma associação desses grupos eles vão ser um pouco posterior então eu não sei a data exata (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“... foi gerado o MHB, né? que é o Movimento Homossexual de Belém e aí, é, eu cheguei a frequentar umas reuniões do MHB, né? sendo que por questão de incompatibilidade de ideias mesmo, com a pessoa que tava na frente na época do MHB, surgiu a ideia dos grupos, né? Então, é, a gente começou a depois disso vieram surgindo novos grupos como o GHP, como a COR, como APOLO, desse momento, a partir desse momento começou a entender que faltava um pouco mais pra poder, é, ratificar de vez a força do movimento LGBT no Pará e tirar mais aquela imagem de que era só festa, de que homossexual era só piada, de que homossexual é a coisa mais caricata e levar pro lado um pouco mais político...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

O Movimento Homossexual de Belém – MBH, citado por todos sujeitos da pesquisa, é tido como a primeira referência histórica do movimento LGBT em Belém, todavia, sua origem e fundação não definida para maioria da militância atual que remete sua gênese aproximadamente no final da década de 1980 e início de 1990. Estariam os movimentos atuais dispersos da sua identidade histórica originária do movimento atual?. A ausência de sistematização e divulgação da história do MHB teria prejudicado a memória do movimento LGBT consolidado a partir dos anos 2000? A ausência de uma trajetória histórica-cronológica do movimento LGBT de Belém, deixaria lacunas para a análise sócio-política desses movimentos?.

O memorável trabalho de Fry; MacRae (1985) foi de suma importância para a centralidade da história social dos movimentos LGBT’s, a problematização da

homossexualidade enquanto construção social e antropológica trouxe consigo reflexões a partir da sociabilidade homo-eróticas no século XX, assim como a homossexualidade no cerne das práticas afro-religiosas como o Candomblé, Umbanda e demais expressões das regiões de matriz África que em Belém tem seu florescimento a partir da década de 1980.

No que concerne ao salto histórico que o movimento LGBT construiu nas três últimas décadas, percebe-se que as mudanças vão para além de um dado histórico e de uma trajetória meramente cronológica. Atualmente o movimento consolidou uma identidade – não homogênea obvio, que resignificou a composição e as redes com outros movimentos sejam os clássicos ou os novos movimentos. Isto é, uma composição plural no qual a diversidade fundamenta-se no próprio conjunto de expressões do gênero e sexualidade humana, pelas identidades da subjetividade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

“... O movimento ele é composto por diversos grupos é do estado do Pará né, então Belém, Região Metropolitana e outros municípios que a partir das reuniões das assembleias se incorporam ao movimento né, então, se incorporando ao movimento esses grupos passam a atuar com essas questões de unidade, não só relacionando com as questões das paradas, que as paradas LGBT’s elas são o símbolo, eu diria máximo de visibilidade da categoria que é mais visível né do movimento, mas obviamente que não é só isso então, ela é um momento assim eu diria de, entre aspas de celebração de protestos enfim, mas que todos esses grupos é geralmente pode haver mais de um grupo no município né...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“Nós estamos de portas abertas. Nós acreditamos que quanto mais pessoas, fortalecem, né? Esse fortalecimento dessa luta. Hoje nós estamos em número de quinze meninas, né? E diretamente, né? Diretamente. Nós temos contatos com muito mais meninas que são voluntárias, né? Quando tem algum encontro, alguma reunião”(ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“Então. Na sua coordenação hoje, é, o movimento ele tem uma representação política, é, que ele, ele é formado por um gay, por uma lésbica, por uma travesti, por uma transexual, né? Ele tem que ter, e um bissexual, aliás! Ele tem que ter essas, essa configuração porque pra cada identidade dentro desse universo, é, são diálogos diferentes, né? Embora a, a discriminação ela, a princípio ela pareça ser a mesma, mas ela não é, né? Eu enquanto LGBT, enquanto gay eu não sofro a mesma violência que uma mulher travesti ou que uma mulher lésbica negra sofre, por exemplo, né? São, são coisas diferentes. As discriminações elas caminham de modo diferente e aí dentro dessa configuração tem esse formato, né? E essa representação política ela conversa com as ONGs afiliadas com o movimento, considerando a realidade local” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“O movimento atualmente ele é composto, é os integrantes né, pessoas físicas não fazem parte do movimento diretamente fazem parte indiretamente, o movimento hoje é composto de fato por 33 instituições afiliadas em todo estado do Pará e com 6 instituições a se filiarem ainda este ano né, novas instituições que irão se filiar este ano, mas de fato são 33 instituições é que são afiliadas, então como eu te falei o movimento é uma associação que associa outras ONG’s, não pessoas físicas, então diretamente são instituições e indiretamente são os militantes, essa é a composição do movimento” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

A pesquisa de campo e a oportunidade de estar com os militantes do movimento LGBT de Belém oportunizou conhecer as realidades no qual os movimentos se intitulam e se definem com uma única identidade, isto é, como o movimento LGBT do estado do Pará, composto por 24 grupos da cidade de Belém e demais municípios que são afiliados ao Movimento do estado e este que engloba o conjunto é afiliado à ABGLT.

A institucionalização e estruturação que compõe o Movimento LGBT no estado do Pará e dividido em 5 Coordenações: Coordenação de Políticas para Lésbicas do Movimento LGBT do Pará, Coordenação Políticas para Gays do Movimento LGBT do Pará, Coordenação de Política para Bissexuais, Coordenação de Políticas para Travestis do Movimento LGBT do Pará e Coordenação de Política para Transexuais do Movimento LGBT do Pará. Ambas as Coordenações escolhidas por deliberações em plenárias, realizadas de 2 em 2 anos nas Conferencias estaduais.

A 3ª Conferencia Estadual LGBT do estado do Pará foi realizada em 04 a 6 e março de 2016 em Belém, no decorrer da mesma, foi realizada as afiliações e desfiliações dos grupos LGBT's, definidas propostas de políticas públicas e a escolha dos atuais coordenadores (as), atualmente composto pelos 24 grupos que formam a associação dos Movimentos LGBT's do Pará.

A Associação do Movimento LGBT do Pará, fundada em 22 de abril de 2008, foi criada a partir da unificação dos grupos de enfrentamento à homofobia no Pará, no qual organizou-se os estatutos, definindo a organização, estrutura e finalidade do então Movimento LGBT do Pará.

Atualmente o Grupo é composto por movimentos de 17 municípios, dentre eles Belém e demais regiões paraenses. Com regimento e estrutura específica, a associação foi construída da necessidade de reunir os movimentos LGBT's paraense, com principal objetivo de criar estratégias de enfrentamento à violação de gênero e identidade de gênero da população LGBT, assim como metas e organização para o avanço das políticas LGBT's em Belém e demais municípios do estado do Pará.

“Artigo 1º - A Associação Paraense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, doravante designada Movimento LGBT do Pará. § 1º - O Movimento LGBT do Pará manterá sua independência em relação ao Estado e ao poder econômico. § 2º As atividades do Movimento LGBT do Pará serão cumpridas através de cursos, seminários, estudos, pesquisas, intercâmbios, cooperações com delegações nacionais e internacionais. Além de outras atividades afins, podendo celebrar convênios com qualquer organismo nacional ou internacional,

governamental ou não governamental. Artigo 2º - Constitui finalidade fundamental do Movimento LGBT do Pará, reunir e organizar o maior número de pessoas, independente de sexo, orientação sexual, cor, credo, condição social, idade e profissão, interessadas a defender a liberdade de expressão e liberdade de orientação sexual do “LGBT’s”. § 1º - Ser instrumento de expressão de luta pela conquista dos Direitos Humanos e Civis plenos das pessoas LGBT’s e contra quaisquer formas de discriminação, seja, jurídicas, sociais, políticas, religiosas, culturais e econômicas”(ESTATUTO SOCIAL DO MOVIMENTO LGBT DO PARÁ, 2008, p. 01).

Mesmo não sendo o cerne desta pesquisa a investigação em nível de estado do Pará, destacamos a Associação Paraense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que se auto intitulam como o Movimento LGBT do Estado do Pará. Neste sentido devemos situar esse debate, uma vez que os movimentos LGBT’s de Belém também fazem parte do movimento estadual, entretanto, não cabe aqui tal aprofundamento, apenas reflexões acerca da definição enquanto uma única unidade sem deter-se às diversidades identitárias.

Todavia não podemos ver os movimentos como se fossem “passivos e homogêneos”, os movimentos são dinâmicos e heterogêneos, sua subjetividade e objetividade política perpassam por um conjunto de transformações históricas, incidindo sobre a construção de identidades e questões em comum que os unificam, entretanto, com a segmentação dos movimentos resultam a fragilidade das históricas bandeiras de luta no enfrentamento da LGBTfobia.

Para Gohn (2013), os movimentos sempre existiram e sempre existirão, isto porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais na atualidade.

“Sim existe o estatuto do Movimento LGBT. É não, não tenho, assim de cabeça, não tenho, na verdade a gente chama de regimento do Movimento LGBT do Pará que inclusive nas reuniões de assembleia ele é lido né e conforme for ele passa por modificações quando se fazem necessárias, mas eu não tenho de cabeça os princípios né, mas o princípio básico assim que regi todo estatuto, o regimento no caso, ele se baseia justamente no princípio da igualdade né, enfim, que mesmo a partir das especificidades de cada segmento, mas que aquele movimento ele tem um caráter deliberativo que envolve todas as categorias, então ele tem essa questão da unidade né, enfim, entendendo as particularidades, por exemplo, o segmento de gays tem uma demanda que é uma demanda diferente de segmento por exemplo de travestis e transexuais, então, mas que a partir desse diálogo entre essas categorias né...”(ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“Possui estatutos. Na questão de, de Estatuto e outra, por exemplo, a questão de, de, de os encontros, né? Que são realizados, obrigatoriamente a gente faz o Encontro a cada dos anos, é, fazer, é, a cada dois anos também a questão do, do, da coordenação desse movimento ela é feita o estatuto também, a cada dois anos é eleita uma nova coordenação seguindo os padrões da, da BGLT que é a Associação Brasileira do qual a gente tem que eleger sempre segmentos, cada um com seu segmento, gay,

lésbica, travesti, transexuais, cada um tem seu segmento pra atuar como coordenador desse movimento, isso tudo faz parte do, do Estatuto, entendeu?” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“Nós temos, mas assim, o estatuto ele não tá ainda legalizado. É, nós, é, algumas pautas do estatuto é nós lutarmos umas pelas outras, né? Trabalharmos com prevenção, né? Orientação. É, o apoio mesmo, né? Quando elas são agredidas, elas são maltratadas, elas sofrem algum tipo de preconceito, discriminação, né? Então elas veem até nós, né? E nós damos esse suporte, né? Porque devido nós termos nesse movimento social, é, nos abre um grande leque com a Polícia Civil, é, o Governo do Estado, Secretaria de Justiça de Direitos Humanos. Então, é, devido a grande pressão, né? Já foi criado a Delegacia de Crimes Homofóbicos” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“... Em favor da comunidade LGBT como um todo, né? Mas, ali o estatuto do movimento LGBT até onde eu consegui ter acesso ele fala mais voltado pra, pra ONGS que criaram grupo dentro da, do município e queiram se integrar a esse colegiado, é, em troca o movimento LGBT grandão como você falou, ele ajuda, politicamente falando, criar de novo, novos grupos, politizar os, os, as pessoas do grupo local, entendeu?” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

Há desta forma uma necessidade de trazer a tona uma parte da história do universo homossexual e a construção do movimento homossexual ao LGBT na sociedade contemporânea, por meio de suas lutas, neste sentido, esta pesquisa é fundamental a diversidade dos movimentos sociais LGBTs que lutam por seus direitos ao longo dos anos (FRANCO; GONTIJO, 2015).

“É eu entrei no movimento LGBT em 2007, então o meu primeiro contato foi justamente na primeira Conferência, mas eu já fazia parte do grupo LGBT aqui de Belém, na verdade da UFPA que foi o primeiro grupo que se organizou que foi o grupo Orquídeas que era formado exclusivo, assim majoritariamente por alunos LGBT's, porque também tinha alunos não LGBT's no Grupo né, pouquíssimos, mas tinha, então, é o meu primeiro contato com essa temática com essa questão principalmente política foi em 2007, a partir do Orquídeas foi que eu tive contato com o movimento LGBT na época, eu tive contato especificamente com GHP, foi que eu te conheci, foi nesse período, ai é...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

A partir do momento em que assumimos nossa orientação sexual enquanto homossexual, nos encontramos em uma situação da qual somos constantemente vigiados, monitorados, aonde todos sempre opinam em sua vida na parte mais íntima e pessoal, nossa vida afetiva e sexual. Portanto aonde eu me encontro hoje, em qualquer lugar minha relação com o movimento LGBT se estabelece através do compromisso pessoal que tenho, pois nossa luta por viver nossa livre orientação sexual é constante, principalmente por respeito e garantia de direitos muitas vezes negados por simplesmente assumirmos aquilo que somos, sobretudo somos pessoas, com sentimentos, portanto temos direitos estabelecidos para todas as cidadãs e cidadãos de nosso país. (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“A minha relação atual hoje, é, é acreditar que o movimento LGBT ele é hoje o grande, o grande incentivador das, das novas, novas militâncias que vão chegando aí. Quando eu comecei eu não tinha essa intenção de ser militante do movimento, a minha intenção, é, como eu falei, eu comecei próximo pela data das paradas gays, eu comecei como qualquer outra pessoa...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“A minha relação com o movimento LGBT é como é que eu posso dizer pra você, é amor mesmo, eu me apaixonei pelo movimento LGBT, eu... o que me levou a entrar no movimento LGBT a militância pelos direitos, eu tive uma companheira e a gente se agredia muito, muito era um relacionamento de muita violência, e chegou ao ponto da mamãe falar assim oh vai embora de casa porque eu não quero mais que tu fique com a minha filha, e aí eu sofri muito por conta disso e eu não quero mais isso pra mim e aí eu cheguei com a Gada e disse in Box e disse Gada eu gostaria de lutar pelos direitos LGBT's porque assim como eu passei por violência, eu pensava que assim como eu fui agredida dentro da minha casa tinha muitas meninas que eram agredidas também por homens por conta eu ainda não entendia muito isso” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 04, 2015).

A centralidade no cerne da questão da identidade do Movimento LGBT, assim como sua subjetividade e memórias históricas está presente em estudos que a partir da década de 1980 buscou-se o amadurecimento neste debate recente MacRae (1985); Fry e MacRae (1985); Facchini (2005); Simões e Facchini (2009) e Franco e Gontijo (2015). A trajetória histórica desvela como se sucedeu a relação sujeito-movimento, movimento-sujeito, a partir das violações de direitos e contrapartida a organização desses movimentos com uma púnica causa em comum, a LGBTfobia.

“Então, eu passei a atuar mais na questão organizativa, eu posso disser ao termo a participação intelectual né, porque nos movimentos sociais... porque geralmente o movimento social independente de que movimento seja né, ele é caracterizado muito por questões de luta de classe mesmo, o militante independente do movimento que ele faz parte, o militante é aquele que corre atrás, é aquele que vai bater boca mesmo nas prefeituras, em sindicatos, enfim, então ele acaba atendendo a questões mesmo de caráter visceral e se organiza com outras pessoas e com outros militantes daí faz essa demanda, eu por vir de uma formação acadêmica então eu acabei contribuindo mais de uma maneira é eu diria como eu falei antes intelectualizada, então eu participava muito e ainda participo porque com meu retorno eu comecei resgatar isso que era as questões das formações, do debate, porque assim me incomodava muito e ainda me incomoda que se apresente dentro do movimento...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“Então no primeiro momento eu queria só ser um ativista, eu não queria galgar espaço nenhum, só que assim eu fui empurrado pra isso que eu comecei a me destacar né, dentro de um cenário primeiro em Belém, depois dentro do cenário estadual, aí depois dentro do cenário brasileiro, eu participei de muitas atividades em nível de Brasil, eu fui um dos consultores do Programa Brasil sem Homofobia no primeiro momento, eu fui consultor de um projeto chamado Interagir que é um projeto que fortalece uma rede de ações de *advocacy* pro Brasil inteiro pra fortalecer e estimular projetos no campo do legislativo que consolidem a cidadania LGBT em Estados e municípios e na união, e na área da saúde também eu me destaquei muito por conta das minhas iniciativas em relação ao enfrentamento de epidemia de AIDS o que me faz inclusive hoje estar na cadeira que estou como Coordenador do Programa municipal de DST's AIDS e Hepatites virais de Belém...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“... É um representante, uma referência, né? A gente já passa a ser uma referência como hoje em dia eu sou uma referência nacional, né? Então a gente passa a ser, indiretamente, uma pessoa pública, né? Tanto que a gente já, já tem que ter o cuidado do quê que a gente escreve, do quê que a gente fala, do quê que a gente

posta em *facebook*, do quê que a gente posta em alguns grupos...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

“Olha! Eu, eu sou do tipo que gosta de ir pra luta, de linha de frente, de brigar, de discutir, de participar das reuniões, brigar que eu digo no bom sentido, né? Quando a gente acha que porque hoje em dia se você tiver um pouquinho mais de, de maldade no que tange ao relacionamento, ao movimento social e governo eles são por cima de tudo que você já construiu, haja vista que a gente tá tendo aí um retrocesso grande na questão do conservadorismo tá começando a se alastrar dentro do Brasil, né? E a gente, eu sou aquele tipo de ativista que gosta de ir pra linha de frente, pro embate, eu não gosto de me omitir nem pra governo e muito menos pra movimento social, eu gosto de levar a bandeira realmente um pouco mais alto na discussão” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

No que concerne o gênero e identidade de gênero de maneira intrínseca ao movimento LGBT de Belém, está seria uma categoria superada pela militância? a diversidade inter e intra movimento, com as identidades subjetivas da sopa de letrinhas (FACCHINI, 2005), seria uma variável que necessita de um aprofundamento no que tange desconstrução da ideologia do gênero fundamentado no patriarcado e heterossexualidade compulsória? Analisar melhor essa questão de gênero como identidade do movimento LGBT:

“... O movimento LGBT na verdade sempre teve essa dificuldade com a questão das identidades né, como eu citei falta ainda muita instrumentalização embora muitos militantes tenham esse debate, a gente vai para linha de frente na questão da luta pelos direitos iguais, mas é complicado por quando tu fala em identidade de gênero, por exemplo que é uma reivindicação muito comum ao segmento de travestis e transexuais ainda há um desconhecimento, ainda há uma lacuna muito grande no que se fala né, porque assim em nível nacional o movimento LGBT ele é muito criticado por ser um movimento GGGGGG, se fala muito em homofobia, se fala muito em união civil estável, né, enfim, em adoção, que na verdade são demandas de homens e mulheres homossexuais, quando a gente entra no campo das identidades de gênero, a gente, o movimento LGBT discute ou preconiza se discutir o que?, nome social, utilização do banheiro por exemplo que é uma coisa tão simples, mas para pessoas trans isso daí se torna uma coisa assim completamente gritante em termos de conseguir esse acesso, é, enfim, projetos de leis que visem atender as demandas das pessoas trans né, sem necessariamente pra trocar o nome elas tem que ser patologizadas, precisar de um laudo médico dizendo que são doidas, né, enfim, a questão do processo transexualizador né...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

A autocrítica do próprio movimento LGBT acerca do debate das identidades de gênero descreve uma realidade contraditória e de desconhecimento acerca das categorias fundantes das identidades do movimento. A recente visibilidade dos movimentos de Transexuais masculinos e femininos demonstram a eminência crítica ao movimento LGBT que na sua história desde final da década de 1970 esteve sob comando de gays e uma tímida participação de lésbicas. O século XXI inicia com imensidão heterogênea, no qual a diversidade identitária LGBT é problematizada e questionada pelos próprios movimentos.

“... com certeza é a divergência entre os segmentos, muita divergência entre os segmentos, eu particularmente já fiz *prints* na rede social por conta disso, já levei ao Comitê por se tornar não que seja homofobia, é uma homofobia interna, eu posso dizer que é uma homofobia interna, porque quando você vai pra rede social que você é do segmento e você desclassifica o seu próprio segmento chamando o outro companheiro de veado, de bichinha, de gayzinho, se trata sim de uma homofobia interna, então o que eu vejo assim não, eu faço print apresento pro Comitê, apresento para os coordenadores, há essa divergência dentro da organização dentro da comissão organizadora, também há uma divergência muito grande é uma coisa no movimento LGBT horrível...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, 2015).

A diversidade ideológica no cerne do próprio Movimento LGBT ao mesmo tempo é salutar à construção de um diálogo crítico e reflexivo, entretanto, pode ao mesmo tempo tornar-se reprodução da própria ideologia sexista, heteronormativa e heterossexista, isto é, ideologia historicamente combatida que, no entanto, se personifica e permanece nas várias formas de sociabilidade humana.

“Dificulta e muito porque assim quando a gente fala em comunidade LGBT, a gente fala na realidade de uma comunidade muito ampla né, porque além de ser lésbica, de ter gays, de ter bissexual, travesti e transexuais, cada segmento desse, dentro do seu universo particular ele é plural, existe uma pluralidade muito grande dentro do campo das lésbicas, dos gays, dos bissexuais, das travestis e das transexuais da população transexual, então isso nos coloca dentro de uma condição, de uma leitura que a gente deve fazer muito ampla por isso eu digo que a antropologia ela deve ser muito parceira de quem que ser ativista LGBT porque a antropologia através do entendimento da alteridade, que é o reconhecimento do outro dentro do seu universo particular ele é fundamental porque não existe só um tipo de gay, não existe só um tipo de lésbica, nem de travesti, transexual e bissexual, existe esse universo, e dentro desse universo há preconceito, há estigma, dentro da gente mesmo, dentro do próprio segmento da lésbica que é masculina pra lésbica que é machuda, como o gay mais afeminado para o gay mais é digamos assim é menos afeminado, das travestis da que tem peito pra quem não tem peito, da masculina para a mais feminina entendeu, da mais bonita para a menos bonita, entre aspas porque beleza é um conceito muito relativo...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 02, 2015).

“Olha! Hoje ainda é um pouco difícil as questões de gênero, por quê? O movimento, o movimento ele é formado pela, pela, pelas letras, movimento L-G-B-T, né? Tiraram o outro T não sei por que...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 11, 2015).

“...é o que eu te disse, o movimento, a própria militância conhece muito pouco, né? Do que é ser travesti, do que é ser transgênero, do que é ser transexual e é uma confusão muito grande com relação a isso, né?...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 08, 2015).

“Porque cada letra quer puxar a brasa pra sua, pro seu segmento, né? Então, os gays eles, eles se acham, é, sempre os primórdios, né? A construir movimentos e tal, tudo mais, a luta. Eles se dão o direito de dizer “Ah! Tudo começou com nós, então eles não vão pedir benefícios pra travestis, pras lésbicas, eles vão pedir benefícios pra gays, lésbica vai pedir benefícios pra lésbica, né? Tanto que agora as transexuais “se acordaram”, entre aspas, se acordaram e tão na luta...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 10, 2015).

As contradições e incertezas da indefinição das identidades dos movimentos LGBT's, da construção do movimento homossexual ao movimento LGBT (FACCHINI, 2005), (SIMÕES; FACCHINI, 2009), estiveram sob a gênese de um movimento liderado por homossexuais, que na conjuntura atual a realidade centralizada foi construída pelas diversas identidades LGBT's, cujo objetivo é o fortalecimento no enfrentamento às fobias e não fortalecimento da segregação e latente hierarquização do sexo-gênero.

Os debates feministas contemporâneos sobre os significados do conceito gênero levam repetidamente a certa sensação de problema, como se sua indeterminação pudesse culminar finalmente num fracasso do feminismo (BUTLER, 2015, p. 07). E neste sentido, de profundas transformações históricas e políticas no mundo, o gênero se espalhou nos debates críticos e reflexivos tanto na academia quanto nos movimentos sociais, seu espraiamento se deu ao ultrapassado binário biológico feminino-masculino e as novas formas de se problematizar as expressões do sexo-gênero na sociedade.

Para Therborn (2006), o sexo e poder tem como pilar central o patriarcado, no qual se apresenta com duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem, o patriarcado refere-se como a dominação do masculino sob o feminino às relações familiares, de gênero e geração, e sua modelagem se constrói numa história de opressão do gênero. A disseminação do sexismo, isto é, da dominação de um sexo biológico sobre o outro, no qual estamos falando sobre o poder masculino sob o feminino, se perpetua pelas arestas do que seria algo comum e natural essa perpetuação secular.

Com relação às relações entre marido e mulher, os principais aspectos são: a presença ou ausência de assimetria sexual institucionalizada, tal como na poligamia e nas regras diferenciadas para o adultério; a hierarquia de poder marital, expressa pelas normas de chefia marital e de representação familiar; e heteronímia, ou seja, o dever da obediência da mulher e do controle do marido sobre sua mobilidade, suas decisões e seu trabalho (THERBORN, 2006, p.30).

Para Lauretis (1987), necessitamos de um conceito de gênero que não esteja tão preso à diferença sexual ao ponto a ponto de virtualmente se confundir com ela, para tanto, pode-se começar a pensar o gênero a partir da visão teórica foucaultiana que vê a sexualidade como uma 'tecnologia sexual' com as expressões do gênero e a auto apresentação. A heteronorma do gênero impõe balizas e regras que condicionam o gênero ao binário masculino-feminino, cujas identidades e expressões que não seguem regras da heterossexismo são insensatamente inferiorizadas.

Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos, nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, o “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de ‘uma complexa tecnologia política’ (LAURETIS, 1987, p. 208).

Contudo, assim como a inferiorização do gênero feminino que está inscrito numa história sexista e da hierarquia do sexo-gênero, as expressões da identidade de gênero, dos sujeitos sociais, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros também estão circunscritas na ideologia do gênero-sexo heteronormativa. A reprodução social da imposição de um gênero sob o outro, tem elementos precursores numa história, cujo poder é eminentemente masculino e viril e sua hegemonia está nas instituições de poder como a família, Estado, instituições jurídicas, na escola e na medicina com patologia dos “desvios” da heterossexualidade humana.

Segundo Butler (2015), a noção binária do masculino-feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ e suas subjetividades que não deve equivocarse à singularidade do gênero.

O gênero e suas expressões vão para além da segmentação e única definição como ressalta Butler (2015, p. 21):

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Neste viés, a categoria gênero é um tema central para atual conjuntura da atuação dos movimentos LGBT’s, uma vez que tal centralidade concerne na matricialidade no qual as expressões desta categoria forma o conjunto das identidades dos sujeitos LGBT’s. Numa trajetória sócio-histórica, cuja diversidade das expressões do gênero, torna-se primordial para análise subjetiva desses movimentos.

Para Butler (2015), se o gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que decorra de um sexo desta ou daquela maneira, isto é, um

limite lógico da distinção sexo-gênero. A estabilidade do sexo binário, não deve decorrer da construção de ‘homens’ com corpos exclusivamente masculinos ou ‘mulheres’ que se interprete somente como corpos femininos.

Eu acho que nós, é, atualmente no país, no Estado tudo, nós somos as pessoas que mais discutimos relações de gênero, é, relações de gênero, relações de identidade, é, o movimento é quem puxa essa discussão, né? Por exemplo, agora a gente tá puxando essa discussão dentro das escolas do Estado, né? A gente essa outra semana a gente vai tá em quatro grandes escolas do Estado: Paes de Carvalho, IEP, Santa Maria de Belém e Augusto Meira. Justamente levando essa questão da discussão de gênero, da desconstrução de que mulher só usa rosa e homem só usa azul, né? De que, de toda essa desconstrução que, que, que gera o preconceito, né? Que gera, é, é, essa diferenciação dentro da nossa sociedade (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 05, 2015).

Dificulta um pouco, né? Tem preconceito com identidade de gêneros. Alguns não aceitam é, tem preconceito com travesti, aceitação com travesti ou com transexual. Enfim, infelizmente dentro do movimento ainda tem isso, preconceito. O travesti sempre é mais banalizado, é mais tratado com preconceito, ainda existe isso (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 12).

A questão de gênero sempre foi foco das discussões dos movimentos feministas, incansáveis na luta por direitos igualitários entre homens e mulheres. Atualmente todos os movimentos sociais estão pautando tal discussão, em função de um retrocesso existente em nosso legislativo, que quer imprimir uma sociedade cada vez mais machista e determinante nos seus papéis de masculino e feminino sem abrir precedentes para outras relações existentes que superam tais conceitos. Essa questão dentro dos movimentos sociais surgiu para que pudéssemos, sobretudo, ampliar nossos horizontes aonde o respeito das especificidades existentes na luta por conquista de direitos seja afirmada de forma mais contundente, possibilitando uma maior integração destes movimentos e sua total reorganização à partir de uma discussão até então tratada como de segunda ordem. (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 07, 2015).

Segundo Butler (2015), gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, com múltiplas convergências e divergências.

E, desta forma a supremacia da heterossexualidade compulsória torna-se a única e válida expressão do sexo-gênero, isto é, numa convergência no qual sexo e poder cortinam os ditames da hierarquia sexual. E, nesta lógica normativa a identidade de gênero é subscrita em elementos ideológicos, pragmatista, psicologizante e biologizante, no qual as identidades LGBT’s são sobrepostas como inigualável.

Para Heliborn (2004), a discussão referente ao gênero é tributária da invasão que os estudos acadêmicos sofreram a partir dos anos de 1970 pela ‘problemática da mulher’, seu

surgimento tematizava e exprimia a incidência desse processo sobre o domínio da família, da sexualidade e da reprodução sexual.

Tal reflexão ressalta-se como suma relevância (HELIBORN, 2004, p. 19):

A categoria de gênero tem merecido um grande investimento nas discussões da chamada antropologia da mulher ou do ‘gênero’. O termo convencionado significa a *dimensão dos atributos culturais* alocados a cada um dos sexos em contrastes com a dimensão *anatomofisiológica* dos seres humanos. A expressão assinala o que vem sendo cunhado como perspectiva construtivista em oposição a uma postura essencialista, que poderia ser imputada, por exemplo, ao termo papéis sexuais. O conceito privilegia a dimensão de escolha cultural, pretendendo descartar alusões a um ativismo biológico para explicitar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas.

Segundo Chauí (1985), a repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade. A repressão que inferioriza todas as subjetividades humanas para além do binário masculino-feminino se reproduz na lógica da ideologia do gênero enquadrado e fundido num histórico de cultura do patriarcado.

E, nesta lógica de ideologia de gênero repressora, se constrói um conjunto de violações aos sujeitos LGBT’s, perpassando pela violência psicológica e simbólica, física e homicídios, somam 16.791 violações à população brasileira LGBT, só nos anos 2011 e 2012 conforme os Relatórios sobre a violência homofóbica no Brasil da Secretária Nacional de Direitos Humanos.

Como afirma Arendt (2004), ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas, e à primeira vista é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração. Tais violências objetivas, subjetivas e simbólicas tornam-se cada vez mais presente na sociedade.

Pensar em violência e suas latentes opressões são pensar como política como enfatiza (ARENDR, 2004, p. 27):

Trata-se, penso eu, de uma triste reflexão sobre o atual estado da ciência política o fato de que nossa terminologia não distinga entre palavras chave tais como “poder”, “força”, “autoridade”, e, finalmente, “violência” – todas as quais se referem a fenômenos distintos e diferentes entre si e dificilmente existiriam não fosse a existência destes. (Nas palavras de d’Entreves), poder, potência, autoridade: todas elas são palavras a cujas implicações exatas não se atribuem grande importância na linguagem corrente; mesmo os maiores pensadores as usam por vezes sem qualquer critério. Entretanto, é justo presumir que se referem a diferentes qualidades, e deveria o seu significado ser, portanto cuidadosamente avaliado e examinado (...).

Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico é um poder invisível o qual só podem ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo o que exercem na sociedade. As estruturas fundantes do poder simbólico estão fundamentadas na reprodução de um sistema, cujas normas exercem inúmeras violações que a subjetividade humana é distorcida pelo viés ideológico da normalidade travestida que toda violação tem raízes em elementos meramente culturais.

O poder simbólico é exercido por um sistema simbólico, em que:

Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’ (BOURDIEU, 1989, p. 9).

O campo da produção simbólico é um microcosmo da luta simbólica entre as classes (BOURDIEU), classes antagônicas cujas reproduções são definidas pela lógica do sistema que através de suas estruturas sociais definem a definição da cultura e relações sociais imbricadas pela hierarquização. As classes e a hierarquia social do sistema capitalista são como frações da reprodução capitalista no qual a dominação hegemônica das classes impõe os valores normativos.

Conhecer as realidades das classes sociais é essencial para compreendermos a dinâmica e reprodução do poder simbólico, como define Bourdieu (1989, p. 12):

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por meio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimos*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou ‘intelectuais’ e ‘artistas’, segundo a época) tendem sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.

Contudo, essas realidades nos permite identificar o fenômeno social da homofobia e o conjunto de violações da população LGBT, assim como está por detrás pelo viés histórico e político e por que cultural também? Todavia sabemos que a cultura e poder simbólico é exercido por uma hegemonia dominante que impõe, imprime e oprime valores que não condizem com sua ideologia conservadora, seja pela famílias tradicionais, Estado, escolas e poder jurídico.

4.3 A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT'S NO CONSELHO DE DIVERSIDADE SEXUAL – CEDS/SEJUDH

O marco histórico da participação social dos movimentos LGBT's no Brasil está no bojo da construção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos direitos LGBT's – CNCD/LGBT, criado em 2010 pela Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. Falar em participação do movimento LGBT, requer referenciar no cerne do debate, os Conselhos de participação da sociedade civil organizada no enfrentamento à LGBTfobia.

O CNCD/LGBT, órgão colegiado composto por trinta membros, sendo quinze representantes da Sociedade Civil e quinze do Governo Federal, tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Resultado da construção e atuação do movimento LGBT brasileiro, O CNCD é um espaço de controle social, assim como ferramenta de suma importância para a construção de políticas públicas LGBT's.

Art. 1º O Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, no âmbito de suas competências, integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tem por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração federal, formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

Art. 2º Ao CNCD compete: I – participar na elaboração de critérios e parâmetros de ação governamental que visem a assegurar as condições de igualdade à população LGBT; II - propor a revisão de ações, prioridades, prazos e metas do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNLGBT; III – propor estratégias de ação visando à avaliação e monitoramento das ações previstas no PNLGBT; IV - acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação à execução de programas e ações governamentais para a população LGBT e a aplicação de recursos públicos para eles autorizados; V - apresentar sugestões para elaboração do planejamento plurianual, estabelecimento de diretrizes orçamentárias e alocação de recursos no orçamento anual do Governo Federal, visando à implantação do PNLGBT; VI – apresentar sugestões e aperfeiçoamentos sobre projetos de lei que tenham implicações sobre os direitos e cidadania da população LGBT; VII - participar da organização das conferências nacionais para construção de políticas públicas para a população LGBT... (BRASIL, 2010, p. 1).

Na conjuntura do Conselho de participação social e política LGBT brasileira, o Estado do Pará avançou nessa construção com a criação do Conselho da Diversidade Sexual do Estado do Pará – CEDS, a partir de 2008 o CEDS foi implementado pelo Decreto nº 1.238,

de 2 de setembro de 2008, do governo do Estado do Pará. O Conselho é formado por 12 membros titulares com representantes do poder público e sociedade civil organizada, isto é, membros do movimento LGBT do Pará.

Art. 1º Fica instituído o Conselho Estadual da Diversidade Sexual, órgão consultivo vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, com as seguintes atribuições: I - assessorar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse das pessoas que se identifiquem como GLBT; II - propor à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH o desenvolvimento de atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política do segmento GLBT; III - analisar e avaliar propostas de parcerias, convênios, termos de cooperação e outros afins que forem endereçados à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH; IV - propor, avaliar e acompanhar a realização de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização na sua área de atuação, a serem ministrados no âmbito da Administração Estadual Direta e Indireta, bem como da Sociedade Civil; V - fomentar o estabelecimento de laços de cooperação entre a SEJUDH e as instituições acadêmicas, autárquicas, organizações profissionais, empresariais, culturais e outras relacionadas às suas atividades; VI - pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas; VII - colaborar na defesa dos direitos das pessoas com orientação GLBT, por todos os meios legais que se fizerem necessários; VIII - elaborar seu regimento interno (PARÁ, 2008, p. 1).

Na lógica do controle social e da construção das políticas públicas LGBT's na sociedade paraense, o CEDS foi um avanço histórico, todavia, a sua permanência e amadurecimento é um desafio para o movimento LGBT. A atuação do Conselho não deve ser meramente de visibilidade estática ou sob domínio de um governo de Estado, mas sim deve ser um espaço de autonomia da sociedade civil organizada através da organização dos movimentos sociais.

Para Gohn (2011), a análise da questão dos conselhos no Brasil, podemos diferenciar em três tipos de conselho no cenário brasileiro do século XX, no período considerado: a) os criados pelo próprio poder público executivo, para mediar as suas relações com os movimentos e com as organizações populares; b) os populares, construídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade civil em suas relações de negociações com poder público; e c) os institucionalizados, com possibilidade de participar da gestão dos negócios públicos do poder legislativo, surgido após pressões e demandas da sociedade civil organizada.

Os anos 1980 trouxeram de volta ao cenário político a temática dos conselhos com uma nova polêmica (GOHN, 2011). A redemocratização brasileira foi referencia histórica crucial para a nova roupagem no qual se construiu o diálogo entre Estado e movimentos sociais organizados, com novos desafios para a participação social e política brasileira.

Em entrevista realizada com atual presidente da CEDS, podemos identificar os desafios contemporâneos de um Conselho tão recente, que ainda se encontra num processo de construção e amadurecimento. A necessidade de diálogo entre os movimentos LGBT's é fundamental, para os avanços no diálogo com o Estado, uma vez há prevalência da divergência entre os movimentos, tal realidade dificulta a consolidação de avanços junto ao Estado.

É! O conselho é a voz de interlocução da sociedade civil com, com o governo. Numa formação política consolidada, aonde eu não quero dar espaços pras novas lideranças, eu escondo os documentos do conselho, entendeu? Então, essa é a realidade que você vai encontrar aqui na, no Sul, na América, em qualquer lugar que tu passar aí, é a mesma realidade. Então quando o Estado consegue vencer essa barreira ideológica é outra situação, entendeu? (Entrevista com presidente do conselho, agosto de 2015).

Em 2014, o governo federal institucionalizou a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema nacional de Participação Social – SNPS, através do Decreto nº 8.243 de 23 de maio de 2014. A política teve grandes elogios, assim como muitas críticas acerca da nova conjuntura institucional da participação social brasileira tendo como referencia a Constituição Federal de 1988.

E, nesta lógica o CEDS tem como maior desafio, agrupar o máximo de união entre a “sopa de letrinhas” que são compostos pelos movimentos LGBT's e os interesses específicos de cada grupo e identidades. O interesse em conjunto seria o maior desafio do elo movimento LGBT e CEDS?

O conselheiro ele tem, quando ele representa uma letra, por exemplo segmento de lésbicas, eu tenho que estar pautando as políticas voltadas para o segmento de lésbicas eu tenho que tá atuando com os segmentos de lésbicas, eu tenho que tá acompanhando essa gestão para a promoção das lésbicas, né? E o que a gente percebe aí, o que eu percebi foi um, uma, um apagamento, que existe uma palavra dentro do, desse discurso dos movimentos sociais, um apagamento de algumas letras, não pela letra, mas pelas pessoas tipo: tu te destaca muito, entendeu? Vamos apagar fulano de tal, apaga a letra L. Olha! Tu te destaca muito, Ixi! Apaga a letra T, dá visibilidade para outra pessoa que tá fora do conselho (ENTREVISTA, Presidente do CEDS, 2015).

Na prática da participação social LGBT e atuação no CEDS, a segmentação identitária das “letrinhas”, assim como interesse individual, tornam-se como elementos primordiais no que concernem às conquistas da população LGBT.

Porque só sai a política efetiva por lá, entendeu? Então se ainda o persistir os interesses individuais sob a supremacia do coletivo, se tu achar que a política tal

prevalece tal, tu não vai querer. Hoje, eu vivo essa situação porque nós temos o Ambulatório transexualizador que se tivesse aqui ainda não tinha saído como tá na mão da secretaria de saúde, já vai sair, entendeu? Mas aonde o papel fundamental onde era pra tá sendo discutido era no conselho que é o lugar legítimo, mas como a gente não consegue ter essa unicidade ele tá sendo feito um debate paralelo, entendeu o problema?... (ENTREVISTA, Presidente do CEDS, 2015).

Segundo Alencar e Ribeiro (2014), a participação social fortalece a democracia, na medida que aproxima a sociedade do Estado, a participação pode influir de forma positiva na gestão governamental, ao permitir aos decisores saberem do impacto das políticas públicas por meio da própria voz dos cidadãos.

A gestão pública quer que funcione. O problema não tá no órgão público, o problema não tá no secretário de segurança, de saúde ou de segurança. O problema tá no movimento social que precisa se reorganizar e oxigenar, né? Debater mais sobre a política do movimento, é o problema é esse. O governo ele tá esperando, ele já deu o espaço. Se a gente quiser a gente vai lá em Brasília, pede verba e manda equipar esse, esse, esse conselho. Eu não estou dizendo que eles são os culpados de tudo porque às vezes também tem o gestor que não ajuda. É duas mão aí: às vezes é o gestor, às vezes é o conselho. Quando é os dois a gente piora tudo (ENTREVISTA, Presidente do CEDS, 2015).

A importância do CEDS perpassa por um conjunto de interesses, concordâncias e divergências da arena de lutas da atuação no qual o Conselho paritário composto por 12 conselheiros e o presidente deve direcionar-se por um denominador comum. Como uma ferramenta da democracia brasileira, e as mudanças no cenário social, econômico e político no Brasil, a participação social é fundamental para a permanência do Estado democrático de direito.

ele tem esse papel, ele tem esse papel de indicar. O presidente, a presidência ele tem esse papel de dar o direcionamento, discutir essas pautas, é a democracia pura, entendeu? O conselho, entendo que ele é um dos vieses mais importante pra democracia. O problema é colocar ele em prática (ENTREVISTA, Presidente do CEDS, 2015).

Nos últimos anos os números de conselhos nacionais aumentaram consideravelmente no Brasil, no final da década de 1990 e início de 2000 foram criados mais 52 conselhos que vem crescendo a cada ano (Lima, 2014). Dentre as diversas áreas da políticas públicas brasileira, e também na área de políticas públicas LGBT's.

... Que os problemas estão nas instituições. Hoje, nós sofremos uma coisa chamada homofobia institucional. Então, dependendo do gestor que tá lá, saiu hoje no jornal:

lá na Inglaterra, não sei aonde o cara não quer casar o outro lá gay. Ele prefere ir pra cadeia do que ir lá fazer o casamento, se ele é cartorário, ele trabalha no cartório e prenderam o cara, né? Entendeu? O nome disso é homofobia institucional, que tem a ver com o teu trabalho e já é um viés desse reflexo da sociedade machista, família, escola, religiosidade e aí dependendo de quem for o gestor que tá lá, ele dará maior ou menor importância para o processo. Hoje eu posso te dizer que a nossa importância ela é muito irrisória (ENTREVISTA, Presidente do CEDS, 2015).

Para Gohn (2014), os conselhos são elementos de um novo modo de governança democrática na gestão dos negócios públicos, principalmente em âmbito local, os conselhos gestores fazem parte de um novo desenvolvimento que está sendo implementado em todo mundo, isto é, uma gestão pública e estatal com parcerias com a sociedade civil organizada e o controle das políticas públicas e sociais.

Espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade vêm se tornando parte integrante da gestão de políticas públicas no país desde o início da redemocratização (Lima, 2014). Contudo cabe o fortalecimento desses espaços, cuja democracia recente encontra-se ameaçada pelo Estado neoliberal, disseminação reprodução da insignificância da participação social e a criminalização do antigos e novos movimentos sociais.

Se for pegar o movimento social liberal de uma forma geral o, o, o cara pintada lá atrás eles fizeram um movimento e foram apagado, anulado. Agora, com a extremidade tá voltando de novo na rua, mas eles tão vindo pelo um viés partidário, mas tem uma oxigenação aí no meio disso, que é isso que é bacana por mais que seja partidário, mas tem uma oxigenação, uma mudança de paradigma, uma mudança de pensamento e tal, tal, tal, tal, tal. Há uma legitimidade querendo ou não há uma legitimidade. Eu não sou a favor daqueles extremistas que falam um monte de besteira, tu tá entendendo? Então assim, o que nos falta hoje pro movimento, ele é muito grande, ele é muito forte, as bandeiras são muito grandes, os desafios são maiores ainda. Há muita gente morrendo, há muita gente presa, há muita gente ainda sofrendo discriminação, há uma falta de desemprego, há uma falta de estrutura, há uma falta de tudo, entendeu? Mais a sociedade machista, heteronormatista e a estrutura de poder do Estado aonde o Estado ele coloca as pessoas de forma, que é uma coisa legal que antes era, era o rouba mas faz, sabe? “Ah! Ele rouba, mas ele faz”, sabe aquela cultura do deixa disso? Né? “Ah! Rouba, mas faz”. “Não, ele rouba, fulano rouba, mas o fulano faz, o fulano faz”. Enquanto a gente tiver esse paralelamente à gestão pública o pessoal vai continuar morrendo (ENTREVISTA, Presidente do CEDS, 2015).

Segundo Lima (2014), “os conselhos são vinculados a órgãos do Poder Executivo, tendo por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas”. Constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal, nas mais diversas áreas, são espaços permanentes, em que as reuniões ocorrem com certa regularidade e há

continuidade dos trabalhos. É a principal ferramenta na tricomia Estado, sociedade civil e políticas públicas.

Em se tratando dos recém criados CEDS e CNCD/LGBT, a política pública LGBT, o movimento LGBT com o histórico de lutas no enfrentamento à homofobia tem os conselhos como um caminho estratégico político de ascensão tanto na visibilidade social como formação de base social para militância do movimento social. Ter visibilidade para o movimento LGBT, significa adentrar na conjuntura política, não apenas como receptor das conquistas sociais, mas construir de fato e participar da gestão dessas políticas públicas LGBT's e no futuro construir uma bancada parlamentar atuante no enfrentamento à homofobia, violação de gênero e identidade de gênero nas três esferas de poder municipal, estadual e federal, seja no legislativo e no executivo.

Sabe por que eles não ascendem para o Parlamento? Porque eles não têm o apoio legítimo da comunidade, entendeu? Se você perguntar hoje por que o LGBT tal, você viu a parada de domingo, 200 mil pessoas na rua. Por que não elege? Dá pra eleger três, quatro, cinco, quantos quiserem, mas por que não elege? Pela legitimidade do nome, é a legitimidade no nome que garante o processo. O Jean ele ultrapassou esse processo porque ele teve uma visibilidade nacional aonde ele ganhou o Big Brother pela ética, né? Você percebe todo o histórico dele. Ele se perdeu agora no caminho porque ele tá brigando pelos ????, brigando por todo mundo e no final não briga por ninguém, mas eu amo, o amo de qualquer forma, entendeu? Ele consegue voto de A, B, C, D. Minha mãe é apaixonada por ele, ela é evangélica da igreja, da igreja de, de tudo que é mais tradicional minha mãe é, ela ama o Jean. Eu acho que ela quer que eu seja igual ele, entendeu? Aí ela fica fazendo essa comparação só pra me deixar à vontade perto dela (ENTREVISTA, Presidente do CEDS, 2015).

Para Lima (2014), a institucionalização do conselho pode ser entendida como a capacidade de o conselho responder às exigências burocráticas do processo de gestão de políticas públicas, sendo capaz de inserir-se nele nas suas diferentes etapas. Para isso, é necessária a formalização de procedimentos que passam a ser rotineiros ao longo do tempo, o reconhecimento estatal do papel do conselho na formulação de políticas públicas.

4.4 AS CONQUISTAS HISTÓRICAS DOS MOVIMENTOS LGBT'S NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA EM BELÉM

O marco histórico das políticas públicas LGBT's em Belém, assim como no Brasil é algo recente que se sucedeu na construção do movimento LGBT nas últimas três décadas. A história social e política das lutas sociais LGBT's é marcada por fases e momentos que as violações simbólicas, psicológicas e física deixaram marcas da incoerência na humanidade, a patologia estigmatiza(va) os sujeitos que não seguiam as norma da heterossexualidade compulsória, assim como a “peste gay” com culpabilização dos gays na década de 1980 são uns dos principais elementos dessa história.

Falar em conquistas históricas das políticas LGBT's através dos movimentos LGBT's, requer realizarmos uma reflexão acerca dessa história em Belém e de descrever essas políticas, tarefa que foram realizadas nos capítulos 2 e 3 deste trabalho. Todavia salientar de forma reflexiva essas conquistas cabe neste tópico.

Neste sentido ressalvamos que ainda não existe nenhuma lei que garanta de fato e de direito o enfrentamento à homofobia, assim como um marco legal que defina princípios, garantias e criminalização das vítimas e dos violadores dos sujeitos LGBT's. O conjunto de legislações no âmbito municipal de Belém, do estado do Pará e do Brasil é composto por políticas estratégicas, programas e projetos, decretos e portarias, cujos princípios e permanência podem ser modificados conformem as mudanças dos governos estatais.

Diferentemente do marco legal e histórico da defesa dos direitos da criança e do adolescente que teve a construção do estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, dos direitos dos idosos com o Estatuto do Idoso, assim como da população negra com a criminalização do racismo no Brasil e da conquista histórica do Estatuto da Pessoa com Deficiência – PCD na sociedade contemporânea, o/a cidadão e cidadã LGBT ainda não possui esse marco histórico, social, político e jurídico, todavia, essa construção encontra-se em curso de sua trajetória.

O marco da política LGBT em Belém vai da lei de nº 7.909, de 20 de agosto de 1998 “Institui o dia 26 de Junho como o “Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay; pelo Programa Pará sem Homofobia e 2008, Conselho Estadual da Diversidade Sexual – CEDS e Coordenadoria da Livre Orientação Sexual – CLOS atualmente Gerência de Livre Orientação Sexual – GLOS; Delegacia de Combate aos Crimes Homofóbicos e o mais recente Ambulatório de Travestis e Transexuais – Ambulatório TT em 2014.

O início do século XXI é considerado como um salto na história da cidadania LGBT, todavia percebemos o quanto as conquistas dessas políticas públicas estão ameaçadas, pois de um lado temos um parlamento que fortalece a bancada cristã e de outro lado o neo-conservadorismo na sociedade brasileira. Ameaças que fazem parte da realidade da precária cidadania brasileira, e no bojo da ação do Estado estão as contradições impostas pelo neoliberalismo e neste cerne a dicotomia entre as conquistas e retrocessos na luta do movimentos e dos atores sociais que almejam uma sociedade livre da intolerância de gênero e identidade de gênero.

Decerto percebemos que esses avanços estão a quem dos objetivos e metas das lutas sociais a serem alcançadas, isto é, uma sociedade livre de preconceitos e reprodução alienante, com base em valores morais-religiosos conservadores, que acaba por dificultar e boicotar legislações propícias aos direitos sociais básicos dos homoafetivos e a erradicação de qualquer tipo de discriminação por orientação sexual. Políticas que nos dias de hoje devem ser discutidas no seio dos movimentos, mais ampliar a discussão de gênero e criar redes sociais que de fato contribuam para tal expansão dos princípios de uma sociedade democrática e de direitos.

4.5 A VOZ DA MILITÂNCIA LGBT TEM VOZ E TEM COR PARA ALÉM DA BANDEIRA DO ARCO ÍRIS

A atual conjuntura de contradições que a democracia brasileira, que recentemente é ameaçada pelo avante neoliberal, demonstra o quanto há fragilidade no processo de amadurecimento da cidadania e a participação social. As mudanças recentes são elementos essenciais para renovação dos movimentos sociais LGBT's, pois, a necessidade de unificação da sociedade civil organizada é a força motriz para consolidação da cidadania e dignidade humana.

A bandeira do arco-íris que simboliza a diversidade e as expressões da identidade de gênero, contrapondo às normatizações do sexo biológico e binário masculino e feminino, é a marca identitária e estética do movimento LGBT. As diversidades das cores representam a heterogeneidade do pertencimento à construção social do sexo-gênero.

Então é a gente vive assim numa miscelânea de coisas, tipo a gente fica, a gente tá num cenário assim, o movimento se encontra nesse cenário né principalmente assim ao nível mais geral de um processo extremamente reacionário né às nossas demandas, então quando a gente quer propor alguma coisa, é... arbitrariamente isso é negado né, falta de principalmente do parlamento né... falta de... políticos mesmo que atenda as nossas causas né, então, por exemplo o parlamento a bancada

conservadora e quando eu falo conservadora não me restrinjo especificamente aos evangélicos e nem todos evangélicos né, mas enfim mais fundamentalista mas todos aqueles políticos que tem aquela, uma visão reacionária de sociedade né que não tem uma perspectiva pautada em questão dos direitos humanos né, então assim a gente acaba encontrando este cenário né, que é o cenário que o conservadorismo tenta novamente colocar-se sobre todos né na verdade tanto é esses processos aí de... essas manifestações recentes né, de que até muita gente tá defendendo a volta do militarismo né, no momento em que a gente luta mesmo pela igualdade pela pluralidade né, então são questões assim até previsíveis na Constituição né então a gente acaba ficando nesse jogo e vem as questões partidárias também (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 1, 2015).

... A gente ver que muitas coisas precisam ainda melhorar né, internamente dentro do movimento que é esse reconhecimento das pessoas e suas identidades, sejam ela inclusive partidários, é o entendimento de que agente tem da sociedade como um todo de como a gente ainda precisa interagir dentro dessa sociedade pra desconstruir estigmas e preconceitos e pra construção de uma nova sociedade, de um novo cenário de uma nova cultura que não exclua que inclua, que não violente que agregue né, que não que não digamos assim, é... que não leve às pessoas a não se sentirem parte de um processo que faz parte da vida delas né, então se eu sou LGBT se eu busco tá na sociedade trabalhando quando eu tenho uma família eu não posso me sentir desprivilegiado né, desse sentimento, de que eu tenho direito sim a trabalhar, de que eu tenho direito sim a estudar, de que eu tenho direito sim a demonstrar é o meu sentimento em público assim como outras pessoas tem esse direito né, e de ter esse entendimento de que se a lei é pra um é pra todos né, então assim é nesse sentido que eu acho que a gente precisa ainda rever muitas coisas, a gente precisa lutar muito ainda, muita coisa precisa acontecer (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 02, 2015).

...Então infelizmente de uns tempos pra cá por alguns políticos ridículos, absurdos a exemplo de citar o do Eduardo Cunha que é presidente da câmara federal que tá querendo, que aprovou a todo custo a questão do Estatuto da família quando diz que mulher e homem é, é a melhor forma de família, né? É, é um pouco difícil porque a gente, a gente, como eu tô te falando Elton, a gente precisa estar nesses lugares. Não é que, que, que esteja ali pra discutir a briga partidária é que esteja ali pra que as nossas pautas entrem nos planos de governo deles senão, a gente acaba sendo esquecido (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 06, 2015).

A partir da segunda metade da década de 1990 o movimento LGBT paraense inicia uma aproximação com os movimentos em nível nacional, em especial os movimentos do sul, sudeste e nordeste, assim como na conjuntura amazônica. Os movimentos da região amazônica tentam buscar um diálogo regional, de tal forma que é uma estratégia de interlocução de uma região que historicamente é excluída do cenário político e econômico brasileiro.

No início de 2000 com a consolidação da Parada LGBT de Belém, como calendário oficial dos movimentos LGBT's, assim com seu espraiamento para os demais municípios do estado do Pará, o movimento avança na reconstrução de sua identidade. Com o avanço da visibilidade em torno do debate e reflexão em torno das identidades de gênero e demais expressões da sexualidade humana.

A política pública, ela é fundamental porque é aquele momento que a sociedade civil organizada se une pra mostrar sua visibilidade para o poder público, porque as políticas públicas, elas para serem efetivadas elas precisam de números de estatísticas né, de quantitativos né, eu diria infelizmente eles acabam fazendo essa perspectiva muito quantitativa da sociedade, então há necessidade de criação de grupos de levantamentos de demandas né, é uma coisa bem real né, é... principalmente com a gente, então temos que fazer esse contra-ponto né, então é um elo a gente tem que fazer frente mesmo né, é pressionar né, porque o nosso Estado ele é falho em muitas questões, a nossa Constituição Federal por exemplo é uma das mais, eu diria entre aspas, bonitas do mundo, só que é a mais violada né, a nossa Constituição é violada da primeira à última folha, então quando os movimentos se organizam eles na verdade tem essa necessidade de dizer olha é assim assim assim assado né, cadê o que tá aqui preconizado né?... (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 01, 2015).

“...Tipo, eu vou discutir com o executivo, com o legislativo, com o judiciário, mas, assim, pra, além disso, eu preciso discutir com quem tá próximo de mim, eu preciso discutir com o meu pai, com a minha mãe, com a minha irmã, com meu vizinho, com, até com o meu cachorro que se ele for homofóbico, porque tem isso também, né? A gente, a gente só não pode retroceder no debate e cair na zona de conforto, né? Então quando o movimento LGBT, ele começa a mensurar essa perspectiva de que o debate, ele, ele é peça fundamental pra uma mudança real, a gente tem pra onde correr, né? A gente sempre pensa em ir pra frente” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 09, 2015).

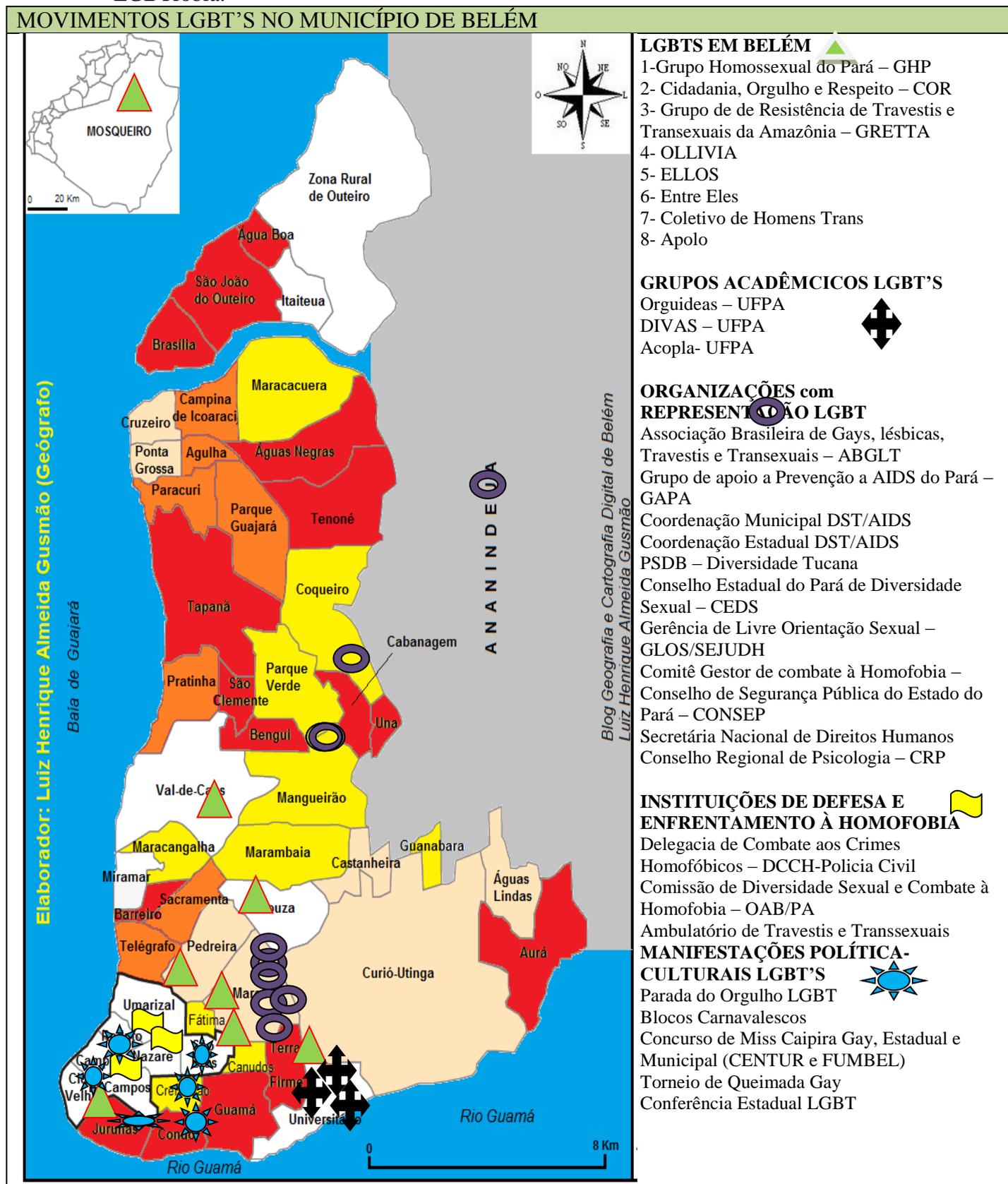
“... a participação do movimento social dentro da esfera da construção da política pública ela é total, ela é fundamental, hoje só existe política pública pra LGBT por conta dos movimentos sociais, por causa da pressão desses movimentos sociais em diversos níveis e esferas, do nível federal, estadual e municipal pra que a gente busque pra que a gente consiga realmente pressionar a gestão e a gestão ali conceder um direito que é nosso né, então eu sempre digo não é um favor é um dever, porque nós somos cidadãos como um outro qualquer...”(ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 02, 2015).

“...não adianta eu ir sozinha lá bater na porta do prefeito, bater na porta do governador, que ele vai achar que não tem demanda. Pra quê que eu tô pedindo isso só pra mim? Eu quero exclusividade? Né? Como a gente tá batendo muito de frente com a, com a Secretaria Nacional de Saúde pra trazer o, é, o ambulatório transexualizador pro nosso Estado, se não tiver essa, essa conjuntura do, do movimento social pra ir lá e dizer que tem uma demanda, são centenas de pessoas que estão precisando, não vai, não vai acontecer. Então, pra mim, essa é a importância do movimento, é, pegar, né?... (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 10, 2015).

A história do movimento LGBT de Belém traz consigo as vozes de uma população que esteve à margem de uma sociedade podada por valores e dogmas enraizados com normas do sexo e poder, engessada pelo sexismo, heterossexismo, misoginia e heteronormas. Entretanto, coube a este trabalho percorrer esse processo de construção do conjunto de estratégias e ações do movimento LGBT na implementação de políticas públicas e as várias formas de agir no enfrentamento à exclusão social por gênero, identidade de gênero e sexo-gênero.

Identificar essa conjuntura de ações estratégicas é essencial para vislumbrarmos o contexto de lutas dos movimentos LGBT's, pois, nos permite realizar um “raio-x” da realidade da atuação do movimento e como se dá o diálogo nesse processo.

MAPA 1: Identificação dos movimentos LGBT's de Belém e redes de enfrentamento à LGBTfobia:



Fonte: ROZARIO, Elton santa Brígida. Pesquisa de campo.

Os mapas 1 e 2, demonstram o conjunto de ações estratégicas em processo de enfrentamento à homofobia e violações à população LGBT, a partir da identificação dos movimentos LGBT's em Belém e no estado do Pará.

A identificação das redes de enfrentamento à homofobia é de suma importância para a constituição dessas estratégias, assim como o mapeamento das instituições públicas e privadas de proteção, defesa e acolhimento da população LGBT. A partir de meados da década de 2000 a população LGBT, passou a contar com uma rede de proteção, entretanto, essa rede está em processo de construção e de fortalecimento quantitativo e qualitativo, tanto na qualificação e formação dos recursos humanos como dos recursos físicos com a melhoria de infra-estrutura para acolher os cidadãos LGBT's.

Não poderíamos deixar de enfatizar as manifestações culturais e artísticas do segmento LGBT, assim como o marco da visibilidade das paradas LGBT's, também fazem parte desse bojo, as queimadas gays que consiste em atividades esportivas com jogos e torneios dos sujeitos LGBT's, os concursos juninos de miss caipira gay e miss mix com os desfiles e apresentações folclóricas que fazem parte do calendário oficial das festividades juninas do Estado do Pará, na Fundação Cultural de Belém – FUMBEL e Fundação Cultural do Estado – CENTUR, e os respectivos concursos de beleza gay, Miss Pará Gay e Miss Brasil Gay. Ambas manifestações denotam avanços nas realidades da população LGBT e fazem parte do conjunto de conquistas do movimento LGBT.

Nesse contexto de retrocesso, lutas, conquistas e desafios dos movimentos LGBT's estaria o movimento no caminho correto?, existe o “ouro no fim do arco-íris”, como diz o dito popular? A história do movimento LGBT demonstra o caminho para unificação visando o fortalecimento do movimento na construção e efetivação no enfrentamento à LGBTfobia. do movimento?

“...todo dia eu me pergunto né, se vale a pena eu tá nessa luta, tanto é que se relaciona muito a minha saída né, eu saí justamente do movimento LGBT da primeira vez por ter essa dificuldade né de dialogar com meu próprio grupo né, por entender da falta da instrumentalização de muita gente né, num momento assim por exemplo em que a gente mais precisava desse contato, que um dos motivos como eu falei que eu entrei no movimento foi sentindo essas necessidades, mas eu pensei mas eu sabia que ia encontrar um movimento que não tinha unidade e não tem até hoje né, um movimento que no mínimo iria me acolher né, mas que me acolheu em parte e em outras assim eu travei verdadeiras brigas homéricas, assim justamente por falta de conhecimento principalmente teórico de muitos militantes, mas eu até entendia né, porque eu pude ter a possibilidade de ter um acesso à educação...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 01, 2015).

“É eu acho que a gente tá caminhando pra isso, eu não vou ser pessimista de dizer que eu não acredito, eu acredito sim que muita coisa já mudou né, hoje eu já posso

abrir a boca e dizer junto com meu companheiro, abrir a boca e dizer não olha se acontecer alguma coisa comigo ele tem direito, se acontecer alguma coisa com ele eu vou ter direitos, porque antigamente quem ficava com tudo era a família né, daquela pessoa que tava os bens no nome dela e que não poderia ter uma relação estável reconhecida pelo Estado ou casamento civil, hoje eu já posso abrir a boca e dizer que eu tenho um companheiro dentro de uma instituição como essa, a secretária de saúde isso não vai me afetar, isso não vai me ofender, eu não vou ser demitido por conta disso né, porque muitas coisas a gente conseguiu avançar, a sociedade já começou a fazer o exercício da tolerância, e do reconhecimento das pessoas enquanto cidadãos de direitos né, de seres humanos que são capacitados, e tem as suas particularidades...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 02, 2015).

“...então pensar que existe um pote de ouro no final do arco-íris é algo que nos mantém na luta, mas a nossa luta ela é conduzida pelas conquistas que nós vamos alcançando, então nós procuramos focar numa conquista, alcançamos vamos partir pra próxima conquista, alcançamos partindo para próxima conquista, então é, eu acho que eu te respondo essa pergunta assim as necessidades elas sempre estarão aí, sempre vão surgir necessidades, nunca uma população seja de LGBT’s, de negros e de qualquer outro tipo de população, vai estar completa, saciada nas suas necessidades, sempre, até mesmo porque a nossa sociedade ela está em constante mudança e isso historicamente se a gente for olhar a nossa sociedade na década de 1950, não é a mesma da década de 1960, nem da década da 1980, nem da de 1990, nem agora nos anos 2000 né, então como ela está em constante mudança nós também estamos como necessidades em constantes mudanças, então o que nos mantém vivo é sempre a busca por um objetivo...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 03, 2015).

“...a caminhada é árdua e longa até chegar lá, porque enquanto existir o negro sendo discriminado vai haver o movimento negro lutando por ele, enquanto houver uma mulher sendo morta vai haver o grupo de mulheres lutando por ela, enquanto houver um LGBT sendo apedrejado no meio da rua, sendo morto por ser um LGBT sempre vai ter alguém lutando por ele, então não vai ter assim uma data pra chegar ao pote de ouro, né? Porque, é, nós vivemos ainda, eu acredito, num país ainda muito provinciano disso tudo, né?...” (ENTREVISTA, Movimento LGBT, nº 10)

“A gente acredita que sim, com certeza, né? Porque a gente sempre costuma dizer que enquanto houver, é, enquanto tiver uma luz no fim do túnel sempre tem uma esperança. A gente sempre luta e sempre vai lutar, né? Pelo, pelo um bem maior que é, justamente, o direito de você viver a sua, sua sexualidade sem ter medo de ser assaltado, de ser agredido, de ser morto. Porque a homofobia ela é sim latente no Brasil e as pessoas não querem enxergar, né? O nosso norte é criminalizar a homofobia” (ENTREVISTA, Movimento LGBT nº 6, 2015).

Apesar de críticas externas e autocrítica do próprio movimento LGBT, a militância busca renovar o “gás” do movimento, assim como sua independência de outrora e dado momento histórico de seu surgimento. A ligação política e ideológica a alguns partidos políticos, em especial ao Partido dos Trabalhadores – PT é nítida, ademais foram nos governos PT no estado do Pará e no Brasil que a política LGBT deu um salto histórico.

Os fluxos e refluxos dos movimentos LGBTs são questionados e discordados (Facchini, 2005); (Simões e Facchini, 2009); (Gohn2013), de tal forma que a roupagem no período que antecede a CF-1988 difere do processo de redemocratização brasileira. Com a recente democracia brasileira os movimentos LGBT’s construíram um novo formato,

principalmente da construção da rede de enfrentamento à LGBTfobia a partir das conquistas institucionais das políticas públicas LGBT's, o diálogo com os governos municipais, estaduais e federal, assim como a criação dos conselhos de participação LGBT e controle social.

A realidade contemporânea dos movimentos LGBT's de Belém, tem suas memórias intrinsecamente à profícua particularidade amazônica, é porque não dizer pela segregação social, espacial, econômico e cultural? Da desigualdade regional de exclusão social, no qual esses movimentos fazem parte desse bojo social.

Nesta conjuntura de grandes desafios para a sociedade civil organizada, os movimentos sociais LGBT's também estão presentes, e cabe a esses sujeitos protagonizarem a história de lutas, e seguirem a trajetória de unificação e fortalecimento para almejar uma sociedade democrática e cidadã, livre de todas e quaisquer violação à dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visibilidade do movimento LGBT foi construída a partir das históricas bandeiras de lutas de enfrentamento à LGBTfobia, por um processo identitário e da construção da cidadania para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

O marco das lutas e participação LGBT não se deu em um dado momento específico da história, mas, está circunscrito num processo social, histórico, cultural, simbólico, público e privado que se constrói pela objetividade, subjetividade e sociabilidade humana. A análise sobre a participação do movimento LGBT na construção de políticas públicas se revela desafiadora, no sentido que a insipiência no tema deixou lacunas para avançar em posteriores pesquisas e indagações acadêmicas.

O desafio deste trabalho demonstrou a relevância da pesquisa em torno do universo acadêmico e político, de tal maneira que nos dias atuais as políticas públicas LGBT's estão diretamente vinculadas aos movimentos LGBT's, por suas lutas e práticas de controle social. Outro destaque foi a realização das entrevistas junto ao movimento, pois, foram encontros e desencontros em que várias entrevistas foram desmarcadas e remarcadas, todavia, a finalização da pesquisa de campo foi extremamente grandiosa pela receptividade e disponibilidade dos sujeitos sociais da pesquisa que não hesitaram contribuir e elogiar a temática da pesquisa.

A pesquisa se debruçou pelo mapeamento dos movimentos LGBT's do município de Belém, a partir de procedimentos metodológicos, nos quais o “fio condutor” do campo foi marcada pelas atividades do movimento, dentre eles encontros, seminários e reuniões. Um campo diverso e heterogêneo, no qual perpassa por profundas autocríticas do próprio movimento, principalmente ao tocante da segmentação dos movimentos e a “sopa de letrinhas”, conjuntura que ao mesmo tempo espraia as lutas LGBT's e pode fragilizar através da segmentação e divergências ideopolíticas dos movimentos .

O trabalho se propôs a analisar a atuação dos movimentos sociais LGBT's na ampliação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia em Belém, nas últimas décadas, tal objetivo geral foi alcançado a partir a identificação desses movimentos e a conjuntura contemporânea, no qual a observação sistemática possibilitou conhecer as realidades das formas de atuação, espaços de sociabilidade e ações estratégicas da participação da militância LGBT belenense.

O percurso metodológico da análise do trabalho foi desmembrado pelos respectivos objetivos específicos: caracterizar e traçar o perfil político dos movimentos sociais LGBT's

do município de Belém, no qual a pesquisa de campo e “amostra qualitativa” do universo da militância LGBT foi alcançada através de treze (13) entrevistas realizadas com militância e lideranças LGBT’s através do instrumental de entrevistas semi-estruturadas.

Identificar as estratégias e ações dos movimentos LGBT’s na implementação de políticas públicas de enfrentamento à homofobia em Belém; o conjunto de ações estratégicas dos movimentos LGBT’s em Belém perpassam por um elo da história e memória da identidade que foi construída a partir de elementos da participação social pelo viés da constituição de políticas públicas.

Apontar as contribuições e conquistas dos movimentos LGBT’s nas políticas públicas LGBT’s de enfrentamento à homofobia; no cerne da emergente conquista das políticas públicas LGBT’s e seu significativo avanço a partir dos anos 2000, tem-se as contradições e dilemas no qual se construiu o marco histórico do movimento antes e após a redemocratização brasileira a partir de 1988.

Nesta análise realizamos as considerações acerca dos processos de construção e reprodução das identidades coletivas do movimento LGBT, a relevância da manifestação social “As filhas da Chiquita”, a criação do Movimento Homossexual de Belém – MHB e o surgimento das Paradas LGBT’s no Pará para a atual conjuntura do movimento e o enfrentamento à LGBTfobia no século XXI.

A análise foi conduzida em 4 capítulos, no qual ambos tiveram uma relação intrínseca, através de um diálogo dialético entre a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em que as categorias centrais para o debate teórico e as realidades empíricas.

O percurso teórico-metodológico deste trabalho alcançou resultados quantitativos acerca do objeto de pesquisa, pois, caracterizou e traçou o perfil dos movimentos sociais do município de Belém como um movimento recente; identificou as ações e estratégias dos movimentos LGBT’s na construção de políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia e as conquistas das lutas dos movimentos para implementação de políticas públicas.

O trabalho vislumbrou problematizar que os avanços estão a quem do ideário da cidadania plena e da sociedade democrática, isto é, uma sociedade livre de preconceitos e sem visões alienadas, com base em valores morais-religiosos conservadores, que acaba por dificultar e boicotar legislações propícias aos direitos sociais básicos dos homoafetivos e a erradicação qualquer tipo de discriminação por orientação sexual. Políticas que atualmente devem ser discutidas não só pelos movimentos, mais se deve ampliar tal discussão de gênero e identidades de gênero e possibilitando as redes sociais que de fato contribua para tal

expansão, deste modo explicitamos na discussão na formação da categoria dos Assistentes Sociais no qual tem uma rica discussão e conquistas em torno do Projeto ético-político e Código de Ética Profissional.

Em meio às lutas sociais, percebemos os dois principais protagonistas da arena de lutas sociais, de forma singela e atenuada, de um lado o Estado com seu poder e poder da máquina e de outro a sociedade civil organizada, num duelo de interesses, políticos e de conflitos ideológicos, decerto que as atuais políticas públicas e sociais não foram alcançadas por puras iniciativas estatais, mais sim por inúmeras lutas, que em sua longa trajetória conquistou êxitos e derrotas, e atualmente vem construindo agendas de discussões e planejamento político.

A construção de uma sociedade mais justa e sem qualquer tipo de discriminação seja racial, gênero, infanto-juvenil, desigualdade social etc, é um desafio para toda sociedade civil organizada, categorias de profissionais do Serviço Social e demais áreas que fazem parte dessa reflexão acerca da homofobia e estão sob a perspectiva de uma sociedade democrática e de direitos.

É notório se ressaltar que esta pesquisa não esgota nesta reflexão acadêmica, mas que seja os primeiros passos para que possamos ter fôlegos para aprofundarmos essa discussão para além dos muros da universidade e quiçá rumo à erradicação do fenômeno social da homofobia em nossa sociedade brasileira.

Antes de tudo a sociedade civil organizada, movimentos sociais, trabalhadores, artísticas, cidadãs e cidadãos independente de identidades e pertencimento de classes, devemos buscar estratégias de ultrapassar a segmentação, individualismo e sectarismo para que o Estado democrático de direito não seja aviltado e que a cidadania brasileira tão recente seja esfacelada pela atual conjuntura de retrocessos sociais e políticos.

Ressaltamos que este trabalho não se esgota com esta conclusão, tão pouco partiu de premissas estáticas ou verdades absolutas, pelo contrário buscamos na história e dialética da sociabilidade humana e os diversos elementos que corroboram para uma ciência que valorize a dignidade humana, através de uma ideologia humanista e progressista que inclua e não exclua.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Joana; RIBEIRO, Uriella. **O Decreto sobre a participação social no Governo Federal e a “polêmica bendita”**. 2015. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/141117_boletim_analisepolitico_06_cap3>. Acesso em: 05 mai. 2016.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In BORÓN, A. SADER, E. (orgs): **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AMARAL, Sylvia Mendonça do. **Manual prático dos direitos de homossexuais e transexuais**. São Paulo: Editico Edições inteligentes – EI, 2003.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. 2004. Tradução de Maria Drummont. Disponível em: <www.sabotagem.revolt.org>. Acesso em: 15 maio. 2016.

ARNEY, Lance; FERNANDES, Marisa; GREEN, James. et al. **Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada**. Campinas, Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/80/72>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BELÉM. Secretaria de Municipal de Assuntos Jurídicos – SEMAJ. **Direitos Humanos: opção política e construção da cidadania em Belém**. Belém: SEMAJ, 2003.

_____. Belém de todas as falas: **testemunhos, relatos e atos do Congresso da Cidade de Belém**. Belém: Vanguarda, 2003.

_____. Projeto Nova cartografia social da Amazônia: Série: Movimentos Sociais e conflitos nas Cidades da Amazônia. **Homossexuais na cidade de Belém**. Belém, 2005.

BERENICE, Maria. Homoafetividade: um novo substantivo. Disponível em: www.direitohomoafetivo.com.br. Acesso em: 15/04/2013.

BERENICE, Maria. Um novo direito: direito homoafetivo. Disponível em: www.direitohomoafetivo.com.br. Acesso em: 15/04/2013.

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Nova edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIE, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria helena Kuhner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIE, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Maria helena Kuhner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORRILLO, Daniel. **HOMOFOBIA: História e crítica de um preconceito**. Tradução: Guilherme Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4º Ed, vol 2, São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 1-31, 2004. Disponível em < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> acesso em 05/03/13.

_____. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil ano de 2011. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2012.

_____. **Código Penal brasileiro de 1940**. Disponível em: < http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf > Acesso em: 25/04/2013.

_____. Programa Brasil sem Homofobia. Brasília, Secretaria nacional de direitos humanos. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf > Acesso em: 15/01/13.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Caderno de Atenção Básica, 8)

_____. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2011.

_____. Constituição Federal de 1988 da República. Brasília, Senado Federal, 2008.

_____. Secretária Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Secretária Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2012**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2012.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Secretária Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2011. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2011.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BIRMAN, Joel. **‘Impedir trans de usar nome social é violência’**. 2016. Disponível em : <oglobo.globo.com/sociedade/impedir-trans-de-usar-nome-social-violencia-diz-psicanalista-19346079#ixzz49LyXUVmv>. Acesso em: 30 mai. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDINALI, Daniel. **Há muito a Temer: o novo governo e os direitos LGBT's**. 2016. Disponível em: <www.revistaforum.com.br/osentendidos/2016/05/12/ha-muito-temer-o-novo-governo-e-os-direitos-lgbt/>. Acesso em 12 mai. 2016.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. **O que é cidadania**. 4º ed, São Paulo: Brasiliense, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (dês)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3º ed, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

DORNELLES, João Ricardo. **O que são Direitos Humanos**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. 2008. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – São Paulo.

FERNANDEZ, Osvaldo. Homossexuais, cidadania e direitos humanos no Brasil. In **Direitos Humanos: percepções da opinião pública**. 1º Ed. Brasília-DF, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. P. 115-130, 2010.

FIGUEIREDO, Fernando Alcântara. **Soldados não choram: a vida de um casal homossexual no Exército do Brasil: depoimento a Roldão Arruda**. São Paulo: Globo 2008.

FILHO, Milton Ribeiro da Silva. et al. **A Filha da Chiquita Bacana: uma etnografia da Festa da Chiquita em Belém do Pará**. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia-SP. Anais eletrônicos... Águas de Lindóia: SBS, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8229&Itemid=76>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, São Paulo, 2014

FRANCO, José Luiz de Moraes; GONTIGO, Fabiano. **Memórias do Movimento LGBT: da sociedade Mattachine ao Estado do Pará, a conquista de direitos e suas demandas sociais**. 2015. Disponível em: <eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020836_30_06_2015_16-30-56_1695.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril cultural/Brasiliense, 1985.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONGALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GONTIJO, Fabiano. **O rei momo e o arco-íris: homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GREEN, James N. et al. **Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado**, Niterói, v.12, n.2, p. 65-76, 1. sem. 2012. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/415>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

GREENVISION. **As Filhas da Chiquita**. Dir. Priscilla Brasil. Documentário, 52 min., cor, Brasil, 2006.

GRUPO GAY DA BAHIA. **ASSASSINATO HOMOSSEXUAIS NO BRASIL: 2008** Relatório anual do Grupo Gay da Bahia. GGB: Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/assassinatosHomossexuaisBrasil_2008_pressRelease.html>. Acesso em : 30 nov. 2015.

HELIBORN, Maria Luiza. **DOIS É PAR: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

IAMAMOTO, Maria Villela. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão financeira**. 4º ed, São Paulo: Cortez , 2010.

IRINEU, Bruna Andrade. RAFAEL, Josely Carrijo. **Homossexualidade e políticas públicas em tempos de neoliberalismo: retratos do movimento LGBTTT no Brasil do governo Lula**. In: Cadernos de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Ano I, n.01. São Paulo, 2008.

JUNQUEIRA, Rogério. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. In: Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, Unesco – Brasília, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. 1987. Disponível em: <marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação**. In: Em defesa dos direitos sexuais. (Org) Roger Raupp Rios. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LOURO, Guaracira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LÖWY, Michael. **O golpe de Estado de 2016 no Brasil**. 2016. Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil>. Acesso em: 24 mai.2016.

LIMA, Paula Fiuza. ALENCAR, Joana; RIBEIRO, Uriellla; CRUXÊN, Isadora; SOUZA, Clóvis. **Conselhos nacionais: elementos constitutivos para sua institucionalização**. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1951.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2016.

MACHADO, Frederico Viana. **Muito além do arco-íris**. a constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. 2007. 274 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG.

MENEZES, Aderson. **Teoria geral do Estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MONDAINI, Marcos. **Direitos Humanos**. São Paulo, Ed. Contexto, 2006.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1. ed, São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social).

MOTT, Luis. **Escravidão, Homossexualidade e Demonologia**. São Paulo: Ícone, 1998.

MUTTI, Regina; CAREGNATO, Rita Catalina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Florianópolis: Contexto enfermagem, 2006.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Disponível em: < http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf > Acesso em 20 de Mar. 2013, 16:50:10.

PARÁ. Programa Pará sem Homofobia. Belém-Pa, Secretaria de Justiça e direitos humanos. Disponível em: < <http://www.sejudh.pa.gov.br/> >. Acesso em: 20 jan. 2015.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PELLAND, Ginette. **L'Homophobie: um comportement hétérosexuel contre nature.** Canadá: Québec Amérique, 2005.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, Humberto. **O amor entre iguais.** São Paulo: Mythos, 2004.

RIOS, Roger Raupp. **Direitos sexuais de gays, lésbicas e transgêneros no contexto Latino-Americano.** Disponível em: < <http://www.clam.org.br/pdf/rogerport.pdf> >. Acesso: 20/02/2013.

RIOS, Roger Raupp. **O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano.** São Paulo: Revista dos tribunais, 2002.

RIOS, Roger Raupp. **A homossexualidade no direito.** Porto Alegre: Livraria do advogado/Esmafe, 2001.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica.** São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, Humberto. **O amor entre iguais.** São Paulo: Mythos, 2004.

RODRIGUES, Olinda. **Democracia na sociedade contemporânea: breves considerações.** In: Desafios contemporâneos para o Serviço Social. (Org) Carlos Alberto Batista Maciel, Josep Pont Vidal e Olinda Rodrigues. Belém – Pa, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – UFPA, 2009.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário.** 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SMIGAY, Karen Ellen. **Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n.11, p. 32-46, 2002. Disponível em: <www.pucminas.br/imagedb/documento>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTOS, Karen Priscila Lima dos. **Programa Brasil sem Homofobia: Movimento LGBT, produção de sujeitos e resistências.** Monografia (TCC), Faculdade de Psicologia- Universidade Federal do Pará, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAFFIOTI, Heleiteth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis. **O negócio do desejo.** 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a22.pdf>>. Acesso em 15 nov.2016.

SOUZA. C. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder:** a família no mundo 1900-2000. Tradução de Elisabete Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais.** 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a03.pdf>>. Acesso em: 22 out.2016.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 6º ed, Rio de Janeiro: Record, 2004.

VIANA, M. R. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Nº64. São Paulo: Cortez, Novembro de 2000.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
 PROJETO DE PESQUISA

ROTEIRO DE ENTREVISTA-MOVIMENTO LGBT DE BELÉM

**Título do Trabalho: MOVIMENTOS LGBT's PARA ALÉM DA
 "BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS": a atuação no enfrentamento à homofobia
 em Belém-Pa**

Nome do entrevistador: _____

Data: __/__/__ Horário da aplicação: Início: _____ Término: _____ Local: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (A)

1. Nome: _____
2. Nome Social: _____
3. Escolaridade: _____ . 3.1: Profissão/Ocupação: _____
4. Endereço: _____
5. Movimento: _____
6. Tempo de militância: _____
7. Contato: _____
8. Gênero: _____ . 7.1 Orientação Sexual: _____

IDENTIFICAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT DE BELÉM

1. Motivos que levaram ao surgimento do Movimento LGBT:
2. Data de Criação:
3. Localização do Movimento: Tem sede própria? : Onde? :
4. O Movimento LGBT possui Estatutos? :
5. Que atribuições são definidas nos estatutos? :
6. Qual a composição do Movimento? :
7. Como se dá a inserção de entidades no Movimento LGBT? :

RELAÇÃO COM O MOVIMENTO LGBT EM BELÉM:

1. Qual sua relação com o Movimento LGBT e o que levou à militância no Movimento e quando?

2. A sua participação se constitui de que forma?

3. Como os movimentos sociais LGBT's se relacionam com a questão de gênero? Essa questão dificulta a organização dos movimentos? De que forma?

4. Em que consiste a atuação do Movimento LGBT, suas estratégias e bandeiras de lutas na atualidade em Belém?

5. O movimento LGBT se relaciona com outros movimentos no Brasil e na Amazônia?

6. Em sua opinião, qual a importância dos movimentos sociais para a ampliação de políticas públicas destinadas aos sujeitos LGBT's e ao enfrentamento da homofobia?

7. Em sua opinião, a política pública é a melhor estratégia para enfrentar a homofobia? Quais você citaria?

8. Em sua opinião qual a relação dessas Políticas com o Movimento LGBT?

9. Enquanto militante dos Movimentos Sociais LGBT's como você analisa a conjuntura política que os envolve?

10. Como você analisa a questão da criminalização dos movimentos sociais?

11. O segmento LGBT reconhece o movimento social LGBT como representação de suas lutas e reivindicações de políticas públicas? Por que?

12. Quais são suas perspectivas e desafios, acerca dos movimentos sociais na atual conjuntura de lutas sociais? Será que existe o pote de “ouro no fim do arco-íris”?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
 PROJETO DE PESQUISA

**ROTEIRO DE ENTREVISTA-CONSELHO DA DIVERSIDADE SEXUAL - CEDS DE
 BELÉM**

Nome do entrevistador: _____

Data: __/__/__ Horário da aplicação: Início: _____ Término: _____ Local: _____

**MOVIMENTOS LGBT's PARA ALÉM DA “BANDEIRA DO ARCO-
 ÍRIS”: a atuação no enfrentamento à homofobia em Belém-Pa**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (A)

9. Nome: _____

10. Nome Social: _____

11. Endereço: _____

12. Movimento: _____

13. Presidente/conselheiro: _____

14. Contato: _____

15. Gênero: _____

16. Orientação Sexual: _____

17. Idade: _____ 9.1: Escolaridade: _____

18. Atividade profissional: _____

IDENTIFICAÇÃO: CONSELHO DA DIVERSIDADE SEXUAL – CEDS/SEJUDH

13. Há quanto tempo atua/participa politicamente no Conselho e qual Movimento/Entidade representa?

14. Qual o papel do (a) conselheiro (a) no CEDS?

15. Na sua opinião, qual a importância do CEDS na ampliação de Políticas Públicas LGBT's?

16. O Conselho indica ou pontua as Políticas Públicas LGBT's, se sim, quais?

17. Qual a abrangência territorial do Conselho e a Gestão pública acata de qual forma a atuação do CEDS?

18. Como são organizados a periodicidade em que são realizadas as reuniões do conselho, local de reuniões e principais pautas?

19. Como você avalia/opina acerca da relação do Conselho, os Movimentos LGBT's e a Gestão administrativa do Estado?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL

Pesquisa de Dissertação/Mestrado:

MOVIMENTOS LGBT's PARA ALÉM DA "BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS": a atuação no enfrentamento à homofobia em Belém-Pa

Número/Entrevista: _____

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO

Caro participante,

Gostaríamos de convidá-lo/a a participar como voluntário/a de uma pesquisa que tem o objetivo de conhecer a opinião dos militantes do movimento LGBT acerca da atuação dos Movimentos na ampliação das Políticas Públicas de enfrentamento à homofobia em Belém do Pará. Assim, podemos propor melhorias nas políticas de diversidade sexual e que qualquer pessoa seja vista como um sujeito de direito independente de sua orientação sexual. Neste sentido, sua informação é essencial para nossa pesquisa.

- 1) **Participação nas Entrevistas:** Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que você poderá recusar-se à participar ou retirar seu consentimento quando quiser.
- 2) **Sigilo:** As informações relatadas serão confidenciais. Isto quer dizer que seu nome jamais será usado em nenhum Relatório ou na redação final da pesquisa. Caso venhamos a utilizar informação que tenha nos relatado, esta não será identificada com seu nome.
- 3) **Custos, Riscos e Benefícios:** Não será cobrado nada; não haverá gastos nem riscos na sua participação desta pesquisa; não estão previstos ressarcimentos ou indenizações; não haverá benefícios imediatos na sua participação, mas suas informações irão contribuir para este estudo.

Belém, ___ de _____ 2015

Elton Santa Brígida do Rozario Assinatura do Pesquisador: _____

Sandra Helena Ribeiro Cuz/Profª Drª Orientadora: _____

Assinatura do Entrevistado: _____

Nome:

Data de Nascimento: _____ Telefone de Contato: _____

APÊNDICE D: MAPEAMENTO DO MARCO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT'S EM BELÉM DO PARÁ: Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Políticas, Programas e Projetos.

TIPIFICAÇÃO	OBJETIVO	INSTÂNCIA
1. Lei nº 6.971 , de 16 de Maio de 2007.	Dispõe sobre a proibição de benefícios fiscais e financiamentos a empreendimentos comerciais, industriais ou de serviços que discriminem cidadãos quanto sua orientação sexual.	ESTADUAL
2. Lei nº 6.940 , de 3 de Janeiro de 2007.	Institui o dia 28 de Junho como o dia Estadual do Respeito gay no Pará.	ESTADUAL
3. Portaria nº 016/2008 , de 10 de Abril de 2008.	A Secretária de Estado de Educação do Pará estabelece que a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as unidades escolares da rede pública estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o pré-nome social de travestis e transexuais.	ESTADUAL
4. Portaria nº 362 , de 19 de Outubro de 2012.	A Delegacia Geral da Polícia Civil do Pará, determina, que por ocasiões de atendimentos nas unidades policiais de pessoas travestis e transexuais, os policiais civis e demais servidores lotados na Polícia Civil do Pará, deverão tratá-las (Ps) pelo nome social, com qual se identificarem.	ESTADUAL
5. Decreto nº 1.675 , de 21 de Maio de 2009.	Determina aos órgãos de administração direta e indireta o respeito ao nome social público de travestis e transexuais.	ESTADUAL
6. Portaria nº 233/2010 , de 18 de Maio de 2010.	Fica assegurado aos servidores públicos, no âmbito da Administração pública federal direta, indireta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais.	FEDERAL
7. Resolução CFESS nº 615 , de 8 de Setembro de 2011.	O CFESS dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da Assistente Social travesti e do (a) Assistente Social transexual nos documentos de identidade profissional.	FEDERAL

<p>8. Portaria nº 2.836, de 1º de Dezembro de 2011.</p>	<p>Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>9. Portaria Ps nº 513, de 09 de dezembro de 2010.</p>	<p>O Ministério da Previdência Social Estabelece que, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, os dispositivos da <u>Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</u>, que tratam de dependentes para fins previdenciários devem ser interpretados de forma a abranger a união estável entre pessoas do mesmo sexo.</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>10. Emenda Constitucional do Estado do Pará nº 20, de 17 de Junho de 2003</p>	<p>Dar nova redação ao inciso IV do art 3º da Constituição do Estado, incluindo o termo “ orientação sexual” no texto “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação”.</p>	<p>ESTADUAL</p>
<p>11. Cirurgia de mudança de sexo, 18 de Agosto de 2008.</p>	<p>Em 18 de Agosto de 2008, o Diário Oficial da União publica a portaria que prevê a realização da cirurgia de mudança de sexo pelo Sistema único de Saúde – SUS.</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>12. Reconhecimento da União Estável, 5 de Maio de 2011.</p>	<p>Em 5 de Maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), reconhece o registro das uniões estáveis de casais homoafetivos. A votação foi unânime e estendeu aos casais homoafetivos os mesmos direitos que os heterossexuais. Na maioria dos votos imperou argumentos relacionados aos direitos universais à liberdade, à dignidade humana e do princípio da proibição de atos discriminatórios.</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>13. Inclusão do LGBT no Imposto de Renda – IR, 29 de Julho de 2010.</p>	<p>Em 29 de Julho de 2010, Parecer da Procuradoria Geral da Fazenda dá direito aos homafetivos de incluir seu companheiro (a) como dependente na declaração do Imposto de Renda.</p>	<p>FEDERAL</p>

<p>14. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, Brasília, ano de 2010.</p>	<p>Institui a política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>15. ANTEPROJETO <i>Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e altera as Leis.</i></p>	<p>ANTEPROJETO <i>Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e altera determinadas Leis.</i></p>	<p>FEDERAL</p>
<p>16. Projeto de Criminalização da Homofobia no Brasil. De 2006.</p>	<p>Defini a criminalização da Homofobia resultante de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>17. Programa Pará sem HOMOFOBIA, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, 2008, Belém Pará.</p>	<p>O Programa Pará sem Homofobia: Tema: Políticas Públicas e Direitos Humanos: o caminho para a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Teve como objetivo: a articulação um conjunto de ações e planejamento de enfrentamento á homofobia no Estado do Pará, participaram do Programa Movimentos Sociais LGBT's e Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH.</p>	<p>ESTADUAL</p>
<p>18. Programa Brasil sem Homofobia, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Brasília, 2008.</p>	<p>O Programa Brasil sem Homofobia, teve como objetivo: efetivar o compromisso com a cidadania brasileira independente de orientação sexual, isto é, para promover a cidadania LGBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais.</p>	<p>FEDERAL</p>
<p>19. Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatório e Homofóbicos – DCCDH, Belém Pará, Polícia Civil, 2011.</p>	<p>O objetivo da Instituição é o atendimento especializado ao cidadão de direito, especificamente na situação de violação aos direitos humanos do usuário LGBT, de forma a enfrentar a homofobia, isto é, a discriminação, violência e preconceito aos LGBT's.</p>	<p>ESTADUAL</p>
<p>20. Coordenadoria de Livre Orientação Sexual – CLOS/SEJUDH</p>	<p>A CLOS foi criada em 2007, com objetivo de enfrentar a homofobia no Estado do Pará e qualquer tipo de discriminação</p>	

	por orientação sexual. Atua em consonância com as políticas da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal.	ESTADUAL
21. Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia, Defensoria Pública do Estado do Pará.	Objetivo de proporcionar acolhimento e serviço jurídico aos LGBT's vítimas de homofobia no Estado do Pará.	ESTADUAL
22. Lei Ordinária nº 7.909, de 20 de agosto de 1998.	“Institui o dia 26 de Junho como o “Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay”, e dá outras providências”.	MUNICIPAL
23. Programa Oportuniza Pará.	Articula-se através de redes sócio-institucionais de enfrentamento à homofobia com caravanas de divulgação das políticas públicas LGBT's na região paraense.	ESTADUAL
24. Decreto nº 726 de 29/04/2013 “Homologa a Resolução nº 210/2012	Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP”. “Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP, a qual institui a Carteira de Nome Social (Registro de Identificação Social) para pessoas travestis e transexuais do Estado do Pará”.	ESTADUAL
25. Portaria: Nº 1299/2009-GAB.SUSIPE de DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.	A Portaria em seu Art. 1º. Regulamenta os procedimentos de visita social e íntima a presos (as) das unidades penitenciárias de regime fechado e semi-aberto do Sistema Penitenciário e em específico na secção: SEÇÃO II DA CREDENCIAL DE VISITA SOCIAL E ÍNTIMA PARA CÔNJUGES, COMPANHEIROS (AS) E RELACOES HOMOAFETIVAS Art. 49. Os documentos necessários para expedição da credencial de visita social e íntima de cônjuges, companheiros (as) e pessoas com relacionamento homoafetivo são os seguintes: a) 02 (duas) fotos 3x4 coloridas recentes e iguais;	ESTADUAL

	<p>b) Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira Profissional, em fotocópia autenticada ou apresentando o documento original para conferência;</p> <p>c) Fotocópia de comprovante de residência (energia, água ou telefone) recente;</p> <p>d) Certidão de Casamento em fotocópia autenticada ou declaração de convivência;</p> <p>e) Certidão de antecedentes criminais emitida pela Secretaria do Fórum Criminal;</p>	
26. Ambulatório de apoio psco-social para Travestis e Transexuais – Ambulatório TT.	Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) inaugurou o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, que funciona no prédio da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecto-Parasitárias e Especiais (Uredipe). Ofere o serviço especializado para Travestis e Transexuais passarão para cirurgia de mudança de sexo biológico.	ESTADUAL
27. DECRETO 8.727, de 28 de abril de 2016.	Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	FEDERAL

FONTE: ROZARIO, Elton Santa Brígida. Pesquisa documental.

FILMOGRAFIA: indicações de filmes da temática LGBT, gênero e identidade de gênero

FILME/DOCUMENTÁRIO	DIREÇÃO/ANO	SÍNTESE
As Filhas da Chiquita	Greenvison. Direção Priscilla Brasil, Belém, Pa, 2004.	O Documentário resgata o histórico da tradicional Festa da Chiquita, realizado anualmente (pela associação carnavalesca de Belém) a partir de meados da década de 1970, véspera do Círio de Nazaré do Estado do Pará no Bar do Parque na Praça da República. O debate religioso e profano, no qual nesta noite reuni-se LGBT's, afro-religiosos, prostitutas e grupos da minoria social.
Orações para Bobby.	Russell Mulcahy, EUA: 2009	História de um jovem, baseada em fatos reais, que é rejeitado pela família ao assumir o processo de descobrimento de sua orientação sexual. Mãe de Bobby busca uma resposta para a cura da homossexualidade do filho. Após o suicídio de Bobby, sua mãe passa a indagar-se e inicia a busca pela definição do que seria homossexualidade.
XXY	Lucía Puezó, 2006	Essa produção argentina conta a história de Alex, uma adolescente intersex de 15 anos, cujos pais decidem se isolar em uma pequena cidade, logo após seu nascimento. Com traços fenotípicos predominantemente femininos, Alex possui, entretanto, genitais masculinos. Seus conflitos de identidade permanecem sob controle até entrar na adolescência e interessar-se por um rapaz. Alex, inicia, então, um processo de busca por sua identidade e descobertas relacionadas a sua sexualidade.
Tomboy	Céline, Sciamma, 2012	Em uma cidade do interior da França, Laure, 10 anos, muda com sua família, durante as férias de verão, para um novo bairro. Laure passa os dias brincando com sua irmã mais nova, ao lado do pai e da mãe, grávida de um irmãozinho. Aos poucos, vai se enturmando com as outras crianças do condomínio, dedicadas a uma rotina de brincadeiras e descobertas. Tudo perfeito se não fosse por um detalhe: Laure não se identifica como menina, mas como menino e se apresenta aos novos colegas como Michael. Os pais, ainda que bastante afetuosos, não conseguem lidar com a complexidade da situação.
De gravata e unha vermelha	Miriam Chnaiderman, 2015	“Nunca fui uma mulher, mas lógico que nunca vou ser um homem”. A frase de Bianca Soares dá uma mostra da discussão proposta pelo

		premiado documentário brasileiro, da psicanalista Miriam Chnaiderman. O filme traz entrevistas com diversas personalidades que, em suas histórias de vida, colocaram em perspectiva o modelo de identificação binário homem/mulher, e questionaram os estereótipos construídos para cada um dos sexos. São entrevistados o cantor Ney Matogrosso, a cartunista Laerte, a atriz Rogéria e o estilista Johnny Luxo, entre outros.
Laurence Anyways	Xavier Dolan, 2012	O jovem diretor canadense Xavier Dolan, que em seus filmes sempre aborda temáticas relacionadas à diversidade sexual e identidade de gêneros, conta a história do professor de literatura Laurence, um homem que, em seu aniversário de 30 anos, revela à sua namorada que quer se tornar uma mulher e irá fazer uma cirurgia de mudança de sexo. Mesmo abalada com a revelação, a namorada resolve permanecer ao seu lado. Ambientado na década de 1990, o filme mostra como o casal lida com os preconceitos de familiares, amigos e colegas de trabalho.
Transamerica	Duncan Tucker, 2005	O longa conta a história de Bree, uma mulher transgênero que, uma semana antes de fazer a cirurgia de readequação sexual, descobre ter um filho de 17 anos, concebido quando ainda possuía uma identidade masculina. Orientada por sua psicóloga a buscar o filho – que está preso – antes da operação, Bree parte rumo a Nova York. No caminho de volta para Los Angeles, Bree e o jovem passam a se conhecer, convivem e, entre conflitos, buscam entender um ao outro.
Minha Vida em Cor de Rosa	Alan Berliner, 1997	Este filme já é um clássico entre os que abordam identidade de gênero. Nele, o caçula da família Fabre, Ludovic, um menino de sete anos, começa a assumir uma identidade feminina. Sua família oscila entre a repressão e a aceitação. Os conflitos se intensificam quando Ludovic se maquia e veste roupas tidas como femininas, em uma festa da família. O menino passa a questionar cada vez mais sua identidade de gênero e a nutrir a ilusão de que conforme cresça, se tornará uma mulher
Vestido nuevo	Sergi Pérez, 2008	“Gosto muito do dia de carnaval. É muito divertido, porque nos fantasiamos e nos deixam ir sem uniforme. Ir como queremos”. Com essa fala do pequeno Mário começa essa sensível produção, feita pela TV pública espanhola, que mostra a história de um menino, que, em um dia de carnaval, chega à escola de vestido rosa e unhas pintadas. Com apenas 13 minutos de duração, o curta traz à tona como o ambiente escolar possui um papel fundamental e formador, nesses casos. Mostra,

		ainda, a forma diferente como adultos e crianças lidam com a questão.
“Tle Light”, HolySiz	Benoît Pétré, 2014	O vídeo, de pouco menos de 4 minutos, é na verdade um clipe de uma canção, mas pode ser perfeitamente visto como um curta-metragem. A narrativa visita o mesmo tema e ambiente de <i>Vestido Nuevo</i> : um menino decide, um dia, ir à escola de vestido. De novo, aparece o ambiente escolar como um espaço importante e como o olhar dos adultos, já formatados em uma lógica binária, acabam atribuindo sentidos diferentes aos das crianças. E mostra, sobretudo, que os preconceitos podem e devem ser superados.
Contra a corrente	Javier Fuentes-Leon, 2009	Essa sensível produção se passa em um cenário paradisíaco de uma cidadezinha da costa peruana. Miguel, um jovem pescador, espera seu primeiro filho ao lado da esposa, Mariela. Um dia, conhece ao artista plástico Santiago e inicia um caso. Miguel sustenta uma vida dupla, mas as contradições não demoram a aparecer. O filme mostra o caminho de autoaceitação percorrido pelo personagem, superando não só os preconceitos da comunidade, mas os seus próprios.
Hoje eu quero voltar sozinho	Daniel Ribeiro, 2014	O premiado filme de Daniel Ribeiro poderia ser apenas mais uma obra sobre o despertar da sexualidade na adolescência, se não fosse por duas importantes variantes: Léo, o protagonista, é cego e começa a gostar de Gabriel, um estudante de sua sala, de quem se torna amigo. Claudia Mogadouro selecionou o filme em sua lista de 15 filmes nacionais para crianças e adolescentes verem em cada momento do desenvolvimento . Segundo a especialista é uma boa obra para passar para estudantes do ensino médio. “O tema da homossexualidade pode trazer nervosismo e, com isso, piadas de mau gosto. Sem reprimi-las, sugere-se que as aproveite para discutir a homofobia em nossa cultura. O filme também trata do desejo de autonomia em relação aos pais, o que é comum entre os adolescentes. Mas a deficiência visual de Léo potencializa esse problema, dando a oportunidade de se discutir a relativa e crescente autonomia que os adolescentes vão conquistando à medida que amadurecem.”.
Meninos não choram	Kimberley Pierce, 1999	O filme norte-americano foi baseado em fatos reais e relata um caso de transfobia. Na obra, somos apresentados a Brandon Teena, um jovem que, biologicamente, possui um corpo feminino, mas que se identifica com o gênero masculino. Brandon muda-se para uma pequena e conservadora cidade do interior do Nebraska e, ali, apresenta-se à sociedade como homem, ocultando sua identidade trans, o que o obriga a

		uma vida dupla. Apaixona-se por Lana e é correspondido. A relação gera ciúmes em outros homens da cidade que descobrem sua condição de transgênero e o perseguem.
C.R.A.Z.Y. – Loucos de amor	Jean-Marc Vallée, 2005	Nessa comédia de costumes canadense Zac é um menino que vive com sua família em Québec, Canadá, nas décadas de 1960 e 1970. A narrativa percorre sua vida, da infância à juventude, junto a outros quatro irmãos, sua mãe e um pai machista e homofóbico. Zac sente atração por homens, mas, entre a culpa e o desejo, reprime sua homossexualidade, em busca da aprovação familiar. O filme aborda a temática com humor e possui uma trilha sonora repleta de clássicos do rock da época.
Milk – a voz da igualdade	Gus, Van Sant, 2009	O premiado filme norte-americano relata a história verdadeira de Harvey Milk , um político e ativista gay que foi o primeiro homossexual declarado a ser eleito para um cargo público na Califórnia, como membro da Câmara de Supervisores de São Francisco. Milk iniciou seu ativismo opondo-se à violência policial contra a comunidade gay. O filme pode servir como um disparador para debater a questão da luta pelos direitos humanos e civis da comunidade LGBTTIQ